

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E  
DESENVOLVIMENTO**

**Vanessa Ragone Azevedo**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES: UMA  
ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DO CENSO  
2010**

Santa Maria, RS  
2017

**Vanessa Ragone Azevedo**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES: UMA ANÁLISE  
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DO CENSO 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Solange Regina Marin

Santa Maria, RS  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ragone Azevedo, Vanessa  
POLÍTICAS PÚBLICAS E ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES: UMA  
ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DO CENSO 2010  
/ Vanessa Ragone Azevedo.- 2017.  
148 p.; 30 cm

Orientadora: Solange Regina Marin  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, RS, 2017

1. Programa Bolsa Família 2. Abordagem das Capacitações  
3. Políticas Públicas 4. Pobreza Multidimensional I. Marin,  
Solange Regina II. Título.

Vanessa Ragone Azevedo

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES: UMA ANÁLISE  
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DO CENSO 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

Aprovada em 17 de fevereiro de 2017

  
\_\_\_\_\_  
**Solange Regina Marin (UFSM)**  
(Presidente Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Julio Eduardo Rohenkohl (UFSM)**

  
\_\_\_\_\_  
**Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim (UFJF)**

Santa Maria, RS  
2017

## AGRADECIMENTOS

O sucesso é a expressão da dedicação e disciplina e só pode ser alcançado quando tomamos consciência de que não é possível sozinha, precisamos de muitos, e é a todos que se fizeram presentes em minha caminhada que venho agradecer.

À Marileia Ragone, minha mãe, fonte de inspiração diária, motivo e combustível desta minha caminhada, não só por ter me dado à luz, mas por dia após dia me mostrar como tudo pode ser melhor, me mostrando que existem super heroínas.

À minha orientadora: Solange Regina Marin. Uma grande mulher, profissional, mãe, professora. Um exemplo a ser seguido dentro e fora da carreira. Só posso agradecer ao conhecimento transmitido, à paciência, dedicação, compreensão e apoio. Nada disso seria possível sem seu suporte.

À Professora Maria Isabel, sempre carinhosa, grande profissional. Sempre estive com o coração aberto para me receber e apoiar, mesmo distante, se fez presente durante toda essa nova etapa, ajudando, auxiliando.

As amigas de sempre pra sempre, que me fizeram acreditar nos momentos mais difíceis, que me deram suporte à distância, me deram amor, carinho, mesmo que distantes, me ensinando que a distância diminui quando existe amor verdadeiro. Obrigada Carolina Ornellas, Isabelle Barros, Laura Gomes e Tamiris Fazza pelo apoio que me deram sempre e principalmente nas piores horas. Obrigada Isabela Lourenço pela disponibilidade fora do comum, a amizade mais sincera e que me socorre em todos os momentos.

Não posso deixar de agradecer a minha Irmã de sangue: Thaisa Ragone que auxiliou e abdicou parte do seu tempo e da sua vida para estar do lado de nossa mãe, por dar o suporte que não pude dar e estar presente na minha ausência. Também devo agradecer a minha irmã adquirida, gaúcha da fronteira: Larissa Mitidieri, que me adotou, me deu a mão nas piores horas, me acalmou, foi minha companheira de vida nesses dois anos compartilhando risadas, choros, alegrias, tristezas, a melhor irmã que eu poderia ter.

Meu muito obrigada à Fabi, que sempre me acalma com seu jeito, disposta a ajudar em tudo e paciente, tornando meus dias mais alegres com nossas conversas.

Aos demais professores e profissionais do PPGE&D que durante esses dois anos se esforçaram para nos dar o melhor de si mesmos, contribuindo com minha formação, me ajudando a ver tudo de uma nova forma, ensinando novas teorias, meu agradecimento especial para os Professores Júlio, Orlando, Feistel, Sibebe, Veloso, Cláilton e Adriano.

## RESUMO

# POLÍTICAS PÚBLICAS E ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DO CENSO 2010

AUTORA: Vanessa Ragone Azevedo

ORIENTADORA: Solange Regina Marin

O Programa Bolsa Família unificou programas de transferência de renda e facilitou o controle, fiscalização e proporcionou a possibilidade de integração com outros programas como afirma Sanson (2008). Weissheimer (2006) destaca que as melhorias não foram apenas racionalizar e expandir os programas existentes, não se restringindo apenas à maior transferência de renda, mas às repercussões da exigência de frequência escolar das crianças de famílias beneficiadas, cumprimento do cronograma de vacinação e acompanhamento de gestação e proibição do trabalho infantil. A partir do entendimento de que uma política de combate à pobreza deve agir em outras áreas que não apenas a transferência de renda, a teoria de Amartya Sen permite maior embasamento para análise desses efeitos e necessidades. A abordagem das capacitações desenvolvida por Sen (1999) entende que a ampliação das capacitações pessoais deve ser o objetivo do processo de desenvolvimento e não a ampliação da riqueza ou renda, a riqueza deve ser vista como um meio e não como um fim do processo. Nesta dissertação, a política analisada foi o Programa Bolsa Família, utilizando a base teórica da abordagem das capacitações, foram distribuídas 18 variáveis entre quatro dimensões: condição de moradia, trabalho, educação e saúde. Ao fim da análise de todas as dimensões, os melhores resultados brutos foram encontrados, para a maioria das variáveis, na região sudeste, principalmente estado de São Paulo indicando que esta região possui maior infraestrutura comparada as demais regiões do país; entre os piores resultados, a região norte possuiu os piores resultados brutos, principalmente em variáveis relacionadas a acesso a bem duráveis e infraestrutura local (esgoto, rede geral, energia). O resultado comparativo que indica a privação local dos beneficiários a região norte e nordeste apresentaram destaque positivo, pois apresentou menores diferenças entre beneficiários e não beneficiários. Outro resultado importante foi que variáveis como: banheiro, geladeira, sem carteira, sem instrução, Micropc, esgoto e lixo, o controle das características observáveis não foi suficiente para explicar a diferença entre os grupos, permanecendo resultados positivos concentrados em não beneficiários; já para as variáveis: ocupado, procura emprego, horas de trabalho e rede geral tiveram a diferença explicada em grande parte pelas características, com aproximação dos resultados entre grupos após o pareamento. Para as variáveis que possuem condicionalidade diretamente ligada ao PBF, os resultados foram expressivamente superiores entre os beneficiários, indicando que este método de contrapartida é eficiente; os resultados indicaram que os beneficiários do programa possuem deficiências em todas as dimensões, com dificuldades de acesso a condições básicas de moradia, trabalho, educação e saúde que em alguma parcela puderam ser explicadas pelas características observáveis, demonstrando que essa deficiência está relacionada à região geográfica e a renda, cor, idade e sexo, em outras variáveis beneficiários possuem menos acesso mesmo comparados a indivíduos com características semelhantes. Como o PBF é aplicado sem distinção em todas as regiões do país, possui gargalos que podem ser melhorados observando carências locais e dificuldades de infraestrutura e acesso de cada região, permitindo uma ampliação dos benefícios para além das condicionalidades.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa família; Políticas Públicas; Abordagem das Capacitações; Pobreza Multidimensional.

## ABSTRACT

### PUBLIC POLICIES AND CAPABILITIES APPROACH: ANALYSIS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM FROM THE CENSO 2010.

AUTHOR: Vanessa Ragone Azevedo

ADVISOR: Solange Regina Marin

The Bolsa Família Program unified income transfer programs and facilitated control, oversight and provided the possibility of integration with other programs as stated Sanson (2008). Weissheimer (2006) stresses that the improvements were not only to rationalize and expand existing programs, not limited to the greater transfer of income, but also to the repercussions of the school attendance requirement of the children of beneficiary families, compliance with the vaccination schedule and follow-up of gestation and prohibition of Child labor. Based on the understanding that a policy to combat poverty must act in areas other than income transfer, Amartya Sen's theory allows a better basis for analyzing these effects and needs. The capabilities approach developed by Sen (1999) considers that the expansion of personal skills should be the goal of the development process and not the expansion of wealth or income, wealth should be seen as a means and not as an end of the process. In this dissertation, the policy analyzed was the Bolsa Família Program, using the theoretical basis of the training approach, 18 variables were distributed among four dimensions: housing, work, education and health. At the end of the analysis of all dimensions, the best gross results were found, for the majority of the variables, in the southeast region, mainly São Paulo State, indicating that this region has more infrastructure compared to the other regions of the country; Among the worst results, the northern region had the worst gross results, especially in variables related to access to durable goods and local infrastructure (sewerage, general grid, energy). The comparative result that indicates the local deprivation of the beneficiaries in the north and northeast region was positive, since it presented smaller differences between beneficiaries and non beneficiaries. Another important result was that variables such as: bathroom, refrigerator, no portfolio, no education, Micropc, sewage and garbage, control of observable characteristics was not enough to explain the difference between groups, with positive results concentrated in non-beneficiaries; Already for the variables: busy, job search, working hours and general network had the difference explained in great part by the characteristics, with approximation of the results between groups after the pairing. For the variables that have conditionality directly linked to the PBF, the results were expressively higher among the beneficiaries, indicating that this counterpart method is efficient; The results indicated that the beneficiaries of the program have deficiencies in all dimensions, with difficulties of access to basic housing, work, education and health conditions that in some part could be explained by the observable characteristics, demonstrating that this deficiency is related to the geographic region And income, color, age and sex, in other variables, beneficiaries have less access even compared to individuals with similar characteristics. As the PBF is applied without distinction in all regions of the country, it has bottlenecks that can be improved by observing local needs and infrastructure and access difficulties in each region, allowing a broadening of benefits beyond conditionalities.

**Keywords:** Bolsa Família Program; Public Policies; Capabilities Approach; Multidimensional Poverty.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. CONCEITO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	11
2.1. ESTADO NEOLIBERAL AO ESTADO SOCIAL .....	14
2.2. EFETIVIDADE, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA.....	17
<b>2.2.1. Capital Social</b> .....	19
<b>2.2.2. Avaliação Efetiva de Políticas Públicas</b> .....	21
<b>2.2.3. Controle sobre os grupos de interesse</b> .....	23
3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	28
3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE.....	32
3.2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA .....	38
4. ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA .....	45
4.1. ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES .....	45
4.2. ABORDAGEM SENIANA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	53
5. DADOS E MÉTODO.....	58
5.2. MÉTODO.....	61
5.2.1. Hipótese de identificação .....	62
5.2.2. Método de Pareamento.....	64
6. RESULTADOS.....	65
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	136
REFERÊNCIAS.....	138
ANEXO I – CODIGOS E NOMES DAS MESORREGIÕES BRASILEIRAS .....	144

## 1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas no Brasil têm papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico e busca pela igualdade social. A partir de 1996 com a criação de programas como PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), de acordo com Weissheimer (2006), foi inaugurada uma nova agenda social no Brasil não só com aumento da transferência de renda, mas às repercussões da exigência de frequência escolar pelas crianças de famílias beneficiárias, exigência do cumprimento do cronograma de vacinação e proibição do trabalho infantil.

Se o processo de desenvolvimento de um país está associado à geração de renda, logo, sabe-se que as melhores medidas a serem tomadas ao processo desenvolvimentista serão as monetárias representadas pela renda per capita. Porém, se o processo de desenvolvimento estiver associado às capacitações pessoais, as medidas do processo de desenvolvimento e combate a pobreza deve-se abordar o tema através da ótica multidimensional, ligada a uma visão mais ampla do que a pobreza dita pela insuficiência de renda.(MARIN; OTTONELLI, 2008).

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2015), o Programa Bolsa Família contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, criado em outubro de 2003, previsto em lei – Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, possui três eixos principais: complemento da renda; acesso à direitos (condicionalidades) e articulação com outras ações (retirar as famílias da situação de vulnerabilidade).

Visando unir políticas públicas brasileiras e a definição de pobreza multidimensional elaborada por Amartya Sen (1999) e Deepa Narayan (2000), o Programa Bolsa Família será analisado a partir de um grupo de variáveis que representam diferentes dimensões com o objetivo de analisar se a partir de suas condicionalidades, o programa consegue contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

Sen (1981) destaca, no que diz respeito à definição de uma lista única de variáveis e dimensões para caracterizar seja o desenvolvimento humano seja a pobreza humana, o caráter de dependência da condição de desenvolvimento ou de sua privação ao contexto de vida das pessoas. Para Sen (1997), a transformação de meios (diferentes recursos) em fins (desenvolvimento humano ou redução de pobreza) perpassa pelas variações na conversão desses meios em fins. Existem a heterogeneidade pessoal, as variações de clima social e a

diversidade ambiental. Disso, é possível conjecturar que o contexto de vida das pessoas pode envolver tanto elementos vinculados aos relacionamentos interpessoais como também ao espaço geográfico no qual residem e se desenvolvem. Considerando então que Sen (1981, 1985, 1997) estabelece o contexto de vida como elemento da condição de desenvolvimento, a questão da localização geográfica das pessoas torna-se relevante para a mensuração da pobreza multidimensional.

De acordo com Sen (1999), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacitações básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Por “capacitações” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Os funcionamentos são definidos como o que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter.

Sen (1999) considera que a privação de capacitações pode refletir-se em morte prematura, subnutrição (principalmente em crianças), morbidez persistente, analfabetismo e outras deficiências. Tal definição não despreza o fato de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Uma renda baixa pode ser a razão da privação de capacitações de uma pessoa.

Este estudo pretende responder a seguinte questão: comparando beneficiários e não beneficiários com características semelhantes (cor, urbano/rural, sexo, idade, renda, possuir filho), qual o efeito do Programa Bolsa Família no combate à pobreza multidimensional?

A partir das contrapartidas exigidas aos beneficiários do PBF (Programa Bolsa Família): na área da educação – 85% de frequência às aulas, para crianças em idade escolar; na área da saúde – atualização do cartão de vacinação para crianças até 6 anos, visitas constantes ao posto de saúde tanto para gestantes como para nutrízes; assistência social – aumentando o acesso dos beneficiários aos serviços públicos, dando acesso a cursos de capacitação profissional, alfabetização e acesso a programas de geração de renda e emprego; e cidadania – fornecendo registro civil e todos os documentos de identificação caso membros da família não os possuam; além da transferência de renda, pretende-se analisar o programa federal à ótica da pobreza multidimensional observando o efeito do PBF para as dimensões: condições de moradia; trabalho; acesso ao conhecimento e educação; e saúde.

Os resultados de todas as variáveis de cada dimensão serão considerados para as diferentes mesorregiões do país, uma vez que se trata de uma política pública com abrangência nacional que não apresenta critérios diferenciados de acordo com as regiões do Brasil, disso a necessidade de analisar os diferentes resultados para cada mesorregião.

Com a aplicação do método de pareamento com escore de propensão (PS Matching) será analisado o efeito do Programa Bolsa Família comparado ao grupo de controle (não beneficiários com características semelhantes aos beneficiários) para as variáveis que compõem as dimensões a serem analisadas: condições de moradia, trabalho, educação e saúde.

Tem-se por objetivo geral analisar os resultados do Programa Bolsa Família como política pública de combate à pobreza multidimensional com comparação entre grupo de tratamento (beneficiários) e controle (não beneficiários). Os objetivos específicos são: *discutir o conceito e os principais elementos para a análise de políticas públicas, assim como, seu histórico no Brasil; analisar o programa Bolsa Família a partir da ótica da pobreza multidimensional; analisar os resultados para as diferentes mesorregiões do país de forma a encontrar se há diferenças significativas e em quais variáveis elas se dão.*

A dissertação está redigida em sete capítulos, além da introdução: um capítulo para discussão sobre políticas públicas em que são discutidos os principais conceitos e o processo de avaliação; o segundo capítulo que apresenta um breve histórico sobre políticas públicas de combate à pobreza e transferência de renda no Brasil e impactos do Programa Bolsa Família; o terceiro é constituído pelos principais conceitos da análise da pobreza multidimensional pela abordagem das capacitações e como o Programa Bolsa Família se liga a esta abordagem; o quarto dedicado à descrição do método e dos dados utilizados empiricamente; a seguir, são os resultados obtidos através da aplicação dos métodos; e, por fim, as considerações finais.

## 2. CONCEITO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são consideradas essenciais no processo de crescimento e desenvolvimento, tendo muitas vezes repercussão maior do que apenas na região de aplicação. O conceito de Estado Social corrobora com a importância do Estado no processo de desenvolvimento de uma nação.

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas das principais definições para compreensão do que são políticas públicas, assim como os principais fatores que influenciam sua implementação. Será descrita desde a criação de um Estado Social, onde a necessidade de políticas públicas se faz necessário, assim como, as categorias de políticas públicas e os aspectos que afetam a eficiência, eficácia e efetividade das políticas.

Schmidt (2007) atenta à necessidade de as instituições políticas atuarem visando à indução do desenvolvimento e à criação das condições de equidade entre os cidadãos. Para tanto é necessário que as políticas públicas implantadas no país sejam efetivas, eficazes e eficientes, quando não há essa preocupação se tem um futuro incerto da conquista de padrões razoáveis de desenvolvimento com inclusão.

As estratégias para superação da pobreza devem observar as desigualdades, contemplar os mecanismos de exploração dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. A pobreza não deve ser reduzida ao discurso falacioso da ausência ou insuficiência de crescimento econômico, sendo que o mero embate econômico não é capaz de suprir tais necessidades (SCHMIDT, 2006, p. 1756).

O autor explicita que:

A persistência da pobreza e da exclusão está relacionada com os modelos de desenvolvimento adotados, as características da burocracia estatal, o desenho e a implementação das políticas públicas, a atuação dos agentes políticos e sociais, os programas de ajuda externa e os fatores de ordem sócio-cultural. A redução efetiva da pobreza nos anos vindouros depende da adoção das melhores ferramentas conceituais e analíticas disponíveis atualmente (SCHMIDT, 2006, p. 1756).

Tais conceitos como pobreza, exclusão social e capital social devem ser observados para a compreensão da problemática. A pobreza pode ser entendida como a privação de recursos e meios que facilitam o exercício da liberdade e da condição do bem-estar. A exclusão social refere-se à situação de privação em relação aos excluídos. Já quanto ao capital social, a doutrina define como “recurso que os indivíduos possuem para acessarem recursos socialmente valorizados em virtude de suas relações com outras pessoas” (SCHMIDT, 2006, p. 1757 – 1760).

Silva (2010) faz um estudo em que não confirma a presença de fatores que contribuem para efetividade, eficácia e eficiência na execução das políticas públicas satisfatórios para realizar, dado o cenário político, uma efetiva inclusão social. Identifica como necessária a implementação de mecanismos como: formação de capital social; uma efetiva avaliação das políticas públicas e utilização dos resultados de tais avaliações; implementação de controle sobre os grupos de interesse (lobby) e observância com o objetivo de exercer controle sobre as interferências decorrentes da globalização, visando com tais atitudes aumentar a efetividade, eficácia e eficiência das políticas públicas.

Políticas públicas são a materialização do Estado por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades que tenham como finalidade atender às demandas da sociedade. São denominadas como públicas considerando a dimensão do termo mais amplo que abrange estatal e não-estatal e para distinguir da ideia de privado, particular, individual. Como Bucci (2001) define, as políticas públicas devem ser como instrumentos de união de interesses em torno de objetivos comuns que passam a estruturar uma coletividade de interesses e atuam como um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular.

Schmidt (2008) utiliza como base as linhas da tipologia proposta por Lowi (1964, 1972, 1985), para propor a seguinte classificação das políticas públicas de acordo com as linhas de funcionamento do Estado:

- I) Políticas distributivas: caracterizadas pela distribuição de recursos da sociedade a regiões ou determinados segmentos sociais e, em sua maioria, necessitam de controle social mediante conselhos ou outro tipo de participação popular. (Ex.: Políticas de desenvolvimento regional);
- II) Políticas redistributivas: caracterizadas pela redistribuição de renda por meio de deslocamento de recursos das camadas mais ricas da sociedade para as camadas mais pobres, inclui-se aqui a política de seguridade social. Em regra, as camadas mais ricas tendem a oferecer resistência, mas há formas mais suaves de realizá-las que evitam tal resistência, quando é feita por meio de realocação do próprio orçamento público. (Ex.: Bolsa-Família);
- III) Políticas regulatórias: criam normas para o funcionamento de serviços e instalação de equipamentos públicos através de ordens, proibições, decretos, portarias, etc. Pode ocorrer por meio da distribuição de custos e benefícios entre grupos e setores sociais, de forma equilibrada ou por meio do atendimento de interesses particulares. (Ex.: Plano diretor urbano, políticas de uso do solo, etc.);

- IV) Políticas constitutivas ou estruturadoras: são as que definem procedimentos gerais da política; determinam estruturas e processos da política, sendo assim, têm a característica de afetar as condições como são negociadas as demais políticas; não propiciam um envolvimento da população. (Ex.: Reformas políticas, definição do sistema do governo, etc.). (SCHMIDT, 2008).

Silva (2010) identifica uma alteração na figura do Estado, enquanto instituição de controle de autoridade coletiva, devido ao processo de globalização, a partir de meados dos anos 70, em que a função do Estado vem se desvirtuando de algumas de duas características originais, em especial no que diz respeito à função de agente catalisador de conflitos sociais em torno da igualdade social, liberdade individual e da solidariedade social.

Como destaca Schmidt (2008), o processo de implementação das políticas públicas sofre influência de todas as áreas do Estado, sendo estabelecido na literatura inglesa três diferentes termos para designar as dimensões da política:

- *Polity*: que incide sobre a análise das instituições políticas e das questões administrativas da burocracia estatal;
- *Politics*: que abrange os processos da dinâmica política e da competição pelo poder;
- *Policy*: que compreende os conteúdos concretos da política, que são as políticas públicas. Destacam-se a permanência destas relações e a existência de interação entre essas três dimensões na gestão estatal. (SCHMIDT, 2008).

Todas as políticas públicas, independente de classificação, possuem em comum o fato de terem como principal destinatário a sociedade desde a etapa de percepção e definição dos problemas que precedem à formulação de uma política pública até na avaliação devem ser considerados os anseios e necessidades da sociedade, como será visto adiante. (SCHMIDT, 2008).

Para compreensão plena do funcionamento de políticas públicas é necessário que haja uma compreensão prévia sobre o modelo de Estado vigente, como destaca Barrero (2001, p. 28-29), uma vez que as dimensões citadas agem mutuamente, tanto o conceito de políticas públicas, quanto à aplicação de tais políticas sofrem reformas e transformações juntamente com o Estado e a Administração Pública ao longo do tempo.

## 2.1. ESTADO NEOLIBERAL AO ESTADO SOCIAL

O surgimento do Estado liberal, pós-Revoluções Inglesa, Americana e Francesa, como primeira modalidade de Estado constitucional se comprometeu com a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade como identifica Silva (2010).

Além disto, havia compromisso com a separação dos poderes para limitar o arbítrio do governante e prevenir a concentração de poder nas mãos de um só ramo de autoridade pública. Em destaque o direito de propriedade privada era protegido como um direito natural do homem. (BONAVIDES, 2004).

Hayek (1960) entende a intervenção do estado como objetável, por ser ineficiente e violar os direitos fundamentais do individualismo, sendo assim, a competição é entendida como o melhor meio de coordenar a economia por ser um método mais eficiente e o único meio em que as atividades não sofrem intervenções coercivas ou arbitrárias de autoridade. O Estado neoliberal, resultado das transformações da história do capitalismo, retoma as teorias clássicas do liberalismo e trabalha com a lógica de “menos Estado e mais mercado”. Seus adeptos defendem as liberdades individuais, criticam intervenções estatais e elogiam as virtudes reguladoras do mercado. Como destaca Bonavides (2004), o Estado liberal que há dois séculos simbolizava a vanguarda do progresso, atualmente, sob a denominação de neoliberalismo, se mostra como instrumento de reação e retrocesso, passando de um processo de semear constituições para um que se regala em findá-las.

As primeiras manifestações do Estado Social, de acordo com Cunha (2003), são encontradas após a crise econômica de 1929. As elites econômicas começam a aceitar os limites do mercado como regulador natural e o resgate do Estado como mediador civilizador, através do uso de poderes políticos de interferência nas relações sociais, ou seja, a política social se transforma em estratégia de intervenção e regulação do Estado no que toca ao âmbito social. A partir disto, muitas políticas públicas são implementadas como resposta do Estado às demandas da sociedade.

Neste período, como destaca Pereira (2001), seguindo a doutrina keynesiana, o Estado assume despesas consideráveis para sustentar o emprego e oferecer melhores condições de vida aos trabalhadores. Bonavides (1958) introduz o termo Estado social com a publicação do trabalho: “Do Estado Liberal ao Estado Social” de Bonavides (1958) em que o autor identifica quatro categorias de estado social que representam estágios: o Estado social conservador; o

Estado social da concretização da igualdade e da justiça social; o Estado social que altera e transforma o “status quo” da sociedade capitalista e abre caminho à implantação do socialismo; e o Estado social das ditaduras.

Como Pereira (2001) destaca, o Estado Social representa prejuízo à economia e não traz vantagens na visão neoliberal. O autor cita alguns dos argumentos para a defesa da redução do Estado e de suas responsabilidades sociais como: o Estado social é despótico porque impede a economia de funcionar e nega aos usuários dos serviços sociais oportunidades de escolha e autonomia de decisão; comparado ao mercado, é ineficiente e ineficaz na administração dos recursos; é paternalista e, por isso, moralmente condenável porque incentiva ociosidade e a dependência, ao mesmo tempo que, com a sua carga de regulamentações, desestimula o capitalista a investir; é perdulário porque gasta vultuosos recursos para obter modestos resultados; é corrupto.

Chang (1994) aborda o debate político e filosófico sobre a intervenção do estado, como entidade política, para corrigir os resultados do mercado. Ao longo de sua análise destaca argumentos pró e contra intervenção estatal, destaca duas vertentes na literatura de falha de governo: o argumento informacional, que observa o estado como apto a coletar e processar toda a informação necessária para a correção de falhas de mercado, sendo que os custos para gerar informação suficiente seriam superiores aos benefícios; e o argumento do *rent-seeking*, que considera que a intervenção estatal gera gastos adicionais que podem mais que compensar os benefícios produzidos.

Para Chang (1994), os austríacos argumentam que mesmo que seja teoricamente possível a autoridade de planejamento simular um manual de prescrições de bem-estar econômico a quantidade de informação requerida para isto é tão vasta que não seria possível fazer a coleta e processamento em tempo hábil. A assimetria informacional significaria que o estado não é apto a implementar efetivamente suas políticas a não ser que gaste muito superando o benefício da política.

Já no argumento de *rent-seeking*, Chang (1994, p. 27) destaca a ideia é que a intervenção estatal não só gera perdas de “peso morto”, como incorre em custos quando os recursos para a aplicação da política são desviados para atividades improdutivas de agentes privados. Tal vertente será discutida mais amplamente a seguir com a abordagem de controle de grupos de interesse.

Anderson (1995), ao analisar a atuação do neoliberalismo por quinze anos nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Dinamarca, França e outros, conclui que foi um modelo

economicamente fraco; além de não ter conseguido revitalizar o capital avançado, no âmbito social, criou uma sociedade marcadamente desiguais, obtendo como êxito apenas a redução da inflação. Ou seja, menos intervenção estatal não é garantia de uma sociedade com maior bem-estar.

De acordo com Carvalho (1998), destacam-se duas vertentes principais na discussão sobre intervenção estatal: a primeira, a favor da ideia pluralista de bem-estar, com predominância da sociedade sobre o Estado; e a segunda, daqueles que são contra, por não acreditarem na capacidade do mercado e das instituições privadas substituir de forma eficaz o papel do Estado no processo de provisão e regulação social.

A autora afirma que dentro da ideia de uma posição pluralista, é possível distinguir duas posições: o pluralismo residual, o Estado se vê desobrigado de deveres e responsabilidades, que são transferidos para a sociedade e direitos de cidadania social são desmontados, movimento dos governos neoliberais, visando transferir suas responsabilidades às instâncias locais, mercado e à sociedade; e a posição do pluralismo institucional: o Estado incorre nos seus deveres e responsabilidades, mas acata parcerias na realização de trabalhos junto a iniciativa privada, sendo este, destacado por Silva (2010) como o que deve ser buscado.

Ainda sobre o modelo de esquema pluralista, Pereira (2001) argumenta alguns pontos positivos como: emancipação do cidadão da tutela estatal; descentralização do poder; incentivo à participação social e política; redução dos gastos sociais; diluição das fronteiras entre as esferas públicas e privadas; e substituição do Estado de Bem-Estar para uma Sociedade de Bem-estar.

A proposta do pluralismo residual em que o Estado se desobriga de seus deveres e responsabilidades não privilegia o fortalecimento da cidadania. Os cidadãos ao invés de conquistarem direitos, regressam ao caminho de mendicância ao Estado que deixa de produzir políticas universais para tratar de políticas compensatórias diante a pequenas concessões aos mais necessitados. Alguns exemplos citados por Carvalho (1998) são o fornecimento aos mais necessitados de: cestas básicas de saúde, educação, previdência e habitação, e privatização dos demais serviços, ou seja, uma redução das políticas sociais, uma vez que tais transferências visão apenas uma economia de recursos, fornecendo apenas o básico a uma parcela da população, e não a descentralização dos mesmos.

Já a corrente do pluralismo institucional, propõe a visão de que o Estado é o principal detentor de recursos e o agente com maior capacidade de fortalecimento de suas estruturas, por isso, essa vertente considera injusto transferir totalmente para a sociedade com um nível de educação deficitário, o ônus de se autogerir, pois isso representaria o caos, ante o

prevalhecimento da disputa do mais forte em relação ao mais fraco, de acordo com Silva (2010). A interação entre Estado e sociedade representa a possibilidade da construção de um equilíbrio, com ajustes entre os interesses antagônicos.

Kliksberg (1998) define um Estado inteligente na área social como aquele que não é um Estado Mínimo, nem ausente, nem de ações pontuais de base assistencial, mas um Estado que apresente uma “política de Estado” (e não de partidos), na área da saúde, educação, nutrição, cultura, etc, sempre empenhado na superação das graves iniquidades, com capacidade para impulsionar a harmonia entre as dimensões econômicas e sociais e promover a sociedade civil.

Bonavides (2004) considera o Estado liberal a revolução da burguesia, o Estado socialista a revolução do proletariado e o Estado social representa a revolução da sociedade, trazendo em seu bojo os anseios de poder democrático legítimo, em que os movimentos de todas as classes selam um pacto de convergência e solidariedade econômica e social, com sua origem do consenso, da realidade dos fatos e assentada sobre um constitucionalismo social.

A partir das diferentes definições de Estado e como cada um se relaciona com a questão de intervenção e implementação de políticas públicas é necessário conhecer alguns dos principais fundamentos para a avaliação de políticas públicas que se baseiam na efetividade, eficácia e eficiência. Uma vez que apenas a implementação de políticas públicas não garante o bem-estar dos cidadãos, são necessários mecanismos de controle e avaliação de tais políticas.

## 2.2. EFETIVIDADE, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

Em linhas gerais, pode-se entender a efetividade com base no sentido da existência de algo que se manifesta com efeito real; já a eficácia, como algo que produz o efeito desejado, esperado, etc.; por fim, a eficiência, que se relaciona diretamente com fatores econômicos, pois diz respeito à capacidade de realização a partir da relação custo-benefício, definições baseadas nos conceitos de Stoner e Freeman (1995, p. 136).

Silva (2010) propõe algumas perguntas que simplificam a análise dos elementos supracitados quando relacionados às políticas públicas, tais como: efetividade – “a política formulada foi de fato implementada?”; eficácia – “os resultados previstos foram alcançados?”; e eficiência – “quanto de recursos foi dispendido para o alcance dos resultados?”.

Arretche (2001) descreve a efetividade em políticas públicas como o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus respectivos resultados e impactos, ou seja, o sucesso ou fracasso em termos de uma mudança efetiva nas condições sociais anteriores de vida das populações atingidas pelo programa avaliado. Para Arretche (2001), a avaliação da efetividade considera a distinção entre avaliação e análise deve ser feita, pois se torna necessário demonstrar que os resultados encontrados na realidade social têm como causa aquela política particular, e, conjuntamente, a necessidade de diferenciar entre os produtos de uma política e seus resultados (principalmente no campo metodológico).

Já tratando sobre eficácia, Arretche (2001) compreende ser a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de uma dada política e seus resultados efetivos. Um exemplo prático seria a comparação entre as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa ou entre os instrumentos previstos para sua implementação e aqueles efetivamente empregados. Tal avaliação é a mais aplicada nas correntes de políticas públicas e sua maior dificuldade se dá na obtenção e veracidade das informações do funcionamento concreto do programa em análise.

Por fim, sem relação à eficiência, Arretche (2001) entende que se trata da relação entre a consecução dos resultados a que se pretendia e a utilização de recursos compatíveis, busca a eliminação de eventuais custos desnecessários e não condizentes com o princípio da equidade.

Identificar fatores que contribuem para uma boa execução das políticas públicas é, segundo Arretche (2001), identificar quais fatores contribuem para um Estado efetivo, eficaz e eficiente do ponto de vista de ser capaz de captar os anseios da sociedade e realizá-los, respeitando as conquistas democráticas consignadas no texto constitucional. Para tanto, é necessário reconhecer que a formulação de uma política pública envolve interesses, valores e preferências que não se limitam à orientação técnica ou às reais necessidades da sociedade, mas fica susceptível às mais variadas interferências de ordem tanto política como casuísticas, de acordo com a conjuntura.

De acordo com as definições analisadas de efetividade, eficácia e eficiência pode-se perceber que se trata de um conjunto de referências gerenciais muito abrangentes que quando respeitado implica que a política pública teve sua finalidade atingida plenamente. Sendo o cumprimento deste conjunto, de acordo com Silva (2010), um processo multifatorial que envolve desde recursos humanos, materiais e a cultura das pessoas (que deve ser menos individualista e imediatista para uma visão mais coletiva e de longo prazo), para compreender que alguns reflexos futuros do não cumprimento de parte das referências gerenciais podem ter implicações dificilmente dimensionadas no curto prazo.

Silva (2010), Trevisan e Bellen (2008) são alguns dos autores que consideram que crescimento do capital social; efetividade dos processos avaliativos; controle dos grupos de interesse; e as interferências advindas do processo de globalização, são fatores principais, com capacidade de contribuir para a efetividade, eficácia e eficiência, que serão melhor analisados a seguir.

### 2.2.1. Capital Social

Capital social, termo inaugurado pelo Banco Mundial a partir do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1997, teve efetiva utilização no ano de 1916, por Lyda Johnson Hanifan<sup>1</sup> que entendia tratar-se de uma “espécie de cooperativismo, em que o hábito das pessoas de se relacionarem, através de condutas positivas, criava uma rede de inter-relações para o bem-estar da comunidade”. (HERMANY, 2008, p. 2399).

Já quanto ao capital social, é definida como “recurso que os indivíduos possuem para acessarem recursos socialmente valorizados em virtude de suas relações com outras pessoas” (SCHMIDT, 2006, p. 1757 – 1760). O autor define empoderamento e inclusão, Schmidt (2006, p. 1772):

A inclusão social é um objetivo amplo, possível somente com mudanças estruturais na economia e no sistema político, associadas a transformações culturais e nas relações sociais. Esse objetivo requer a reversão de processos que acompanharam até hoje a modernidade. Pobreza não é criação da modernidade, mas têm sido uma de suas marcas, a outra face do avanço tecnológico e das impressionantes conquistas nos mais diferentes âmbitos da vida social. (SCHMIDT, 2006, p. 1772).

A participação da população no espaço público é necessária para o empoderamento das comunidades pobres. A decisão confere ao cidadão o poder de torna-se protagonista de sua própria história, podendo influenciar nas decisões que implicam no seu futuro. “A eficácia política é condição indispensável para o agir político consciente” (SCHMIDT, 2006, p. 1774).

O autor indica que o capital social deve inspirar uma nova lógica econômica e política, orientando as políticas públicas a partir da inclusão social, uma vez que a “lógica excludente da economia internacional é responsável por grande parcela das desigualdades sociais no mundo.” Tendo em vista uma “ótica de desenvolvimento orientada pelo capital social” (SCHMIDT, 2006, p. 1780).

Franco (2001) considera que o capital social está baseado na capacidade de uma determinada sociedade de subordinar interesses individuais aos de grupos maiores, de

---

<sup>1</sup> Inspetor estatal das escolas rurais da Virgínia, que escreveu um artigo, sustentando a importância da participação comunitária para o sucesso das escolas. Ver: HANIFAN, Lyda Johnson. **The Rural School Community**. Annals of the American Academy of Political and Social Science. 1916

trabalhar conjuntamente, visando objetivos comuns, de se associar umas às outras e formar novas associações, além de compartilhar valores e normas. Tais ações devem ser guiadas pelos sentimentos de reconhecimento mútuo, de confiança, de solidariedade e de cooperação.

Aborda-se aqui a ideia de empoderamento<sup>2</sup> comunitário tratada por Moura (2008, p. 32-37). Trata-se de um processo integrador entre participação e democracia ou, entre cidadania ativa e democracia participativa, que deve se tornar estruturante para o desenvolvimento humano, em que o empoderamento da população para a distribuição de capital social e interferência nos processos políticos visando à qualificação da participação política, sendo ingrediente imprescindível para a consecução de um Estado próximo do povo e com ações reguladas pela interferência popular.

Monastério (2005) identifica algumas classificações do capital social que se baseia na posição social dos agentes envolvidos que são descritas a seguir:

- i) *Bonding social capital*: envolve os vínculos entre agentes de mesma posição. São os grupos com características homogêneas, voltados “para dentro”, nas quais as identidades dos membros são reforçadas. (Ex.: Círculos e voltadas para si);
- ii) *Bridging social capital*: refere-se aos laços fracos entre agentes de grupos sociais diferentes. São as relações sociais mais distantes que trespassam as fronteiras sociais, e as virtudes cívicas se mostram mesmo entre pessoas com distintas situações étnicas, demográficas ou ocupacionais. De acordo com o autor, quando se encontra essa modalidade de capital social de forma abundante, tem-se uma sociedade fluida e integrada, na qual independente das diferenças sociais uns confiam nos outros e partilham informações;
- iii) *Linking social capital*: são ligações verticais entre os pobres e pessoas que ocupam postos de decisão em organizações formais. De acordo com o autor, comunidades onde se encontra muito deste tipo de capital têm governos mais susceptíveis às demandas oriundas dos estratos inferiores da pirâmide social. (MONASTÉRIO, 2005, p. 169-170).

---

<sup>2</sup>O *empowerment* ou empoderamento, como tem sido traduzida no Brasil, pode ser compreendido como a promoção de medidas que enfatizem o fortalecimento da ação individual e coletiva, visando ao desenvolvimento sustentável em âmbito local no que concerne à gestão dos problemas e à criação de alternativas, as quais são marcadas por mudança das relações de poder, em um processo contínuo de renovação promovida pelo aumento do poder econômico, social e político das pessoas, das famílias, dos grupos sociais e das organizações da sociedade civil. Trata-se de um processo integrador entre participação e democracia ou, entre cidadania ativa e democracia participativa, que deve se tornar estruturante para o desenvolvimento humano. Cf. MOURA, Leides Barroso Azevedo. Exclusão social, vulnerabilidades e empoderamento comunitário. *Revista Participação*, Brasília, v. 8, n. 13, p. 32-37, out. 2008.

Monastério (2005) ainda afirma que os efeitos benéficos do “capital social *liking*” se dão por meio de melhorias de qualidade das políticas públicas, porém, entende que importar procedimentos de participação que funcionem em sociedades integradas, com muito “capital social *bridging*” tenderá ao fracasso, pois, em sociedades desiguais, os grupos de interesse poderão utilizar a seu favor os mecanismos de participação através de práticas como: cooptação, populismo ou formas que preservem ou ampliem seus privilégios.

Ferrarezi (2003) compreende que o uso do conceito capital social para caracterizar a forma como os membros de uma comunidade interagem, possibilita a identificação dos problemas sociais relacionados com a presença ou ausência de determinados tipos de capital social, possibilitando, também, a visualização de quais políticas públicas são adequadas ao enfrentamento da pulverização de interesses, descrédito dos indivíduos na esfera pública, desagregação social e desigualdades em geral. Ferrarezi (2003) propõe que políticas públicas de redução da pobreza e desigualdade incentivem a formação de redes e a geração de capacidades para as pessoas exercerem os processos que afetam de forma direta o seu bem-estar, a partir de uma forma de aprendizado que valorize a coisa pública e o bem-estar coletivo, evitando que as redes e normas beneficiem os que se encontram mais fortemente inseridas em detrimento dos que não estão.

### **2.2.2. Avaliação Efetiva de Políticas Públicas**

Garcia (2001) considera que a avaliação é uma operação em que se julga o valor de uma iniciativa organizacional, partindo de um quadro referencial ou de um padrão comparativo já estabelecido. Trata-se de uma operação que visa verificar a presença ou quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, iniciando de um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade a que se pretende.

Já no ponto de vista do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o propósito da avaliação é determinar a adequação e alcance de diversos elementos como: objetivos, eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento, devendo proporcionar informação que seja proveitosa e crível para o processo de tomada de decisões e favoreça uma melhor prestação de contas sobre as políticas públicas, como destacam Trevisan e Bellen (2008).

Schmidt (2008) considera que a análise das políticas públicas não pode ser realizada de forma fragmentada ou isolada de uma análise mais ampla dos rumos do Estado e da

sociedade, uma vez que as políticas não se caracterizam como uma espécie de setor ou departamento autônomo, tais são resultantes da política, compreendidas à luz das instituições e dos processos políticos, que envolvem questões mais gerais da sociedade.

Arretche (2001) destaca que produção e divulgação de avaliações rigorosas, consideradas isentas e confiáveis pode ser um instrumento democrático de controle sobre as ações dos governos, mediante a discussão de seus resultados em arena pública, onde os cidadãos possam ter acesso pleno às informações, ao método empregado e aos resultados efetivos.

Faria (2005) também considera que as avaliações apresentam concepção mais abrangente uma vez que envolvem não apenas o uso do instrumental (referente ao apoio às decisões e busca de resolução dos problemas), também o uso conceitual que gera uma função “educativa”, ou seja, não é somente um instrumento gerencial, já que, teoricamente, os resultados seriam usados pelos tomadores de decisão para melhora da política ou programa.

Ou seja, a avaliação pelos técnicos pode mudar a forma de visualizar a natureza, o modo de operação e o impacto do programa que implementam (uso conceitual). Já o uso político pode ser visualizado quando a avaliação é utilizada para mobilizar o apoio em direção à posição que os tomadores já possuem sobre as mudanças necessárias na política ou programa, a busca da legitimação da posição e ganho de novos adeptos para as mudanças almejadas, o que pode ser utilizado como instrumento de manipulação da opinião pública. Por fim, o uso instrumental para a tomada de decisão que depende não só da qualidade da avaliação, de uma adequada divulgação de seus resultados e da clareza e viabilidade das respectivas recomendações. (FARIA, 2005).

Para Faria (2005), a avaliação deve servir de instrumento de aperfeiçoamento da formulação de novas políticas e de prestação de contas à sociedade, sendo usada em todas as suas funções (instrumental, educativa) e não apenas como uma formalidade.

O contra argumento de Souza (2003) se baseia na utilização desses resultados, quando positivos, para legitimar as políticas, fazendo disso um ganho político. Porém, muitas vezes, as políticas visam atender apenas interesses de determinados grupos, realizadas às vezes na direção que deveriam ser evitadas. Sendo muito comum a política de “clientelismo” (*por borrel*), ou seja, a apropriação de recursos federais na aplicação de projetos ineficientes que beneficiam determinadas localidades específicas, sem contribuir com o país em sua totalidade. Tais políticas são usadas muitas vezes para amealhar votos nas eleições.

Faria (2003, p. 102) destaca alguns fatores que interferem na utilização dos resultados como: existência de crenças e interesses conflitantes; ocorrência de conflitos de interesses

entre as diferentes unidades do programa; mudanças no pessoal encarregado; eventual inflexibilidade das regras e dos padrões operacionais da organização encarregada, que pode impedir a adoção das recomendações feitas na avaliação e; mudanças de condições externas, e alterações no ambiente político que podem tornar inviável para a organização responder à necessidade de mudança demonstrada pelos avaliadores.

Silva (2010) considera que questões como ausência de cobrança por parte da sociedade causada pela falta de informação de qualidade e de organização entre os membros refletem na falta de pressão efetiva para que haja coerência nas ações implementadas pelo Estado.

Trevisan e Bellen (2008) destacam que as avaliações podem ser consideradas como um “problema” para os governantes, executores e gerentes de projetos uma vez que os resultados podem causar “constrangimentos públicos”; os resultados poderiam ser usados pela imprensa e público para criticar os governos.

Silva (2010) aponta que nem sempre é dada a devida importância à avaliação da execução de políticas públicas, em determinado período ou segmento, uma vez que tal processo reflete os conflitos de interesses e os arranjos feitos nas esferas de poder envolvendo, assim, atores das instituições estatais e da sociedade como um todo.

De acordo com Silva (2010), além da importância da avaliação em si, também deve-se atentar a prestação de contas à sociedade que não deve se resumir apenas à disponibilização ao povo e sim, ser debatida por meio de assembleia pública, tornando possível a compreensão da informação, uma vez que esta é sua finalidade democrática, a compreensão pelos membros da sociedade com a consequente interação mediante sugestões e aperfeiçoamentos.

### **2.2.3. Controle sobre os grupos de interesse**

O termo *lobby*<sup>3</sup> de acordo com Rodrigues (1982, p. 21-37), usado para ciência política, diz respeito às atividades desenvolvidas por determinado grupo de indivíduos (denominados *lobbysts*) que, atuando em parceria com membros do governo, procuram influenciar decisões políticas ou aprovação/rejeição de leis pelo Poder Legislativo.

Bentley (1908), em seu estudo pioneiro, defende que é impossível continuar a estudar os processos governamentais através de métodos puramente jurídicos ou institucionais, até então utilizados pelos publicistas, sem considerar a realidade da atividade política e as

---

<sup>3</sup>*Lobby* (plural *lobbies*), de origem grega, significa, originalmente, uma passagem, galeria, pórtico, corredor ou ante-sala ligada a uma sala maior ou série de salas à qual ou às quais se conduzem, conforme registros de Rodrigues (1982).

pressões dos grupos de interesse (*lobbies*) sobre os poderes executivo, legislativo, judiciário e sobre partidos políticos e o próprio eleitorado.

De acordo com Truman (1951), esses grupos de interesse sofrem constantes mutações, podem vir a se tornar “grupos de pressão”, caracterizados quando as respectivas demandas tiverem inspiração apenas em motivos econômicos. Ehrmann (1958) aponta o funcionamento de grupos de pressão na Austrália, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Suécia, Estados Unidos e Iugoslávia, com destaque para os Estados Unidos que em 1946 regulamentou o *lobbying* por meio de uma lei, que contém exigência de publicidade de todas as quantias gastas com a finalidade de influir na aprovação de leis federais.

A influência dos grupos de pressão, para Rodrigues (1982), inclui desde o contato pessoal direto com os agentes do governo, até ações coletivas e formas mais sutis de propaganda para formação de uma opinião pública favorável às reivindicações dos grupos, inclusive as contribuições para campanhas eleitorais de candidatos sabidamente favoráveis a determinados interesses ou, em casos extremos, o uso de intimidação ou suborno.

De acordo com Moreira (2008), a captura de interesses especiais, que podem ser de natureza econômica, corporativa, regional, ideológica, política, partidária, patronal ou sindical é uma das barreiras que inibem a eficácia das políticas públicas, tendo todas em comum o fato de serem insensíveis ao principal objetivo de uma política pública que é a busca do bem estar comum. Em sua maioria, são minorias que utilizam seu alto poder de voz e organização em torno de privilégios para bloquear a adoção de políticas públicas que beneficiariam no longo prazo maiorias carentes de baixa capacidade de organização e sem poder de vocalização. Moreira (2008) entende que trata-se de um desvio de conduta que pode gerar consequências tão ruins quanto, como corrupção, por exemplo.

Bonavides (2001) destaca alguns pontos positivos desses grupos de pressão como: i) como a tarefa governativa é complexa e muitas vezes não é alcançada por todos os cidadãos, quando organizados em grupos, conseguem maior compreensão e tendem a pleitear melhor as medidas oficiais de atendimento de seus interesses; ii) a informação proveniente de grupos altamente competentes pode se tornar subsídio valioso à elaboração legislativa ou à tomada de decisões administrativas, pois nem sempre os grupos que se dispõem a cooperar com o governo agem de má-fé; iii) tais grupos podem funcionar como agentes que despoltizam o conflito de classes, tornando-os apenas conflitos de interesses; e iv) a total eliminação da ação dos grupos pode implicar ameaça ao equilíbrio de uma sociedade democrática, pluralista e diferenciada.

A despeito da discordância entre grupos de interesse e partidos, é preciso que haja consenso sobre do que representa o real interesse público, sendo necessário distinguir o interesse público do interesse de grupos, visando à preservação da integração e coesão nacional. Rodrigues (1982) entende como corretivo eficiente contra o excesso de influência de determinados grupos, uma maior coesão e disciplina partidária, eleições honestas em amplo sufrágio, livre exercício das liberdades civis e públicas e livre uso dos modernos meios de comunicação. Tais situações, porém, necessitam que haja grande convergência da sociedade, um entendimento de caráter geral sobre o poder de influência desses grupos e a importância de interferir enquanto cidadãos, sendo este um processo ainda em construção, para Silva (2010).

De acordo com Drummond (2009), os grupos que são contra a prática do *lobby* temem que a regulamentação possa ser um ponto de apoio de grupos empresariais que visam utilizar a força do dinheiro para barrar/alterar leis benéficas ao interesse público, assim como ocorre nos Estados Unidos, onde o custo para a democracia e sociedade já é maior que o benefício.

Drummond (2009) cita como exemplo um grupo composto por algumas das maiores empresas dos Estados Unidos que teria pago a uma empresa de *lobby* 1,6 milhão de dólares, em 2004, para conseguir uma modificação na legislação tributária que gerou uma economia para o grupo de 100 bilhões de dólares, ou seja, um *lobby* com uma taxa de retorno de 6.000.000% (seis milhões por cento). É possível concluir que não é fácil diferenciar o *lobby* “bom” do chamado *lobby* “mal”, assim como Silva (2010) destaca que não existem procedimentos para aferir o nível de influência exercido pelos lobistas em cada programa do governo, ou seja, sabe-se dos efeitos nocivos, porém não se tem avaliação do grau de nocividade.

Por fim, será analisado o efeito da globalização na geração e aprofundamento das desigualdades.

#### **2.2.4. Interferências Decorrentes da Globalização**

A globalização é definida por Silva (2010) como um “processo de aprofundamento de integração econômica, social, cultural e política” que se apóia na transformação das relações entre o tempo e espaço, de acordo com a velocidade do fluxo das informações devido a novos recursos científico-tecnológicos que permitem o conhecimento simultâneo do que ocorre em qualquer parte do mundo.

Quijano (2007) não trata a globalização como um fenômeno natural e inevitável, mas como o resultado de um conflito em busca do controle do poder, que se inicia na década de

1970 decorrente da crise mundial do capitalismo e que foi acelerada com a vitória das forças que representam a colonialidade e o capitalismo em 1989, com a queda do muro de Berlim.

Tal processo de acordo com Quijano (2007) teve como implicação a desconcentração do controle da autoridade pública, como por exemplo: a descolonização política do sudeste e leste asiático, parte da África e Oriente Médio; movimentos e regimes da América Latina de tendência nacionalmente democrática; movimentos sociais democráticos, anticapitalistas e antiautoritários na Europa, Estados Unidos, na metade dos anos 1960; movimentos de “libertação” nas relações sexuais e raciais, étnicas; crítica ao eurocentrismo como perspectiva do conhecimento.

Viola (1997, p. 65) destaca que considerando o desconhecimento sobre todas as consequências sociais desencadeadas pela globalização, existem evidências na implicação da desconcentração do controle da autoridade pública estatal com reconcentração de controle de poder como: a diluição de limites entre nacional e internacional; passagem do sistema internacional (Estado-cêntrico) para o sistema transnacional (Estado-cêntrico e multicêntrico); erosão parcial do Estado nacional como centro regulador da vida social e constituidor das identidades; interdependência assimétrica entre países; e desgaste dos sistemas democráticos nacionais pelo poder crescente de atores transnacionais e transnacionalizados.

Silva (2010) considera vital na discussão sobre a globalização, elencar a falta de instituições, de regras de jogo claras, estáveis e equitativas, com abrangência mundial, que impeçam problemas de assimetria, desigualdades e hegemonias. Para a autora, já se verifica uma relativização da soberania sem que existam regras de responsabilização mundial a serem seguidas o que implica no risco de que a mundialização gere um desgaste na soberania dos Estados individuais em favor de um sistema de poder de poucos Estados.

Para Silva (2010) o processo de globalização provoca um agravamento das desigualdades, uma vez que da forma como se dá esse processo, observa-se ênfase maior no consumo, que fica restrito aos centros de decisão do âmbito financeiro-econômico. Silva (2010) considera que existe um desenvolvimento da modernidade no processo de globalização, porém sem uma revolução social, pois o exército de desempregados não tem acesso aos produtos disponibilizados no mercado em escala mundial, uma vez que não conseguem consumir nem os bens básicos de primeira necessidade, ficando à margem da globalização, da qual só fazem parte na escala numérica da pobreza, resultado da transnacionalização da economia que exige mudanças visando à abertura das economias nacionais e a formação de mercados comuns com base em fórmulas neoliberais que exigem redução do Estado mediante cortes consideráveis do investimento público.

O processo de globalização vivenciado na América Latina, de acordo com Silva (2010), foi dificultado pela imposição de ajustes macroeconômicos com amplo corte de gastos públicos para fazer frente ao pagamento dos serviços das dívidas externas, o que levou ao desvio de recursos que inicialmente seriam destinados à saúde, educação e desenvolvimento foram direcionados para pagamentos de juros da dívida externa. Tal contexto gerou uma piora no quadro histórico de exclusão social que já existia perante à desigualdade na distribuição de renda.

Existe também a visão dos globalistas neoliberais, como definido por Held e McGrew (2001), que consideram a pobreza extrema e a desigualdade, como estados de transição econômica que criarão precondições para uma ordem mundial mais estável e pacífica, sendo as desigualdades superadas através de uma política de abertura ao capital global e à competição global.

Para os globalistas identificados por Held e McGrew (2001) como sociais democratas, a globalização é responsável por aumentar as diferenças, com aumento de desfavorecidos e desinteresse e impossibilidade por parte dos governantes em assumir o ônus da proteção aos vulneráveis. Também argumentam que a competição global mina as coalizões sociais e políticas fundamentais aos programas de bem-estar social, a internacionalização econômica reforça padrões de dominação e dependência, bloqueando o desenvolvimento real. A solução proposta é a busca coordenada de programas regionais e globais que regulem as forças da globalização.

Por fim, o grupo denominado como globalistas céticos, considera que a internacionalização econômica reforça padrões históricos de dependência e dominação ajudando para que as possibilidades de desenvolvimento real sejam impedidas, “criando um mundo cada vez mais insubordinado e violento, no qual a pobreza, a privação e o conflito são a realidade cotidiana da maioria dos povos” (HELD E McGrew, 2001, p. 75). Neste caso, a solução só é possível dentro do limite do Estado-nação, lugar onde desigualdades podem ser combatidas com sucesso e legitimidade por meio dos sistemas nacionais de bem-estar social dos governos nacionais.

A seguir será observado o caso brasileiro, identificando como os fatores que influenciam as políticas públicas se caracterizam no Brasil, levantando as principais políticas públicas adotadas e analisando os principais impactos do Programa Bolsa Família.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

O Brasil apresenta algumas especificidades que devem ser abordadas quando se trata dos três pontos essenciais à efetividade, eficácia e eficiência das políticas públicas. Silva (2010), analisando as formas de participação do Capital Social que são praticadas no Brasil, nota a falta de espaço para os excluídos, a dificuldade destes grupos se organizarem faz com que sejam abandonados, sendo um agravante as políticas compensatórias praticadas pelo neoliberalismo uma vez que os direitos sociais foram retirados antes mesmo que fossem realidade para todos.

Tal realidade demonstra a importância do Estado, que não pode deixar de atuar como agente de efetivação da universalização de direitos e políticas sociais, contribuindo, assim, para a construção de um Estado Democrático de Direito, de acordo com a Constituição, através da construção da cidadania dos excluídos, sendo tal responsabilidade intransferível, tanto para o setor privado, como para os próprios excluídos.

Assim, este capítulo pretende analisar os elementos definidos no capítulo anterior para eficiência, efetividade e eficácia de políticas públicas para o caso do Brasil, além de uma breve revisão das principais políticas públicas adotadas no país, assim como seus benefícios e exigências. Por fim, será analisada a política pública alvo desta dissertação, o Programa Bolsa Família, assim como, os principais estudos que analisam os impactos desta política nos últimos anos na sociedade brasileira.

Oliveira (2006) com uma análise da realidade brasileira entende que a falta de articulação entre as organizações envolvidas no planejamento com o Estado, sociedade civil e setor privado seja o fator mais limitador de planejamento no Brasil, ou seja, a falta de qualidade no “capital social” do planejamento. Questões como a despolitização da sociedade por não criar condições mínimas de qualidade de vida, o crescimento da pobreza e da exclusão social e o prevalecimento do individualismo e do interesse privado em detrimento do coletivo conjuntamente com o descrédito em relação a instituições e governos (o que fomenta o desinteresse dos cidadãos pelos assuntos político-sociais) são fatores que corroboram com a hipótese do autor.

Alguns fatores para que ocorra o resgate dos vínculos sociais e da sociedade civil como um todo são de fundamental importância, como: ações que ampliem o desenvolvimento educacional dos indivíduos de modo a lhes conferir capacidade de compreensão da conjuntura em que vivem; maior fonte e divulgação de informações acerca das ações do Estado, principalmente informações relacionadas às políticas públicas. A educação política e as

informações devem ter natureza transparente para que não representem mais um instrumento de manipulação de dados de acordo com interesses de grupos ou de acordo com as circunstâncias, de acordo com Silva (2010).

Silva (2010) considera que o Brasil tem um capital social em formação, com grande potencial de crescimento, sendo muitas vezes esse processo impulsionado pelas dificuldades encontradas pela população o que a faz buscar ajuda dentro das próprias comunidades, fortalecendo, assim, os laços de solidariedade. O grande impeditivo, apontado por Silva (2010), seria a descrença nas instituições do Estado e ainda um gargalo entre a população que demonstra interesse de ser mais ativa e a criação de mecanismo de participação efetiva, criando o elo entre demandantes e formuladores de políticas.

Ao observar o segundo componente para a efetividade, eficácia e eficiência para o caso brasileiro, Faria (2003) considera que o Brasil tem negligenciado a avaliação efetiva de políticas públicas, utilizando-a raramente como instrumento de gestão do setor público brasileiro por todas as três esferas de governo. Para o autor, na prática, as avaliações de políticas públicas não cumprem o seu papel de funcionar como ferramenta útil ao aumento de eficiência e eficácia do setor público.

Faria (2005) aponta que a partir dos anos 1990, o processo de avaliação das políticas públicas foi colocado a serviço do setor público que privilegiou a adoção de uma política de contenção de gastos públicos com uma busca da melhoria da eficiência e da produtividade, juntamente a uma flexibilidade gerencial e capacidade de respostas do governo, assim como na busca por uma “maximização” da transparência da gestão pública e de responsabilização dos gestores, colocando em primeiro plano, teoricamente. Tal prática buscava alcançar a credibilidade no processo de reforma. Trevisan e Bellen (2008) afirmam que a década de 90 marca a fase de deslocamento teórico-discursivo marcado por questionamentos sobre o papel do Estado que, aliado à influência de uma nova administração pública, fez com que a avaliação assumisse a função de legitimação, gerando maior cobrança de resultados tanto da administração, quanto das políticas públicas.

Realizar o processo avaliativo encontra resistência até mesmo no governo federal, de acordo com Silva (2010), uma vez que na principal peça de prestação de contas anual do governo (Balanço Geral da União) não possui dados avaliativos sobre a execução dos programas de governo que sirvam de suporte para um planejamento futuro no que diz respeito à efetividade, ou seja, efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa. Tão pouco, à eficiência, quanto a possibilitar a eliminação de

eventuais custos desnecessários e não condizentes com o princípio da equidade, de acordo com os conceitos já citados e desenvolvidos por Arretche (2001); os registros se limitam aos dados sobre execução física e financeira dos programas, não se preocupando em tornar público o instrumento de avaliação.

Ribeiro et al (2005) avaliam a elasticidade da pobreza do crescimento para os estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo para as décadas de 1980 e 1990. Conclui que o crescimento reduz em diferentes graus a pobreza em cada estado, ou seja, em alguns estados o crescimento tem maior ou menor influência na diminuição da pobreza. Para os dez estados para quais os dados foram observados, apenas nos estados do Ceará e Distrito Federal apresentaram elasticidade negativa, ou seja, indicaram que o crescimento reduziu a pobreza.

Os autores concluem que um baixo nível “pró-pobre” da focalização do gasto público com um baixo nível de desenvolvimento institucional pode afetar severamente a eficiência das políticas públicas, sendo possível observar tal efeito a partir de escolas disfuncionais, serviços de saúde inoperantes e inacessíveis aos pobres. Ou seja, o crescimento em favor dos pobres requer a retirada de instituições e políticas que atuem contra os pobres, isso implica em gastos públicos focalizados e adequados em educação básica, saúde e serviços de planejamento familiar, acesso ao microcrédito, promoção de pequenas e médias empresas, provisão de direitos de propriedade para os pobres, de acordo com Ribeiro et al (2005).

Monteiro (2008) entende que em relação ao caso brasileiro, o sistema constitucional de poderes e a descentralização das decisões envolvendo as políticas públicas oferecem inúmeros pontos de acesso aos grupos de interesses no encaminhamento de suas demandas, uma vez que o funcionamento do *lobbying* ocorre mediante a troca e implementação de contratos entre grupos de interesses e os formuladores das políticas.

A mobilização desses grupos junto aos políticos e burocratas, para Monteiro (2008), atrapalham a formulação e implementação de políticas, motivo pelo qual, sem que ocorra a definição de regras que delimitem a atuação dos grupos de interesse, é ilusório falar em autonomia decisória dos agentes públicos (políticos ou burocratas) e em governabilidade efetiva.

A lentidão dos processos com vistas à implementação das políticas de inclusão social, como Silva (2010) destaca, é uma das consequências da falta de autonomia decisória dos agentes públicos e de uma governabilidade efetiva, já que muitas vezes os grupos de interesse barram tais processos, pois nem sempre visam os interesses públicos. A autora identifica que

há certa predominância da atuação dos “grupos de pressão” e, por isso, em prevalecido a vontade do grande capital.

Tal consequência pode ser vista na prática com projetos implementados sem que haja justificativa técnica plausível sobre a necessidade ou prioridade dos beneficiários. Silva (2010) ainda destaca que a imprensa tem papel fundamental, uma vez que através dela é possível munir a sociedade de informações éticas e imparciais visando evitar a manipulação dos grupos de interesses.

O tema é importante e complexo, pois quando se trata da regulamentação existem os que são a favor, como a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), como destaca o documento “EDUCAÇÃO: o real sentido do lobby” (2008), que lançou o Programa Internacional em Relações Governamentais com base no argumento de que o *lobby* é um importante instrumento para estreitar o relacionamento entre governo e empresas privadas com o objetivo de promover benefícios diversos a favor da sociedade.

Iniciativas como a do Governo Federal de promover um seminário sobre o assunto, Brasil (2008), é importante para incitar o debate e levar maior compreensão do funcionamento do setor público para a sociedade, já que esta é a maior beneficiada das políticas públicas e também quem é mais prejudicada quando existem vícios na relação do setor público e privado.

Na busca por um Estado ideal, considerando que como instituição que influencia e é influenciada pelo meio em que se encontra, Pereira (2001) destaca que a sociedade brasileira busca um Estado que independentemente do seu tamanho seja permeável às necessidades sociais, um Estado que regule as instituições privadas de proteção social em suas posturas, concepções, objetivos e métodos de provisão social.

Ou seja, um Estado que atenda as exigências das políticas sociais existentes no texto constitucional, não é o Estado desenvolvimentista dos anos 60, voltado para o crescimento da economia e também não é o Estado minimalista das teses neoliberais. Silva (2010) considera que a sociedade brasileira busca efetivamente o Estado que tenha capacidade de realizar uma inclusão social, independente do nome que receba.

O Estado da inclusão social, de acordo com Silva (2010), seria aquele com capacidade de imprimir ética na aplicação dos respectivos recursos, de desenvolver por meio de programas e parcerias público-privadas, os valores da cidadania e democracia participativa. Tornando os cidadãos agentes do desenvolvimento, não apenas se restringindo à realização dos interesses

de pequenos grupos com maior acesso às estruturas de poder, ou com maior capacidade de manipulação de situações.

Bonavides (2004), ao analisar o Brasil, identifica um Estado que subsidia e incentiva a empresa privada, mas também institui o salário-desemprego, é o que incentiva a reforma agrária democrática, mas mantém o instituto da propriedade privada, ou seja, tem compromisso com o desenvolvimento e com o princípio da dignidade da pessoa humana. Um breve histórico das políticas públicas brasileiras de combate à pobreza e desigualdade serão vistas a seguir.

### 3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE

No Brasil, a implementação de políticas sociais de distribuição de renda tem seu início na década de 1930, em que segundo Weissheimer (2006, p. 27), iniciam as conquistas sociais com a criação dos primeiros programas e leis voltados aos trabalhadores, sob o governo de Getúlio Vargas. Tal marco é considerado como o primeiro esboço para a construção de um Estado de bem-estar social e que sofreu diversas tentativas de desmonte, mesmo não sendo concluído.

Ainda de acordo com Weissheimer (2006), o projeto de criação de um Estado de bem-estar foi retomado com a Constituição de 1988, que colocou a assistência social no âmbito das políticas públicas, vinculando-a a Previdência Social e à saúde e dedicando dispositivos em atenção às pessoas, famílias e comunidades socialmente mais frágeis (indígenas, quilombolas, crianças e idosos).

De acordo com Sanson (2008), as políticas públicas dirigidas ao povo não têm uma história muito longa, varia entre fases de maior expansão e de retração, conforme a conveniência do interesse da liderança política ou da elite dominante, cujos interesses não são comuns ou se sobrepõem alternadamente. O próprio Programa Bolsa Família é considerado por Sanson (2008) um exemplo dessa aplicação por conveniência uma vez que alguns programas como Renda Mínima que data de 1991, e outros auxílios que foram adotados por um curto período de tempo e sem grande destaque por não apresentarem um planejamento prévio, muitas vezes de forma pulverizada e desconexa.

Weissheimer (2006) explica que o Programa Bolsa Família não foi uma iniciativa que “partiu do zero”. No final do governo de Fernando Henrique Cardoso algumas políticas direcionadas para melhoria da renda e da qualidade de vida da população que se encontrava na pobreza e extrema pobreza foram lançadas: o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil); o Agente Jovem; o Programa Sentinela; o Bolsa Escola; o Bolsa Alimentação; e o Auxílio Gás. A criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no governo Lula, teve o intuito de incorporar e integrar as políticas em único Programa que procura unificar as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda.

Sanson (2008) destaca que antes da criação do MDS, os diversos programas se encontravam sob a responsabilidade de vários ministérios, possuíam cadastros de beneficiários distintos e tinham critérios diferenciados para recebimento dos benefícios, tais características implicavam em diversos problemas, que a criação do Bolsa Família buscou solucionar.

Ainda de acordo com Sanson (2008), as mudanças foram: a unificação de todos esses programas existentes, resultando no recadastramento dos beneficiários para a formação de um cadastro único; a redefinição dos variados critérios para um só critério de recebimento do benefício; e atribuída a responsabilidade de seu controle e gestão a um único ministério, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, posteriormente MDS, com a missão específica de cuidar do desenvolvimento social e do combate à fome.

Abaixo são descritos os principais programas criados entre 1996 e 2004, também ilustrados pelo Gráfico 1, de acordo com Soares, et al (2006):

- Bolsa Escola: o programa federal foi criado em 2001, administrado e implementado pelo Ministério da Educação, tinha como população-alvo crianças na faixa de 6 a 15 anos, cuja família tivesse uma renda per capita abaixo de R\$ 90,00. O valor do benefício era de R\$ 15,00 por criança, acumulável até um máximo de R\$ 45,00 (três crianças). As condicionalidades exigidas eram: a família se comprometeria a assegurar no mínimo 85% de frequência da criança às aulas. Esse programa foi unificado com o Bolsa Família em janeiro de 2004;
- Bolsa Alimentação: este programa foi criado em setembro de 2001, por iniciativa do Ministério da Saúde. Tinha como objetivo combater a mortalidade infantil em famílias com renda per capita mensal de meio salário mínimo (equivalente a R\$ 130,00 em 2004). Assim como no PBF, o valor do seu benefício era de R\$ 15,00 por criança na faixa de 0 a 6 anos, ou gestante, acumulável até um máximo de R\$ 45,00 (três crianças). As condicionalidades do programa se baseavam na família atualizar o cartão vacinação de crianças até de 0 a 6 anos, assim como asseguraria visitas regulares, ao

posto de saúde, de gestantes, para o pré-natal, e de mães que estivessem amamentando;

- Auxílio-Gás: este programa foi criado em dezembro de 2001, como uma medida compensatória para o fim do subsídio ao gás de cozinha. Assim como no Bolsa Escola, as famílias a serem por ele beneficiadas deveriam ter renda familiar per capita de, no máximo, R\$ 90,00 (excluída desse cálculo a renda proveniente de outros programas de transferência de renda, ou de benefícios como o seguro desemprego). Esse programa não impunha nenhuma condicionalidade à família, a não ser a de estar cadastrada no Cadastro Único. O valor do benefício era de R\$ 7,50 por mês, pagos bimestralmente. O Ministério das Minas e Energia era responsável pela administração desse programa;
- Cartão Alimentação do Fome Zero: criado em 2003, consistia em uma transferência de R\$ 50,00 para famílias cuja renda familiar per capita fosse menor do que metade do salário mínimo, por 6 meses (esse período poderia ser prorrogado por no máximo, 18 meses). O objetivo do programa era lutar contra a insegurança alimentar, enquanto outras medidas – ações estruturantes – seriam implementadas com o objetivo de assegurar que as famílias não padecessem de insegurança alimentar;
- PETI: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi criado em 1996. Ele consiste na transferência de renda para famílias com crianças na faixa de 7 a 15 anos, as quais trabalhem ou corram risco de ter de trabalhar em atividades consideradas perigosas e prejudiciais à saúde infantil, como, por exemplo, em carvoarias e em plantações de cana-de-açúcar ou de sisal. O programa também prevê repasse de verbas para os municípios participantes, para que ampliem as atividades curriculares da escola com a Jornada Ampliada. Esse último componente visa a evitar que as crianças usem seu “tempo livre” para trabalhar. Municípios com alta incidência de trabalho infantil em atividades consideradas perigosas foram selecionados para começar o programa. O valor do benefício era de R\$ 25,00, por criança, nas áreas rurais, e de R\$ 40,00 nas áreas urbanas. O programa é condicional, e as famílias beneficiárias se comprometem a não permitir que crianças menores de 16 anos trabalhem, assim como asseguram que os menores terão, no mínimo, 75% de frequência na escola. De acordo com Brasil (2006), o PETI está integrado ao Bolsa Família, porém ao contrário dos demais programas não deixou de existir, pois nem todas as famílias do PBF atendem ao público-alvo do PETI;

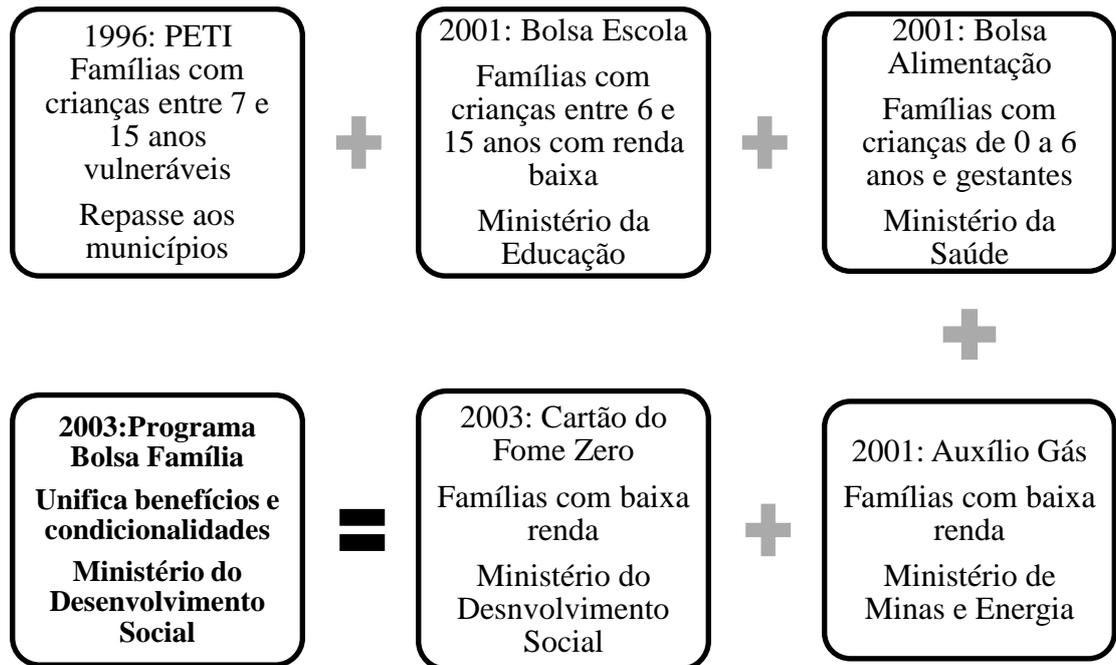
- Bolsa Família<sup>4</sup>: criado em outubro de 2003, esse é o principal programa de transferência de renda do governo federal, e é administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Ele unificou outros programas de transferência de renda condicionados, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, assim como programas sem condicionalidades: Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação do Fome Zero, os quais ainda estavam funcionando em 2004, além de ser integrado ao PETI . O Bolsa Família é dirigido a famílias que apresentem renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa, que estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais. Além disso, famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, somente ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa, podem participar do Bolsa Família – “qualquer que seja a idade dos membros da família”. Os benefícios concedidos pelo Bolsa Família variam de um mínimo de R\$ 22,00 ao máximo de R\$ 200,00, a depender da renda mensal por pessoa da família, do número de crianças e adolescentes (até 15 anos), de jovens (entre 16 e 17 anos) integrantes da família e de gestantes. As condicionalidades do programa englobam: 85% de frequência às aulas, para crianças em idade escolar; atualização do cartão de vacinação para crianças até 6 anos; visitas regulares ao posto de saúde tanto para gestantes, para o pré-natal, como para mães que estiverem amamentando (nutriz). Há ainda certas atividades estruturantes que objetivam aumentar o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos, particularmente da população adulta que não tem de obedecer às condicionalidades tradicionais do programa. Essas atividades abrangem preferência na seleção para cursos de capacitação profissional (incluindo cursos de alfabetização) e para programas de geração de emprego e renda. Além disso, membros da família sem registro civil terão acesso a esses registros e a outros documentos de identificação;
- BPC: O Benefício de Prestação Continuada é uma transferência de renda sem condicionalidades e independente de contribuição prévia para o regime de seguridade social para idosos com 65 anos ou mais e para pessoas com deficiência não aptas ao trabalho e a uma vida independente que vivem em famílias com renda per capita abaixo de um quarto do salário mínimo. Previsto na Constituição Federal, o BPC começou a ser implementado a partir de 1996. O valor do benefício é igual a um salário mínimo. No caso de deficientes, médicos peritos avaliam sua condição física e

---

<sup>4</sup> Os valores citados na descrição do PBF são referentes ao ano de 2010, uma vez que será o ano de análise do trabalho a partir dos dados do Censo (2010).

mental para uma vida independente e de trabalho. Os beneficiários – tanto idosos como deficientes – são reavaliados a cada dez anos para examinar se sua situação de extrema pobreza mudou. O benefício pode ser cancelado caso a situação da família não seja mais de extrema pobreza. (SOARES; et al, p. 9-11, 2006).

Gráfico 1 – Esquema com principais programas unificados no Programa Bolsa Família



Fonte: MDS – Elaboração Própria

Sanson (2008) considera que além da unificação dos benefícios existentes, que permitiram maior clareza e concentrar os benefícios em quem verdadeiramente o necessita, outro ponto favorável ao Programa Bolsa Família é sua possibilidade de integração com outros programas, potencializando sua ação.

Todas essas medidas citadas acima, de acordo com Weissheimer (2006), inauguram uma nova agenda social no Brasil que resultaram nas vantagens de racionalizar e expandir os programas existentes, destacando que a melhoria não se restringiu apenas à maior transferência de renda, mas às repercussões da exigência de frequência escolar das crianças das famílias beneficiadas, da exigência do cumprimento do cronograma de vacinação e da proibição do trabalho infantil, por exemplo.

Carvalho (2005) considera que estas exigências geram a possibilidade de aproximação da cidadania pelos mais pobres. O autor aponta a dimensão dos direitos sociais:

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na

riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo à saúde, à aposentadoria. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social. (CARVALHO, 2005. p. 9-10).

O quadro 1, a seguir, apresenta sinteticamente os seis grandes complexos de intervenção social do Estado, assim como o contingente da população coberta pelas diversas políticas sociais para o ano 2009.<sup>5</sup>

Quadro 1 – Estrutura de intervenção social do Estado brasileiro (2009).

Áreas	Principais Programas/Ações	Beneficiários/Resultados em 2008
<b>1. Previdência Social</b> Regime Geral Prev. Social	Aposentadorias e Pensões – Área Rural Aposentadorias e Pensões – Área Urbana Auxílio-Doença, Auxílio-Maternidade e outros Auxílios – Área Urbana e Rural	7,8 milhões de benefícios na área rural 15,2 milhões de benefícios na área urbana 1,7 milhão de beneficiários
Previdência do Servidor Público (Regimes Próprios Prev. Social)	Pagamento de Aposentadorias e Pensões Executivo, Legislativo e Judiciário	União: 530 mil servidores inativos e 448 mil pensionistas; Estados: 1,1 milhão de servidores inativos e 384 mil pensionistas; Municípios: 401 mil inativos e 151 mil pensionistas
<b>2. Emprego e Defesa do Trabalhador</b>	Seguro-Desemprego Abono Pis-Pasep	6,9 milhões de trabalhadores 8,4 milhões de trabalhadores com renda até 2 SM.
<b>3. Desenvolvimento Agrário</b>	Pronaf	2,2 milhões de contratos
<b>4. Assistência Social</b>	BPC – LOAS – Pessoa Idosa BPC – LOAS – Pessoa com Deficiência Programa Nacional de Inclusão do Jovem – Pró-Jovem Programa Bolsa Família	1,6 milhão 1,8 milhão 400 mil jovens 11,6 milhões de famílias
<b>5. Saúde</b>	Atenção Básica em Saúde Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada  Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos  Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	23 mil equipes de Saúde da Família; 50% da população coberta pelo PSF; 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 11 mil transplantes, 215 mil cirurgias cardíacas, 9 milhões de procedimentos de quimioterapia e radioterapia e 11,3 milhões de internações; Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) já conta com cerca de 2,5 mil veículos, cobrindo 1.163 municípios e 100 milhões de pessoas Cobertura vacinal para doenças infantis acima de 90% em 25 das 27 UFs, aproximando-se 100% em 14 UFs

<sup>5</sup> Os dados de gastos em políticas públicas e informações sobre intervenção estatal foram delimitados para 2009 por serem dados próximos ao ano dos dados que serão analisados no presente trabalho – Censo (2010).

Continuação - Quadro 1 – Estrutura de intervenção social do Estado brasileiro (2009).

<b>Áreas</b>	<b>Principais Programas/Ações</b>	<b>Beneficiários/Resultados em 2008</b>
<b>6. Educação</b>	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos Brasil Escolarizado Qualidade na Escola Distribuição de Livros Didáticos Complementação da União para o Fundeb Programa Nacional de Alimentação Escolar Brasil Universitário	4,1 milhões de estudantes atendidos pela rede pública  40 milhões de estudantes atendidos pela rede pública; 4,9 milhões na educação infantil; 28,1 milhões no ensino fundamental; 7,3 milhões no ensino médio 40 milhões de estudantes atendidos  615 mil estudantes matriculados na rede pública federal

Fonte: INEP/MEC; MDS; MPS; Boletim do Servidor/Siape; TEM; MDA; AEPS/MPS e IBGE

Pinheiro (2012) considera que como princípio geral, as políticas públicas devem ser avaliadas quanto aos seus efeitos sobre as liberdades pessoais. Em especial, as políticas de aceleração do crescimento não deverão ser avaliadas tão somente com respeito ao seu impacto sobre a renda pessoal, mas também, e principalmente, no que tange aos seus efeitos sobre as liberdades pessoais, o que dependerá, por sua vez, da capacidade estatal de prover serviços sociais capacitantes aos indivíduos. Logo, as políticas de crescimento e de ampliação das capacitações individuais devem se interconectar e se complementar mutuamente.

A seguir será descrito o Programa Bolsa Família, assim como os principais estudos que analisam o impacto do programa.

### 3.2.PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2015), o Programa Bolsa Família contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, criado em outubro de 2003, previsto em lei – Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, possui três eixos principais:

- Complemento da renda: todos os meses as famílias recebem benefício em dinheiro, transferido diretamente pelo governo federal, de acordo com MDS (2015) tal eixo garante o alívio mais imediato da pobreza;
- Acesso à direitos: as famílias beneficiárias devem cumprir compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. (MDS, 2015);
- Articulação com outras ações: o Programa Bolsa Família (PBF) tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento

das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e pobreza. (MDS, 2015).

O ingresso no Programa requer que as famílias apresentem renda mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa, que estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais. Além disso, famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, somente ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa, podem participar do Bolsa Família – “qualquer que seja a idade dos membros da família”. Os benefícios concedidos pelo Bolsa Família variam de um mínimo de R\$ 22,00 (vinte e dois Reais) ao máximo de R\$ 200,00 (duzentos Reais), a depender da renda mensal por pessoa da família, do número de crianças e adolescentes (até 15 anos) e de jovens (entre 16 e 17 anos) integrantes da família. (MDS, 2010).<sup>6</sup>

De acordo com o Governo Federal, o Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência do mundo, atingiu, até o ano de 2010, 12 milhões de famílias, beneficiando mais de 40 milhões de pessoas. Apesar da magnitude do programa, o gasto com o PBF desde 2004 até 2010 (ano de análise) não atinge 2% em relação ao total da receita da união, como está descrito na tabela a seguir.

Tabela 1 – Diversos itens de despesa do Governo Federal: 2004 a 2014.  
(% da receita líquida do Tesouro Nacional)

	2004	2006	2008	2010	2011	2012	2013
Abono Salarial e Seguro Desemprego	2,7	3,3	3,5	3,8	4,2	4,4	4,5
LOAS e RMV	2,1	2,6	2,7	2,9	3,0	3,3	3,4
<b>Bolsa Família</b>	<b>1,4</b>	<b>1,3</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>	<b>2,0</b>	<b>2,3</b>	<b>2,4</b>
Benefícios Previdenciários	35,7	36,7	34,2	32,7	34,4	35,9	36,0
Saúde	9,1	8,6	8,2	7,9	8,4	8,8	8,4
Educação	4,0	4,2	4,6	5,9	6,6	7,6	7,8
Pessoal (exceto saúde e educação)	22,2	22,3	21,4	20,3	20,6	19,8	18,8
Investimento (exceto saúde e educação)	2,1	2,8	3,9	4,7	4,1	3,8	3,7
<b>Memo: Receita Líquida (R\$ bilhões)</b>	<b>352</b>	<b>451</b>	<b>584</b>	<b>779</b>	<b>818</b>	<b>881</b>	<b>991</b>

Fontes: Sistema Siga Brasil e Tesouro Nacional – Resultado Fiscal do Governo Central

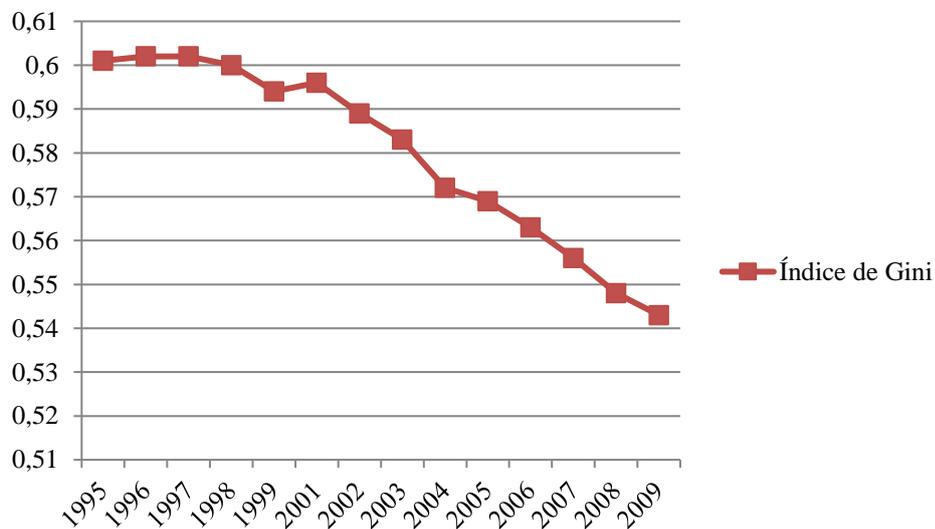
<sup>6</sup> Os valores de auxílio já encontram-se atualizados em 2015, porém como os dados utilizados para o objeto de trabalho são do ano de 2009 os valores de adesão ao programa serão do ano em análise. De acordo com MDS (2015) atualmente: “o Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza utilizando os seguintes níveis de renda para definir esses dois patamares: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 77,00 mensais e famílias com renda por pessoa entre R\$77,01 e R\$154,00 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos”.

A seguir são descritos os resultados dos principais estudos que analisam o impacto do Programa Bolsa Família.

### 3.2.1. Impacto do programa

Soares (2006), Hoffmann (2006), Soares, et al. (2006), Soares, et al. (2007), Soares, Ribas e Soares (2009) e Hoffmann (2010) – utilizam a decomposição fatorial do coeficiente de Gini para estimar os impactos de cada fonte de renda sobre a desigualdade. O gráfico 2 apresenta a trajetória do índice de Gini da renda domiciliar *per capita* no Brasil entre 1995 e 2009, deixando clara a tendência de diminuição da desigualdade desde o início dos anos 2000.

Gráfico 2 – Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* – Brasil, 1995-2009



Fonte: IPEA (2010) – Não há informação para o ano de 2000.

Soares, et al (2010) concluem que de 1999 a 2009, de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o coeficiente de Gini (x100) foi de 59,2 a 54,0. A transferência de renda do Bolsa Família foi responsável por 15% da queda no período, mesmo com o Bolsa Família representando apenas 0,7% da renda das famílias.

A partir dos dados para redução da pobreza, Soares, et al (2010) observaram para a linha de R\$ 100 de renda uma queda de 26% para 14% da população pertencente a este grupo vulnerável na população, os benefícios do Bolsa Família respondem por aproximadamente 16% desta queda. Para a linha de R\$ 50 de renda, em 2004, a pobreza caiu de 10% para menos de 5% do total da população e o benefício do PBF responde por quase um terço da redução na população pertencente a esta linha de pobreza.

Impacto mais relevante foi observado pelos autores em momentos de crise, uma vez que entre 1999 e 2003, os programas antecessores ao PBF evitaram 40% do aumento da pobreza

que teria ocorrido na sua ausência. Entre 2001 e 2003 tais benefícios agiram de forma oposta a tendência das rendas oriundas do mercado de trabalho e levaram a uma pequena redução da pobreza. De 2007 a 2009 o benefício do Bolsa Família inverteu a tendência da pobreza extrema, levando a uma queda que não teria ocorrido sem estes benefícios. (SOARES, et al, 2010).

Amaral e Monteiro (2013) analisam o impacto das condicionalidades do PBF na educação para os anos de 2005 e 2009 utilizando os dados da AIBF (Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família). Para o ano de 2005 o recebimento do Programa Bolsa Família se mostrou responsável pela redução nas chances de evasão escolar. Para o limite de renda domiciliar *per capita* de até R\$50,00, o programa teve um impacto de 57% de redução na chance de evasão escolar das crianças, para o limite de R\$100,00 (limite de elegibilidade em 2005), a redução foi de 34% na evasão escolar. Em 2009 os dados não foram estatisticamente significativos apesar de terem sempre apontado para a diminuição da evasão escolar.

Amaral, et al (2012) utilizando os dados do Censo 2010, observaram para o limite de renda domiciliar *per capita* menor que R\$70,00, crianças residentes em domicílios beneficiários do PBF apresentaram 128,5% maior chance de frequência escolar, em comparação a crianças não beneficiárias do programa. Na análise de domicílios com limite de renda *per capita* de R\$140,00, valor máximo oficial para elegibilidade do PBF em 2010, o aumento na frequência escolar, devido ao programa, foi de 128,6%. Entre domicílios com renda *per capita* de até R\$280,00, crianças pertencentes a domicílios beneficiários do PBF apresentaram 128,7% maior chance de frequentar a escola em 2010.

Bastagli (2008) estimou efeito positivo no aumento em 4% na frequência escolar entre as crianças pobres de 7 a 15 anos quando comparado àquelas que não participavam do Programa Bolsa Família.

Oliveira e Soares (2013) identificaram uma redução na repetência escolar causada pelo PBF no país. A partir dos dados dos estudantes do Educa Censo, produzidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do CadÚnico de programas sociais e do Projeto Presença (que controla a frequência escolar dos alunos do PBF), entre os alunos do CadÚnico, os beneficiários do Bolsa Família têm 11% menos chances de repetir de ano na escola que os alunos não beneficiários. O estudo também demonstrou que os alunos do Bolsa Família que cumprem a condicionalidade de educação têm 40% a menos de chances de repetir o ano.

Simões (2012) realizou um estudo sobre os efeitos educacionais do PBF e sugere que o tempo de participação no programa, associado ao valor *per capita* do benefício, contribui para a melhora dos resultados escolares. Os resultados utilizando o teste de língua portuguesa da Prova Brasil (2007), com alunos da 4ª série do ensino fundamental, demonstram que em escolas onde todos os alunos são beneficiários, há uma diferença de 11 pontos no exame a favor das escolas em que o tempo de participação das famílias é de três anos a mais. O estudo também aponta uma redução de 14 pontos na diferença dos resultados da prova de português entre escolas sem beneficiários e escolas com todos os alunos beneficiários quando o tempo médio de participação aumenta de um para quatro anos.

A partir dos dados da AIBF II (2009), Jannuzzi e Pinto (2013) observaram impactos efetivos do PBF na melhoria das condições de saúde de crianças beneficiárias, reduzindo a desnutrição aguda e garantindo cumprimento mais regular da aplicação de vacinas. A pesquisa mostrou que a proporção de filhos de beneficiárias do programa que eram amamentados de maneira exclusiva, pelo menos durante os seis primeiros meses de vida, era 8 p. p. maior (61% contra 53%) que a dos filhos de não beneficiárias.

Lignani, et al (2011) argumenta que as famílias beneficiárias aumentam o consumo em todos os grupos de alimentos analisados, principalmente cereais, alimentos processados, carne, leite e derivados, feijão e açúcar, melhorando a disponibilidade alimentar das crianças. Baptistella (2012) em seu estudo, usando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do (IBGE) de 2008/2009, demonstrou que o programa auxilia na melhora do *status* nutricional de crianças e adolescentes, sobretudo, no Norte e Nordeste, onde o impacto do programa é 31,4% maior que no Brasil como um todo.

Jannuzzi e Pinto (2013) verificaram que mulheres grávidas beneficiárias do programa também se mostraram mais presentes no acompanhamento pré-natal. O peso ao nascer das crianças de mães beneficiárias do Bolsa Família é superior ao das crianças de mães não beneficiárias. De acordo com o estudo, em 2009, as grávidas beneficiárias do programa apresentaram 1,6 visitas de pré-natal a mais do que as não beneficiárias. Entre 2005 e 2009, o número de gestantes beneficiárias do PBF que não receberam cuidados pré-natais caiu de 19% para 5%, queda maior que a observada entre não beneficiárias. Observou-se um efeito positivo do programa sobre a aplicação das vacinas, especialmente quando se observam os índices de vacinação contra difteria, tétano e coqueluche e contra poliomielite.

Para Rasella, et al (2013), evidenciam-se efeitos do PBF na redução da mortalidade infantil e no acesso aos serviços de saúde no Brasil entre 2004 e 2009, comparando municípios de alta cobertura do programa com municípios de menor cobertura. Os autores destacam que, no

período: dobrou o número de municípios com maior cobertura vacinal; houve redução em 47% na proporção de mulheres sem atendimento pré-natal antes do parto; e houve redução em 16% na taxa de admissão hospitalar de crianças menores de 5 anos, pela diminuição significativa dos casos de internação por diarreia, desnutrição e infecções respiratórias.

Rasella, et al (2013) concluíram que estes efeitos são amplificados quando o PBF é associado aos serviços de assistência básica de saúde, como o que é ofertado pela estratégia do Programa Saúde da Família (PSF). O PSF, por um lado, traz o serviço de saúde preventiva para mais próxima população pobre e, por outro, atua na provisão dos serviços necessários ao cumprimento das condicionalidades de saúde do PBF: cuidados pré e pós-natal, atividades educativas nas áreas de saúde e nutrição, vacinação e acompanhamento do desenvolvimento infantil.

Oliveira e Soares (2012) afirmaram que chefes de famílias beneficiárias, de 30 a 55 anos de idade, apresentam nível de atividade, ocupação e jornada muito próximas aos de chefes de nível socioeconômico equivalente. Corroborando com os resultados, o estudo de Sousa (2012) utilizando dados do Censo 2010, sobre a participação masculina no mercado de trabalho, de beneficiários ou não do programa, aponta no mesmo sentido, considerando as diferentes situações e atributos que afetam a situação de inserção no mercado de trabalho – idade, condição de chefia familiar, gênero e maternidade –, não há diferença entre beneficiários e pessoas não beneficiárias com renda equivalente.

O programa também demonstrou resultados positivos entre a relação de gêneros de acordo com Suarez e Libardoni (2007). Os autores demonstraram que as mulheres que são titulares do benefício do PBF têm ganhos na relação de gênero na medida em que se tornam mais independentes dos maridos financeiramente, passando a ter maior poder de barganha no que tange a alocação de recursos no domicílio e aumentando o nível de interação social.

Patrício (2012) destaca ainda que a maior autonomia no uso de contraceptivos e a queda tão expressiva da fecundidade entre mulheres de baixa renda mostram que o programa não tem efeito pró-natalista, assim como as iniciativas de ampliação da licença maternidade nos anos 2000.

Oliveira, et al (2007) avaliaram o impacto do Programa Bolsa Família em várias dimensões utilizando o banco AIBF de 2005. Neste estudo pressupõe-se que a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza se dará via relaxamento das restrições orçamentárias e da operação de aspectos comportamentais ligados às condicionalidades do Programa.

Os resultados obtidos por Oliveira, et al (2007) para saúde demonstram que o PBF não se mostrou eficiente no sentido de garantir o cumprimento de suas condicionalidades, apresentam diferenças significativas para diferentes regiões do país. Uma das justificativas para tais desempenhos diferentes a estrutura regional para acesso aos serviços de saúde. Os beneficiários do Programa Bolsa Família podem residir em áreas de menor densidade demográfica e piores condições de acesso aos serviços de saúde.

Os resultados obtidos nos indicadores de educação na pesquisa de Oliveira, et al (2007) destacam resultados positivos dos beneficiários do PBF em relação a moradores de domicílios que não participam de nenhum programa, com algumas diferenças regionais para as crianças na região Sudeste/Sul e para as mulheres na Região Nordeste em relação à frequência escolar. Para a variável evasão, no geral, os beneficiários obtiveram resultados favoráveis indicando menor evasão, com ressalva para maior evasão dos beneficiários do PBF, somente entre os homens da região Norte/Centro-Oeste. Na variável estudo e trabalho infantil, todas as regiões apresentaram indicadores positivos, demonstram maior alocação de tempo para o estudo em relação aos demais grupos de comparação. Por fim, a progressão (aprovação nas séries), só apresentou resultados positivos para mulheres da região Sul/Sudeste, para as demais regiões, os beneficiários apresentaram pior desempenho em relação aos grupos de comparação.

Oliveira, et al (2007), observando os resultados para ocupação os beneficiários do PBF apresentaram maior participação no mercado de trabalho exceto entre os mais pobres da região Norte/Centro-Oeste. A procura por trabalho também apresentou resultado positivo na maioria das regiões, o que não confirma a hipótese de um desestímulo ao trabalho devido ao recebimento de transferências monetárias.

A partir dos resultados obtidos pelo estudo de Oliveira, et al (2007) é possível notar diferenças por região, que podem se justificar por discrepâncias significativas de infraestrutura e acesso à saúde e educação, exatamente por não ser um ambiente homogêneo, tal componente é essencial para avaliar uma política pública de abrangência nacional.

Com base nos estudos que demonstram que o Programa Bolsa Família impacta diretamente em diversas áreas, que não somente a renda, o capítulo a seguir pretende unir a teoria das abordagens das capacitações ao Programa Bolsa Família como forma de combate à pobreza multidimensional, ou seja, considerando outras questões além da monetária.

#### **4. ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

A ampliação da visão social do processo de desenvolvimento brasileiro acompanha a ampliação da extensão do conceito de desenvolvimento, em nível mundial. Pinheiro (2012) aponta que nos últimos quarenta anos, pelo menos, este conceito tem sofrido uma ampliação da extensão do seu conteúdo. O termo “desenvolvimento” deixou de designar fenômenos e processos estritamente econômicos, como o aumento do produto real *per capita* ou o aumento da produtividade dos fatores de produção.

A partir dos anos 1970 incorporam-se ao conceito de desenvolvimento diversas noções, que passam, inclusive, a justificar o aparecimento de novas expressões associadas ao desenvolvimento, como “desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento humano”, como destaca Pinheiro (2012). O autor considera que grande parte dessas noções contribuiu para ampliar sobremaneira o conteúdo normativo do conceito de desenvolvimento, bem como para diminuir o seu grau de precisão. Apesar de mais impreciso, isso não acarreta necessariamente a inutilidade desse conceito como instrumento de análise nas ciências humanas e sociais aplicadas, ainda de acordo com Pinheiro (2012).

Este capítulo pretende revisitar os principais conceitos da abordagem das capacitações, assim como a ideia de pobreza multidimensional. Será abordada a visão de Amartya Sen em relação às políticas públicas e como o Programa Bolsa Família, através da exigência de condicionalidades, atua no combate da pobreza além da transferência de renda.

##### **4.1. ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

Sen (1999) não limita o conceito de desenvolvimento como liberdade a uma precisão analítica vista como um fim em si mesmo. O conceito de desenvolvimento trabalhado pelo autor é um exemplo disso, é preciso olhar em perspectiva para o seu significado, considerar o contexto (questões sociais, regionais, culturais, etc) e procurar entender aspectos multifacetados e suas diversas aplicações.

De acordo com Sen (1999), um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão da liberdade de seus cidadãos proporcionando em níveis crescentes a possibilidade de ser e de fazer aquilo que valorizam. Em oposição ao enfoque da economia tradicional que analisa o desenvolvimento a partir dos meios de que as pessoas se utilizam para ter o estilo de vida que desejam, utilizando como variáveis principais a riqueza, a renda, o PIB como medidas unidimensionais de desenvolvimento, a análise de Sen atenta-se para questões que o autor considera como o fim do processo de desenvolvimento, ou seja, as próprias pessoas.

A partir desse conceito mais abrangente de desenvolvimento deve-se entender que não existe um conjunto determinado de variáveis ou elementos que permitem analisar o desenvolvimento de diferentes nações, uma vez que o autor considera que diferentes nações apresentam diferenças na cultura, no conceito, no que valorizam ser e ter.

Considerando a abordagem proposta por Sen (1999), a perspectiva do desenvolvimento como liberdade é abrangente e multidimensional que contrasta com as visões tradicionais, que restringem a noção de desenvolvimento ao crescimento do PIB, ao crescimento da renda *per capita*, à industrialização, ao avanço tecnológico ou à “modernização” social como destaca Pinheiro (2012).

Sen (1999) considera resultados econômicos importantes, porém estes compõem apenas um dos componentes das várias facetas do desenvolvimento. O autor destaca que existem diversos aspectos que não estão ligados à renda e que são essenciais para o entendimento do desenvolvimento das nações.

Para compreender a abordagem das capacitações é necessário esclarecer dois conceitos fundamentais na teoria de Sen (1999): o conceito de funcionamento, baseado na nação grega de *areté*, refere-se a atividades ou estados que uma pessoa pode valorizar fazer ou ser, como “estar bem nutrido”, “ser saudável”, “estar livre da malária”, “participar ativamente da vida em comunidade”, “ter autoestima”, etc.

O segundo conceito fundamental é o de capacitações definida como: “(...) a liberdade substantiva de realizar combinações de funcionamentos alternativos (...), [ou seja,], a liberdade de atingir vários estilos de vida” (SEN, 1999, p. 75). Os funcionamentos realmente atingidos ou escolhidos são as *realizações* de um indivíduo. Mas as capacitações de um indivíduo não podem se restringir às suas realizações, ou seja, ao conjunto de funcionamentos realizados, porque, do contrário, elas não incorporariam a noção essencial de oportunidade. Um exemplo seria uma pessoa rica que jejua realiza o mesmo funcionamento, em termos de alimentação, de uma pessoa miserável que não tem o que comer. O que diferencia essas duas pessoas são os “conjuntos de capacitações”, uma vez que o miserável não tem a opção de “estar bem nutrido”. As capacitações do indivíduo são representadas por um conjunto de todos os funcionamentos que o indivíduo pode atingir ou escolher, não se limitando a suas realizações.

Uma vez que a abordagem das capacitações procura avaliar e valorar a combinação de funcionamentos alternativos que o indivíduo pode escolher e não apenas o conjunto de realizações do indivíduo, sua base informacional é mais abrangente do que de outras abordagens tradicionais da avaliação social. A base utilitarista, por exemplo, tende a dar

enfoque apenas para os resultados efetivamente alcançados ou escolhidos pelo indivíduo, em termos de consumo, renda real ou “utilidade”.

Como já dito, a renda e a riqueza não são fins em si mesmo de acordo com Sen (1999), mas, um meio para as pessoas atingirem as condições de vida que valorizam. O aumento da renda pessoal pode ter papel importante para o desenvolvimento de capacitações, como também podem ser resultado desse desenvolvimento. Simultaneamente, as carências de capacitações pessoais estão associadas à baixa renda, logo, as capacitações e as rendas pessoais se afetam mutuamente, tanto positiva quanto negativamente.

Pinheiro (2012) destaca que renda, riqueza e as variáveis econômicas em geral afetam significativamente as capacitações humanas. Tal relação deve ser especificada por meio do caráter não linear da dupla relação renda-capacitações, devido a estes e outros possíveis aspectos da complexidade das inter-relações entre as liberdades e a renda, pode-se iludir com a ideia de que a solução do problema de baixa renda levará automaticamente à solução de outras carências de capacitações. Para o autor, a raiz desta ilusão (conjunto pequeno de informações em que se baseiam as abordagens de avaliação social focadas apenas na renda) é a mesma que levam analistas a considerarem apenas medidas econômicas como adequadas para medir o desenvolvimento de uma nação.

O Programa Bolsa Família pode ser analisado via abordagem das capacitações, por ter como objetivo o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil através de um tripé de ações que são de acordo com MDS (2015): complemento da renda; acesso a direitos (condicionalidades) e articulação com outras ações (que visam retirar as famílias da situação de vulnerabilidade).

A partir da teoria de Sen (1981, 1992, 199), pretende-se mostrar que pessoas com diferentes carências individuais, expostas a diferentes condições ambientais e sociais, sujeitas a distintas regras de participação social, bem como a diversos perfis de distribuição da renda familiar, alcançarão diferentes qualidades de vida com suas respectivas rendas.

A discrepância, de acordo com Sen (1999, p. 68-69), entre renda real e o bem-estar real das pessoas diz respeito à questão da avaliação das situações individuais e de proceder à comparação interpessoal em termos de bem-estar, tal questão é fonte da crítica seniana ao utilitarismo. Sen (1999) contesta o pressuposto “behaviorista” do utilitarismo, no qual indivíduos que escolhem as mesmas cestas de mercadorias, ou dispõem das mesmas cestas, desfrutam dos mesmos níveis de utilidade ou bem-estar. A visão utilitarista não considera as

discrepâncias entre renda real e a situação de bem-estar real do indivíduo a partir das heterogeneidades que muitas vezes tornam as funções de utilidade individual incomparáveis.

Ou seja, a escolha de uma determinada cesta de bens pode gerar diferentes níveis de bem-estar, o que é negado pelo utilitarismo. Pessoas que possuem características diferentes podem obter diferentes utilidades a partir do consumo das mesmas cestas. Logo, as diferenças interpessoais respondem em parte pela grande diversidade de oportunidades e de qualidade de vida. Pinheiro (2012) ressalta que a abordagem utilitarista não oferece elementos para estudar adequadamente as diferenças pessoais e os seus efeitos sobre o bem-estar das pessoas.

Sen (1999) constrói o arcabouço conceitual do desenvolvimento como liberdade em que considera o desenvolvimento como um processo que envolve a condição de agente das pessoas. Porém, a condição de agente pode ser limitada por vários fatores “externos”, como a pobreza, a tirania política, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social, a intolerância, a negação de direitos civis, etc. Por isso, uma parte importante das políticas de desenvolvimento consiste em identificar e combater fatores chamados por Sen (1999) de “fontes de privação das liberdades dos indivíduos”.

A partir da análise da teoria de Sen, é possível concluir que existem evidências de que a renda, isoladamente, pode não ser uma boa *proxy* para medir o padrão de vida de uma pessoa.

#### **4.1.1. Políticas Públicas**

Sen (1999) considera a pobreza uma situação de privação das capacitações; não pode ser identificada estritamente pela condição de baixa renda, ainda que a renda seja um indicador da pobreza. É essencial para a análise da pobreza, investigar relações entre baixa renda e a privação das capacitações. Tais relações não são simples, varia entre indivíduos, famílias e comunidades, de acordo com várias circunstâncias.

O que se pode defender é que a mensuração da pobreza precisa reconhecer tanto os aspectos de privação dos indivíduos como também os de seu ambiente (localização e questões infra-estruturais), principalmente para desenvolver políticas públicas que vão para além do aspecto individual. Assim como existe um componente espacial relacionado à pobreza que deve ser caracterizado para a identificação da sua heterogeneidade, estratégias espaciais de elaboração de políticas públicas de combate à pobreza devem ser consideradas, apresentando-se de modo diferenciado conforme o local a ser implementadas (TORRES et al, 2003; TORRES; MARQUES, 2004).

Os fatores que devem ter destaque na avaliação de uma política pública utilizando a abordagem das capacitações como base teórica são aqueles que afetam a capacidade do

indivíduo de transformar sua renda em funcionamentos, segundo Pereira (2012). Por exemplo: idade, gênero, papel social, local onde habita, estado de saúde, condição física e mental, renda familiar.

O ambiente (espaço regional) pode ser considerado como uma das dimensões que influenciam a pobreza multidimensional e a capacidade de superação de problemas. Nessa perspectiva, uma limitação dos métodos empregados para mensurar a pobreza multidimensional é assumir que a valoração desse fenômeno é igual para todas as pessoas, desconsiderando as influências do ambiente de localização das pessoas.

Pereira (2012) define uma espécie de *círculo vicioso da pobreza*, uma vez que a baixa capacidade de transformação renda-funcionamentos gera baixos funcionamentos que por sua vez, gera baixa renda que retorna a baixa capacidade de transformação renda-funcionamentos, encerrando o círculo. Ou seja. O círculo vicioso da pobreza é um processo em que as privações das capacitações se autorreforçam. A abordagem das capacitações provê argumentos em favor da ideia de que a natureza e as características da pobreza não são adequadamente refletidas pela simples observância de carência de renda.

Pereira (2012) destaca que uma política de combate à pobreza não deve ter como único objetivo a redução da pobreza-renda. Esta política seria provavelmente ineficaz em situações em que o círculo vicioso da pobreza já estivesse instaurado. Para atacar a pobreza com políticas públicas integradas, é preciso, antes de tudo, partir de um diagnóstico mais abrangente, procurando entender a natureza e a dinâmica das privações de liberdades das pessoas.

Políticas baseadas apenas na transferência de renda não são suficientes para a solução do problema pobreza. Apesar do PBF não se basear somente na transferência de renda, escapando de tal crítica por abordar outras dimensões, Torres e Marques (2004) argumentam que políticas sociais, sobretudo, como é o caso do Programa Bolsa Família, quando aplicadas de modo puro, fundamentadas no indivíduo, apresentam expressivos problemas relacionados ao seu alcance aos grupos verdadeiramente em piores condições de vida, bem como à sua operacionalização, pois são implementadas de forma indistinta em realidades sociais muito diferentes.

Pereira (2012) considera que as melhores estratégias de políticas públicas que pretendem reduzir a desigualdade entre as pessoas, avaliando o bem-estar geral, ou seja, considerando as capacitações e não apenas a renda. A renda não deve ser desprezada como instrumento de

medida por ser familiar, útil e de fácil interpretação quando comparada a dificuldade de medir as capacitações de forma precisa.

Para Claret, et al (2013), a resultante do desenvolvimento deve ser analisada à luz de informações culturais, sociológicas, demográficas, médicas, educacionais e não apenas pelas econômicas, uma vez que a conquista de liberdades em cada um desses campos tende a reforçar as capacitações dos indivíduos produzindo efeitos positivos em diversas esferas levando-os a um círculo virtuoso de conquista de bem-estar.

A complexidade das capacitações humanas e suas relações com a renda geram implicações na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Em nível macro, para Pereira (2012), o crescimento econômico, além de aumentar as rendas privadas, dota o Estado de mais recursos que podem ser utilizados para melhorar a vida das pessoas com transferências de renda pessoais; financiamento de políticas públicas na educação, saúde, seguridade social, que contribuem para ampliar as liberdades pessoais, embora o crescimento não seja condição *sine que non* para a efetividade das políticas.

Numa proposta de avaliar uma política pública baseada na abordagem das capacitações, Pereira (2012) enfatiza que é necessário destacar o efeito de tal política sobre as liberdades pessoais. Em especial, as políticas de aceleração de crescimento, que não devem ser analisadas apenas pelo seu impacto na renda pessoal, mas principalmente, no que diz respeito a seus efeitos sobre as liberdades pessoais, o que depende diretamente da capacidade estatal de prover serviços sociais capacitantes aos indivíduos. Políticas de crescimento e ampliação das capacitações devem se complementar.

Drèze e Sen (1989) e Anand e Ravallion (1993) analisam como as diferentes formas que as resultantes do crescimento econômico são utilizadas têm impacto significativo na expectativa de vida e taxa da mortalidade da população, a depender do perfil distributivo de tal crescimento sobre os diferentes estratos da população. Quanto maior a apropriação dos frutos do crescimento econômico, proporcionalmente, pelos mais pobres, resulta em uma maior expectativa de vida.

Os estudos de Drèze e Sen (1989) e Anand e Ravallion (1993) demonstraram empiricamente que a relação entre crescimento econômico e aumento da expectativa de vida é ampliada quando o crescimento se dá juntamente com a criação de políticas públicas de apoio à educação básica, saúde, seguridade social, reforma agrária, entre outras. Países que cresceram com apoio e fomento de um conjunto de políticas sociais (destacam-se os países do Leste e Sudeste Asiático) obtiveram um aumento da expectativa de vida de suas populações superior quando comparados a países que cresceram sem preocupação com o

desenvolvimento social (Paquistão e Índia). Tais evidências indicam que o crescimento econômico puro tem efeito muito menor do que quando acompanhado de políticas de desenvolvimento social.

Drèze e Sen (1989) classificam duas estratégias de desenvolvimento: as estratégias “mediadas pelo crescimento” e as “apoiadas socialmente”. A estratégia “mediada pelo crescimento” é caracterizada por um forte esforço para o crescimento econômico, mesmo este sendo concentrador de renda, mantendo este sistema até que o crescimento seja grande o suficiente para ser repartido por todos, ou seja, as políticas sociais não são prioridade em um primeiro momento. A estratégia descrita como “apoiada socialmente” tem como prioridade às capacitações e liberdades pessoais, o crescimento econômico gera expansão das capacitações individuais.

Sen (1999, p. 46-48), a partir da comparação das duas estratégias de desenvolvimento, conclui que um país não precisa crescer economicamente antes de elevar a qualidade de vida de seus cidadãos. Uma estratégia de desenvolvimento social e humano não tem que ser mediada por um forte crescimento econômico; e, que a estratégia apoiada somente no crescimento econômico precisa ser acompanhada por políticas que garantam os serviços sociais capacitantes à população para consolidar o processo de desenvolvimento.

Para Sen (1999, p. 132-134), as políticas que visam ampliar os funcionamentos e não só a simples transferência de renda diminui o risco moral de beneficiários distorcerem comportamentos e informações com o objetivo de satisfazerem certos interesses particulares que vão contra aos interesses da política. O autor cita algumas justificativas que embasam tal tese:

- 1) As pessoas, dificilmente, recusariam educar-se, cairiam doente de propósito ou deixariam de se alimentar adequadamente, motivadas apenas por propósitos de curto prazo, relativos ao recebimento de um benefício do governo. Uma vez constatados os baixos funcionamentos de uma pessoa, não haveria razões para crer que a condição precária seria fruto de algum tipo de manipulação;
- 2) A partir da inferência anterior, tem-se que alguns fatores causais a certas privações, como: deficiências físicas, idade avançada, por exemplo, são estruturais e vão além da simples carência de renda. Portanto, é muito difícil usar de forma intencional tais fatores para se obter ganhos de curto prazo;

- 3) Beneficiários de políticas voltadas para a melhoria do bem-estar tendem a prestar mais atenção aos seus funcionamentos, assim como qualidade de vida resultante das capacitações conquistadas, do que apenas ao fato de receberem mais dinheiro.

Quando a atenção de políticas de combate à pobreza e desigualdade se desvia a atenção da baixa renda pessoal para as carências de funcionamentos, se vê a razão para uma ênfase maior na provisão pública direta de certos serviços como educação e saúde. Tais serviços são tipicamente intransferíveis, não comercializáveis, e só têm utilidade para as pessoas que realmente precisam deles.

De acordo com Pinheiro (2012), a abordagem das capacitações humanas pode ser vista como um método geral de avaliação de estratégias de desenvolvimento, instituições e políticas públicas. O foco da avaliação são as pessoas, consideradas sob o aspecto de suas liberdades. A teoria desenvolvida por Sen se distingue das abordagens mais tradicionais da avaliação social, sobretudo naquelas cujo foco recai sobre a renda/riqueza. A abordagem de Sen (1999) entende a ampliação das capacitações pessoais como os fins do processo de desenvolvimento, ao passo que as abordagens tradicionais avaliam e medem tal processo com base nos meios ou instrumentos do desenvolvimento (renda, riqueza, a industrialização, etc.).

Ainda de acordo com Pinheiro (2012) a contribuição da abordagem das capacitações para a avaliação das políticas públicas se deve ao fato de procurar centrar seu foco nas pessoas, em seus propósitos de vida e capacidade de terem a vida que desejam e têm razões para valorizar. Deve-se levar em conta as heterogeneidades e contextos pessoais na avaliação da situação de cada um, na avaliação das trajetórias individuais em direção ao bem-estar, qualidade de vida. Na avaliação individual a renda deve ser usada como instrumento, porém não é suficiente, sendo necessárias outras variáveis indicativas de condições como idade, expectativa de vida, escolaridade, ocupação, assim como é importante considerar o estado de saúde, a forma e o grau de integração do indivíduo na vida da comunidade, participação política, condições ambientais.

A abordagem das capacitações permite uma avaliação da situação de cada indivíduo de forma mais abrangente, extensa e profunda do que as avaliações feitas a partir de abordagens centradas na métrica da renda permite a avaliação de benefícios que não estão baseados apenas no aumento da renda pessoal. A abordagem de Sen (1999) defende uma ampliação da base informacional do sistema de avaliação social, considerando toda a diversidade e multidimensionalidade.

A avaliação de uma política de desenvolvimento, no âmbito teórico da abordagem das capacitações, deve procurar medir os efeitos dessa política sobre a extensão das capacitações

dos indivíduos. Tal avaliação exigirá uma série de escolhas, como o tipo de política e de funcionamentos que serão avaliados. (PINHEIRO, 2012).

A política que o presente estudo analisa é o Programa Bolsa família, que exige diversas condicionalidades aos seus beneficiários visando ser uma política de desenvolvimento social e não apenas de transferência de renda. A seguir será descrito o funcionamento do programa, assim como, os primeiros resultados apontados por estudos em diferentes dimensões.

#### 4.2.ABORDAGEM SENIANA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A partir da abordagem das capacitações e dos conceitos de Amartya Sen são discutidas questões que correlacionam tal abordagem com as ações do Programa Bolsa Família nas dimensões renda, educação e saúde, as dimensões que possuem condicionalidades diretamente relacionadas.

##### 4.2.1. Renda

O Programa Bolsa Família não é capaz de cobrir o público-alvo em sua totalidade, devido a erros de focalização e da volatilidade da renda das famílias mais pobres. Souza (2011) afirma que o PBF possui alto grau de focalização e que este objetivo foi razoavelmente alcançado, já Soares, et al (2009) consideram que o programa deveria aumentar para em torno de 15 milhões de famílias, objetivando cobrir a maior parte da população vulnerável à pobreza.

Tabela 2 – Número de benefícios do PBF

ANO	Numero de benefícios
2004	6.571.839
2005	8.700.445
2006	10.965.810
2007	11.043.076
2008	10.557.996
2009	12.310.915
2010	12.778.220

Fonte: Dados IpeaData e MDS

Uma das questões que surge na análise do Programa Bolsa Família a partir da abordagem das capacitações, de acordo com Mattos (2011), é o fato de a pobreza não ser corretamente julgada em função da renda. O programa identifica a pobreza somente como insuficiência de riqueza monetária, gera um benefício em forma de rendimento monetário, porém utilizando a abordagem seniana, este não pode ser o propósito a ser atendido, mas uma das formas de alcançar realizações que os indivíduos almejam.

Sen (1992) destaca que existem outros meios e variações interpessoais na relação entre os meios e fins. O que cada indivíduo pode realizar não depende apenas da renda, variáveis como características físicas e sociais também influenciam e constroem a individualidade, criam grande diversidade, com diferenças de idade, sexo, força física, saúde física e mental, capacidade intelectual, vulnerabilidade epidemiológica, ambiente social, clima, entre outros aspectos.

Tantos aspectos geram um problema, uma vez que se torna extremamente difícil considera-los na avaliação de desigualdade. Para Sen (1992), o descarte das diversidades interpessoais pode ser causado pela retórica da igualdade de que “todos os homens são iguais”, induzindo a pressupor a ausência dessas especificidades. Porém, trabalhar apenas a distribuição da renda na diminuição das desigualdades pode gerar desigualdades substantivas no âmbito da liberdade e bem-estar.

Sen (1992) argumenta que viver pode ser visto como um conjunto de funcionamentos interrelacionados que compreendem estados e ações. A realização de um indivíduo deve ser concebida, de acordo com essa afirmação, como vetor de seus funcionamentos que, por sua vez, devem variar desde coisas elementares, como estar nutrido adequadamente, ter boa saúde, até realizações mais complexas como ser feliz, ter respeito próprio e participar da vida comunitária. Ao analisar a igualdade, eficiência e a justiça social em termos de capacitações para realizar aquilo que se tem razão para valorar, a abordagem das capacitações, para Sen (1979), leva em conta a diversidade humana como fator essencial.

O argumento de Mattos (2011) é de que o Programa Bolsa Família procura atender grupos que têm maior dificuldade em converter renda em capacitações, como crianças, adolescentes, gestante e nutrízes. Porém, ainda de acordo com a autora, o programa falha em não pesa as dificuldades individuais de cada beneficiário, mas considera a maior dificuldade que estes grupos possuem de fazer a conversão da renda em capacitação. A falta de individualidade afeta quando uma família com uma criança sadia e outra família com uma criança enferma, recebem o mesmo valor do benefício.

A abordagem das capacitações define a pobreza como um fenômeno multidimensional, que pode ser definida como a privação de capacitações básicas e não apenas insuficiência de renda. Porém, a abordagem das capacitações, de acordo com Sen (1999), não nega que o baixo nível de renda seja uma das principais causas da pobreza, sendo possível observar em alguns casos uma relação de interdependência: falta de renda gera perda de capacitações e privação de capacitações pode levar a menores rendimentos.

Como demonstrado no gráfico 2, o índice de Gini apresentou queda durante os últimos anos, Maia (2008), Soares et al (2009) afirmam que tal redução foi uma tendência nacional observada em quase todos os estados brasileiros. Soares, et al (2009) consideram que a queda do índice de Gini pode ser atribuída à melhora da educação, devido a universalização de acesso ao Ensino Fundamental e à queda da taxa de repetência, juntamente com a criação do Programa Bolsa Família.

Sen (1979) defende que mesmo em contextos de urgência, é possível para os programas assistencialistas trabalharem com o espaço das liberdades, e não apenas com a questão da renda. Tal defesa se conecta ao Programa Bolsa Família, pois apesar de ser um programa emergencial, com o objetivo de retirar pessoas da pobreza e extrema pobreza, também é uma política pública de assistência social que tem exigibilidades em outras dimensões que não apenas a transferência de renda.

A abordagem das capacitações considera a pobreza como privação das capacitações básicas, como por exemplo, não se nutrir adequadamente, não ter acesso à educação e saúde. O Programa Bolsa Família possui condicionalidades que dizem respeito à frequência escolar de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias e acompanhamento médico das crianças (vacinação) e mulheres (principalmente gestantes e nutrizes) beneficiadas pelo programa, tais pontos serão discutidos a seguir.

#### **4.2.2. Educação**

De acordo com MDS, as condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias que garantem a manutenção do recebimento do benefício. Na área da educação, as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem estar matriculados e com frequência mensal mínima de 85% da carga horária, para alunos entre 16 e 17 anos, tal frequência mensal deve ser de no mínimo 75% da carga horária.

Para Lima (2008), as condicionalidades do programa são investimentos de longo prazo e diminuem as oportunidades de jovens se envolverem com violência e drogas. Vieira (2008) analisa a frequência escolar como contrapartida do Bolsa família e conclui que o PBF contribuiu para a melhora da educação e qualidade de vida dos beneficiários. A autora também observou uma queda da evasão escolar tanto das crianças, quanto dos adolescentes no Ensino Fundamental e Médio. Porém, a autora atenta sobre o fato da qualidade da educação não ter elevado o que diminui o potencial de tal efeito para a redução da pobreza e promoção social.

Herkenhoff, et al (2006) criticam as políticas de educação e assistência social promovidas pelo Bolsa Família por serem fragmentadas, pela falta de articulação para promoção de ações comuns ou complementares. De acordo com as autoras, as políticas de educação e assistência social não desenvolvem programas e projetos que gerem autonomia das famílias vulnerabilizadas pela pobreza.

Mattos (2011) conclui que a condicionalidade do PBF vinculada à educação promove um efeito positivo pequeno, por vezes, nulo na frequência escolar e nas taxas de reprovação das crianças e adolescentes beneficiadas pelo programa.

### **4.2.3. Saúde**

Na área da saúde, o Programa Bolsa Família exige que as famílias se comprometam a acompanhar o cartão de vacinação das crianças menores de 7 anos, já as mulheres na faixa dos 14 aos 44 anos também precisam estar em dia com a vacinação, as gestantes devem realizar o pré-natal e nutrizes devem fazer acompanhamento médico.

Para Souza (2011), essas condicionalidades juntamente com o aumento da renda familiar via transferência de renda, podem ter efeitos positivos sobre a saúde dos beneficiários. Porém, tais efeitos não melhoraram indicadores como taxa de mortalidade infantil, em função do programa.

Lignani, et al (2011) observam uma melhora no consumo de alimentos como cereais, feijões e gorduras, principalmente entre as famílias em que a renda mensal era mais dependente do benefício. Para as autoras, isto sugere que algumas famílias antes de ingressar no Programa Bolsa Família, tinham deficiências nutricionais graves, com dificuldade de consumir inclusive alimentos considerados básicos como arroz e feijão.

Apesar do aumento no consumo de alimentos, Lignani, et al (2011) destacaram que não ocorreu a mesma tendência no consumo de legumes, frutas e vegetais. As autoras constataram que muitas das famílias consideram tais alimentos como não-essenciais (exceto na dieta infantil) e o preço é determinante na hora da compra. Devido a grande disponibilidade de produtos calóricos e de baixo valor nutricional, como biscoitos e açúcares, a preços mais acessíveis.

Costa, et al (2008) afirmam que famílias identificadas com formas mais graves de insegurança alimentar utilizam além dos benefícios, a merenda escolar como forma de complementar a alimentação. Tais resultados, de acordo com os autores, revelaram que apesar da melhoria na quantidade e variedade de alimentos, ainda existe um grupo significativo de beneficiários que não é capaz de ter acesso a uma boa alimentação.

Mattos (2011) conclui que apesar da transferência de renda aumentar o consumo de alimentos e sua variedade, a dieta de muitos beneficiários continua pobre no que diz respeito a frutas, legumes e vegetais e ainda existem famílias que mesmo com o benefício necessitam buscar outras vias para complementar a alimentação.

A seguir são descritos os dados e o método utilizado para analisar o Programa Bolsa Família nesta dissertação, utilizando dados para observar além das dimensões que contém condicionalidades diretamente relacionadas, mas também dimensões que possam ser beneficiadas pelo transbordamento do auxílio e exigibilidades do PBF.

## 5. DADOS E MÉTODO

O Programa Bolsa Família é analisado a partir de diversas variáveis que compõem as dimensões: trabalho, moradia, saúde e educação. Para tanto, é necessário um banco de dados que contenha informações para a análise destas dimensões e que concomitantemente permita separar os indivíduos em beneficiários e não beneficiários do Programa, com o objetivo de analisar o impacto desta política pública.

Este capítulo descreve o banco de dados utilizado nesta análise, assim como, as variáveis que compõem cada dimensão e o método utilizado para obter os resultados desta dissertação.

A seguir são descritos os dados e método utilizados pra analisar o Programa Bolsa Família.

### 5.1. DADOS

Neste estudo são utilizados os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), descrito como:

[...] se constituiu no grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características sócio-econômicas e, ao mesmo tempo, na base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década.

O Censo 2010 é um retrato de corpo inteiro do país com o perfil da população e as características de seus domicílios. (IBGE, 2016).

O banco de dados do Censo 2010 foi utilizado por possuir um amplo questionário socioeconômico e uma variável que permite identificar quais indivíduos declararam ser beneficiários do Programa Bolsa Família. Tal variável é de fundamental importância, com ela será possível filtrar a amostra em duas bases secundárias: beneficiários e não beneficiários do PBF.<sup>7</sup>

Os dados também podem ser agregados por município, microrregião, mesorregião e unidade da federação. Neste estudo os dados são analisados por mesorregião, de acordo com IBGE, 2010:

As Mesorregiões constituem um nível de agregação espacial intermediário entre as Grandes Regiões e as Microrregiões Homogêneas. Define-se como Mesorregião Geográfica um conjunto de Microrregiões Geográficas, contíguas e contidas na mesma Unidade da Federação, definidas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e lugares. (IBGE, 2010).

O Brasil é dividido em 137 mesorregiões, que serão identificadas pelo código de classificação do IBGE, a relação do nome de todas as mesorregiões relacionadas a seus

---

<sup>7</sup>No dia 30 de dezembro de 2005 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n.º 666 de 28 de dezembro de 2005, que disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

respectivos códigos, estados e regiões está detalhada no Anexo I desta dissertação. A seguir a tabela com a distribuição dos códigos de acordo com os estados do país.

Tabela 3 – Códigos das mesorregiões por Estado

Estados	Intervalo dos códigos das Mesorregiões
Rondônia	1101-1102
Acre	1201-1202
Amazonas	1301-1304
Roraima	1401-1402
Pará	1501-1506
Amapá	1601-1602
Tocantins	1701-1702
Maranhão	2101-2105
Piauí	2201-2204
Ceará	2301-2307
Rio Grande do Norte	2401-2404
Paraíba	2501-2504
Pernambuco	2601-2605
Alagoas	2701-2703
Sergipe	2801-2803
Bahia	2901-2907
Minas Gerais	3101-3112
Espírito Santo	3201-3204
Rio de Janeiro	3301-3306
São Paulo	3501-3515
Paraná	4101-4110
Santa Catarina	4201-4206
Rio Grande do Sul	4301-4307
Mato Grosso do Sul	5001-5004
Mato Grosso	5101-5105
Goiás	5201-5205
Distrito Federal	5301

Fonte: IBGE – Elaboração Própria

A escolha das variáveis para comparação dos indivíduos em cada dimensão foi fundamentada no trabalho de Brites, et al (2015), com modificações que permitissem uma análise do efeito da política. Sendo assim foram definidas as variáveis para análise das seguintes dimensões: condições de moradia, trabalho e renda, acesso ao conhecimento e educação, e saúde conforme descritos no quadro 2. As variáveis foram obtidas no banco de dados do Censo (2010).

Quadro 2 – Descrição das Dimensões e Variáveis de Composição

<b>DIMENSÕES</b>	<b>VARIÁVEIS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Condições de moradia	Energia	Pessoas em domicílios com acesso à energia elétrica
	Rede Geral	Pessoas com acesso à rede geral de água
	Densidade Morador	Pessoas em domicílios com densidade de moradores por cômodo superior a 2 moradores
	Banheiro	Pessoas em domicílios com banheiro
	Geladeira	Pessoas com acesso à bem durável geladeira
Trabalho	Horas Trabalho	Pessoas com 18 anos ou mais que trabalham 49 horas ou mais
	Sem Carteira	Pessoas de 18 anos ou mais de idade empregada sem carteira de trabalho assinada
	Menor Trabalho	Pessoas com menos de 18 anos que trabalham
	Ocupado	Pessoas ocupadas
	Procura Trabalho	Pessoas que procuravam emprego
Educação	Alfabetizado	Pessoas alfabetizadas com 10 anos ou mais de idade
	Sem Instrução	Pessoas de 15 anos ou mais sem instrução e fundamental incompleto
	Regular	Pessoas menores de 18 anos que frequentam escola
	TV	Pessoas com acesso à bem durável televisão
	Micropc	Pessoas com microcomputador com acesso à internet
Saúde	Esgoto	Pessoas com acesso a esgotamento sanitário; rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica
	Canalização	Pessoas com abastecimento de água canalizada
	Lixo	Pessoas em domicílios com acesso à coleta de lixo

FONTE: Baseado em Brites, et al (2015) – Elaboração Própria

Também foram selecionadas as variáveis de controle, ou seja, as variáveis que identificam as características observáveis que parearão os indivíduos, descritas na tabela a seguir.

Tabela 4 - Descrição das variáveis de Controle

<b>Variáveis</b>	<b>Descrição</b>
PBF	Identificação de beneficiários
Faixa de Renda 100	Pessoas com renda domiciliar per capita até R\$100,00
Faixa de Renda 200	Pessoas com renda domiciliar per capita a partir R\$100,00 até R\$200,00
Faixa de Renda 300	Pessoas com renda domiciliar per capita a partir R\$200,00 até R\$300,00
Faixa de Renda 400	Pessoas com renda domiciliar per capita a partir R\$300,00 até R\$400,00
Feminino	Dummy de identificação de sexo
Idade	Idade
Cor	Branco, pretos, pardos, amarelos, indígenas.
Tem filho	Pessoas com filho
Urbano	Dummy de identificação de área urbana ou rural

Fonte: Dados Censo 2010 – Elaboração própria.

As variáveis de controle são utilizadas para execução do método de pareamento com escore de propensão, descrito a seguir, com o objetivo de comparar indivíduos beneficiários e não beneficiários que possuem características observáveis, descritas na tabela acima, semelhantes.

## 5.2. MÉTODO

O presente estudo objetiva comparar resultados entre os indivíduos que no Censo 2010 declararam receber o benefício do Programa Bolsa Família (beneficiários) e aqueles que não recebem benefícios. Para tanto, é preciso utilizar um método cuja hipótese de identificação permita que a diferença entre estes dois grupos seja atribuída ao recebimento do benefício e exigência de suas condicionalidades.

Como a “subamostra” do Censo 2010 não é escolhida de forma aleatória, ou seja, o questionário completo é respondido apenas por parte da população, a representatividade de cada questionário é definida de acordo com o tamanho da população do município. Também não existe a possibilidade de acompanhar os indivíduos no tempo, pois estes são escolhidos dentro da população de sua cidade de forma aleatória, não sendo possível identificar o indivíduo e não ocorrendo necessariamente à recorrência de resposta ao questionário completo em dois períodos distintos.

O método do pareamento busca encontrar indivíduos com as características observáveis semelhantes nos diferentes grupos de tratamento (aqueles que utilizaram a política) e controle (não beneficiários do PBF). Ou seja, este método tenta simular através da semelhança de características entre os indivíduos de grupos opostos como o resultado do grupo de tratamento

seria se houvesse apenas a diferença de não ter sido afetado pela política em questão, sob a hipótese de identificação baseada na seleção nos observáveis.

O efeito médio do tratamento sobre os tratados é definido como ATT (*Average Treatment Effect on the Treated*). Neste estudo, estima-se o diferencial médio de frequência das variáveis que compõem cada dimensão entre beneficiários e controle, condicional a um conjunto de variáveis observadas ( $X$ ) presentes no banco de dados.

Rosenbaum e Rubin (1983) sugerem que ao invés de parear os indivíduos com base em todo o vetor  $X$ , pode-se parear utilizando apenas uma função de  $X$  que resume a informação contida neste vetor, tal função é caracterizada como a probabilidade de receber o tratamento, dado o conjunto de características  $X$  e é definido como escore de propensão.

Abaixo encontram-se os modelos a serem estimados, de acordo com o método a ser utilizado:

$$Dif = Y_v^{PBF_v=1} - Y_v^{PBF_v=0}$$

$$ATT = \frac{1}{N} \sum_{v|PBF_v=1} E[Dif|X_v]$$

Onde  $Dif$  é a diferença entre as proficiências ( $Y_v^{PBF_v=1} - Y_v^{PBF_v=0}$ ) e  $Y_v$  são: as variáveis que compõem cada dimensão – condições de moradia, trabalho, acesso ao conhecimento e educação, saúde, dos indivíduos que são beneficiários ( $Y_v^{PBF_v=1}$ ) e do grupo que não é beneficiário ( $Y_v^{PBF_v=0}$ ) e o índice  $v$  identifica os inscritos do grupo de tratamento e controle.

### 5.2.1. Hipótese de identificação

#### (1) Hipótese de Sobreposição

A hipótese de sobreposição é dada por:

$$0 < \Pr[PBF_v = 1|X_v = x] < 1$$

Para cada valor de  $x$  existem ambos os casos, indivíduos que são beneficiários do Programa Bolsa Família e indivíduos que não são, ou ainda, para cada beneficiário, existe pelo menos um não beneficiário, pareado com características observáveis semelhantes.

O escore de propensão é utilizado nos casos em que tratamos de muitas variáveis, tornando o vetor de características observáveis ( $X$ ) muito grande. Formalizado da seguinte forma:

$$p(X) = [PBF_v = 1 | X_v = x]$$

### (2) Hipótese de Independência Condicional

Para garantir a validade da hipótese anterior, antes, é necessário assumir a hipótese de que as variáveis explicativas são independentes ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família condicional nas variáveis explicativas e que os grupos comparados apresentem o mesmo suporte (suporte comum). Essa hipótese garante a independência condicional das variáveis de resultado e benefício do Programa Bolsa Família condicional ao vetor de variáveis observadas.

Formalizando:

$$(Y_v^{PBF_v=1} - Y_v^{PBF_v=0}) \perp PBF_v | X_v$$

Como PBF é uma variável binária igual a 1 se o indivíduo é beneficiário do Programa Bolsa Família, o tratamento, e igual a 0 se não é beneficiário do Programa Bolsa Família. Sendo  $X$  o vetor de variáveis observadas ou explicativas, as variáveis serão as mesmas para todas as mesorregiões do Brasil analisadas.

$$X_{mesorregião} = \begin{bmatrix} Idade \\ Feminino \\ Cor \\ Renda Familiar \\ Filhos \\ Urbano/Rural \end{bmatrix}$$

A suposição desta hipótese é que além das variáveis observadas, não há variáveis não observadas dos indivíduos afetando os resultados, ou seja, a diferença entre beneficiário e não beneficiários nas variáveis que compõem cada dimensão.

### (3) Hipótese de não-confundimento

A combinação das hipóteses de sobreposição e independência condicional é referida por Rosenbaum e Robin (1983) como hipótese de não-confundimento ou ignorabilidade. Se  $ATT = \frac{1}{N} \sum_{v|PBF_v=1} E[Dif | X_v = x]$  é identificada para  $x$  no suporte comum, então:

$$\begin{aligned}
ATT &= E[Y_v^{PBF_v=1} | X_v = x] - E[Y_v^{PBF_v=0} | X_v = x] \\
&= E[Y_v^{PBF_v=1} | PBF_v = 1, X_v = x] - E[Y_v^{PBF_v=0} | PBF_v = 0, X_v = x] \\
&= E[Y_v | PBF_v = 1, X_v = x] - E[Y_v | PBF_v = 0, X_v = x]
\end{aligned}$$

### 5.2.2. Método de Pareamento

O método de pareamento utilizado no trabalho será pelo “primeiro vizinho mais próximo”, em que o objetivo é encontrar no grupo de indivíduos que não foram afetados pelo Programa Bolsa Família aqueles que possuem características mais próximas dos indivíduos identificados como beneficiários do PBF e pareá-los um a um.

A vantagem da estimação por esse método é a facilidade de encontrar um indivíduo no grupo que não foi afetado pela política comparável ao indivíduo que foi alcançado pelo programa.

No capítulo que segue são descritos e analisados comparativamente os resultados obtidos com a técnica de pareamento, para os grupos de tratamento e controle, e os resultados obtidos pelo simples teste de média entre os grupos de beneficiários e não beneficiários antes do pareamento.

## 6. RESULTADOS

O escore de propensão de ter sido afetado pelo Programa Bolsa Família foi estimado por meio do modelo *logíst.* (ou seja, variando entre [0,1]). As variáveis utilizadas para controle do pareamento foram: feminino, idade, cor, urbano, tem filho e renda.

Os resultados do escore de propensão demonstraram que ser do sexo feminino afeta positivamente a probabilidade de ser afetado pela política, assim como ser preto/pardo, possuir filho e estar entre as faixas de renda 2 e 3, conforme descrito na tabela 4.

A partir do teste de média destas variáveis foi possível observar que a predominância de pessoas do sexo feminino ultrapassa a faixa dos 80% no Brasil como um todo, em algumas mesorregiões do nordeste, ultrapassa a faixa dos 90% de representatividade e em nenhuma das mesorregiões apresentou valor abaixo de 70% do total de beneficiários. Isso é explicado pelo fato do benefício ser concedido preferencialmente às chefes de família, gerando maior empoderamento e autonomia das mulheres como Costa (2008) destaca em seu estudo.

Para a variável idade, a probabilidade de ser beneficiário é maior para indivíduos mais novos, sendo a média de idade, em geral, inferior entre os beneficiários quando comparado ao grupo de não beneficiários. Como, um dos critérios para recebimento do benefício são famílias compostas por crianças e adolescentes com renda baixa, a média de idade tende a ser inferior.

A variável cor demonstrou média superior para beneficiários pretos e pardos em todas as mesorregiões do Brasil, assim como o percentual de brancos beneficiários foi inferior a média dos não beneficiários. Demonstrando que pretos e pardos compõem a parcela com maior vulnerabilidade econômica no país.

Por fim, as faixas de renda entre 100 e 200; 200 e 300 reais foram as que apresentaram maior percentual de beneficiários, sendo a renda um dos critérios que definem o recebimento do Programa Bolsa Família, tal resultado corrobora com o objeto de estudo desta dissertação.

A partir destes resultados preliminares, este capítulo pretende analisar as mesorregiões que apresentam os melhores e piores resultados para cada uma das variáveis que compõem as dimensões: condições de moradia, trabalho, educação e saúde, compostas por 18 variáveis. Os resultados serão analisados antes do pareamento (sem controle das características observáveis descritas acima), obtidos com o teste de média entre beneficiários e não beneficiários e após o pareamento, controlando os indivíduos por sexo, cor, idade, renda, morar em zona urbana/rural e possuir filho.

## 6.1.DIMENSÃO CONDIÇÃO DE MORADIA

A dimensão condição de moradia é composta pelas seguintes variáveis: Energia; Rede Geral; Densidade Morador; Banheiro; e Geladeira. A seguir são analisados os resultados para cada uma destas variáveis anteriormente ao pareamento e após o pareamento.

### i) ENERGIA

A variável energia representa o percentual da população, em cada mesorregião, que residem em domicílios com acesso à energia elétrica. A tabela 5 mostra as 10 mesorregiões com melhores e piores percentuais para o grupo dos beneficiários.

Tabela 5 – Classificação das mesorregiões para Energia: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3301	<b>99,9</b>	99,9	0	1201	<b>77,3</b>	79,2	-1,9
3501	<b>99,9</b>	99,9	0	1502	<b>79,2</b>	77,8	1,4
5301	<b>99,9</b>	99,9	0	2203	<b>79,2</b>	83	-3,8
2605	<b>99,8</b>	99,9	-0,1	1501	<b>81,5</b>	85,8	-4,3
3201	<b>99,8</b>	99,7	0,1	1702	<b>84,2</b>	89,5	-5,3
3306	<b>99,8</b>	99,9	-0,1	1401	<b>85,2</b>	86,4	-1,2
3502	<b>99,8</b>	99,9	-0,1	2105	<b>85,2</b>	87,1	-1,9
3507	<b>99,8</b>	100	-0,2	1505	<b>85,5</b>	84,3	1,2
3515	<b>99,8</b>	99,9	-0,1	1302	<b>85,7</b>	80,2	5,5
4204	<b>99,8</b>	99,9	-0,1	1304	<b>86,9</b>	81,8	5,1

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados da tabela 5 demonstram que entre as dez mesorregiões com melhor desempenho para a variável energia, antes do pareamento, sete se encontram na região sudeste, destaque para o estado de São Paulo com quatro dentre estas. As restantes são representantes da região centro-oeste (distrito federal), uma na região nordeste e uma na região sul.

Entre as piores colocadas, a região norte se destaca, com oito representantes e o nordeste com dois. Porém, este resultado analisa apenas os percentuais totais, ou seja, tais resultados são influenciados pela infra-estrutura local e não necessariamente identifica a situação dos beneficiários (PBF), quando comparados aos não beneficiários (NPBF).

A tabela 6 contém a classificação baseada na diferença entre beneficiários e não beneficiários, ou seja, a descrição onde o acesso à energia pelos beneficiários se aproxima ou é superior ao acesso dos não beneficiários, caracterizando boas condições dentro do contexto local, assim, também pode-se entender os piores classificados, com a classificação pela diferença, será possível analisar a privação considerando o contexto local.

Tabela 6 – Classificação diferença para Energia: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	87,1	75,9	<b>11,2</b>	1702	84,2	89,5	<b>-5,3</b>
1302	85,7	80,2	<b>5,5</b>	1501	81,5	85,8	<b>-4,3</b>
1304	86,9	81,8	<b>5,1</b>	2203	79,2	83,0	<b>-3,8</b>
1402	92,8	89,8	<b>3,0</b>	5102	92,3	95,2	<b>-2,9</b>
1502	79,2	77,8	<b>1,4</b>	5202	92,8	95,6	<b>-2,8</b>
1505	85,5	84,3	<b>1,2</b>	4108	95,2	97,7	<b>-2,5</b>
1601	94,8	94,3	<b>0,5</b>	5004	95,2	97,6	<b>-2,4</b>
1504	90,5	90,2	<b>0,3</b>	2202	92,2	94,5	<b>-2,3</b>
5104	99,2	99,1	<b>0,1</b>	1102	95,2	97,4	<b>-2,2</b>
3201	99,8	99,7	<b>0,1</b>	5101	94,8	96,9	<b>-2,1</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Quando observada a diferença entre beneficiários e não beneficiários, oito das dez mesorregiões que apresentam as melhores diferenças, ou seja, indica uma situação de menos privação dado o contexto para os indivíduos que recebem o Programa Bolsa Família se localiza na região norte.

O que demonstra que a análise bruta dos percentuais pode induzir a uma interpretação limitada, um exemplo disso é que entre as dez mesorregiões com melhor diferença, quatro delas (1502, 1505, 1302 e 1304) estão entre as dez piores classificadas pela análise bruta.

Entre as dez piores diferenças, ao contrário da análise bruta, não existe uma predominância absoluta de uma região, sendo a região centro-oeste com o maior número de representantes, quatro, seguida da região norte e nordeste.

Entre todas as 137 mesorregiões, apenas 15, possuem diferença positiva, ou seja, em apenas 11% das mesorregiões, os beneficiários do PBF tem maior acesso, em média, à energia elétrica, quando comparado aos não beneficiários.

Como a análise anterior ao pareamento não considera as características observáveis como renda, sexo, cor, idade, moradia urbana/rural, ter filhos e renda, será feita a mesma observação após o pareamento, ou seja, considerando não apenas o componente espacial, como outras características.

Tabela 7 – Classificação das mesorregiões para Energia: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3501	<b>99,93</b>	99,90	0,03	1201	<b>76,94</b>	73,52	3,42
3301	<b>99,90</b>	99,84	0,06	1502	<b>78,77</b>	80,23	-1,46
5301	<b>99,88</b>	99,80	0,08	2203	<b>79,20</b>	77,77	1,43
2605	<b>99,83</b>	99,64	0,19	1501	<b>81,39</b>	80,83	0,56
4206	<b>99,83</b>	100,00	-0,17	1702	<b>83,81</b>	85,89	-2,08

Continuação - Tabela 7 – Classificação das mesorregiões para Energia: Após Pareamento

COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3507	<b>99,82</b>	99,92	-0,10	1401	<b>83,91</b>	81,02	2,89
3201	<b>99,80</b>	99,46	0,34	2105	<b>85,17</b>	87,11	-1,94
3515	<b>99,80</b>	99,92	-0,12	1505	<b>85,18</b>	79,64	5,54
3306	<b>99,78</b>	99,97	-0,19	1302	<b>85,31</b>	80,48	4,83
4204	<b>99,78</b>	99,89	-0,11	1301	<b>86,55</b>	86,25	0,30

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 7 possui a classificação das mesorregiões com dez melhores e piores percentual de acesso à energia, após os indivíduos serem pareados por suas características observáveis. Os resultados demonstram predominância da região sudeste, mesmo após o pareamento, com seis representantes. Entre os piores classificados também perpetuou a prevalência de mesorregiões da região norte, porém, como dito anteriormente este resultado pode ser influenciado pela infraestrutura local. A seguir será analisada a classificação das diferenças.

Tabela 8 – Classificação diferença para Energia: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1505	85,18	79,64	<b>5,54</b>	2902	90,66	93,36	<b>-2,70</b>
1302	85,31	80,48	<b>4,83</b>	1702	83,81	85,89	<b>-2,08</b>
1304	86,79	83,16	<b>3,63</b>	5202	92,84	94,88	<b>-2,04</b>
1201	76,94	73,52	<b>3,42</b>	2105	85,17	87,11	<b>-1,94</b>
1401	83,91	81,02	<b>2,89</b>	4108	95,24	97,06	<b>-1,82</b>
2103	96,04	93,88	<b>2,16</b>	4109	97,00	98,79	<b>-1,79</b>
1504	90,33	88,43	<b>1,90</b>	2701	97,62	99,37	<b>-1,75</b>
2203	79,20	77,77	<b>1,43</b>	2201	91,16	92,7	<b>-1,54</b>
2101	95,63	94,44	<b>1,19</b>	2904	93,47	94,97	<b>-1,50</b>
2104	94,84	93,81	<b>1,03</b>	1502	78,77	80,23	<b>-1,46</b>

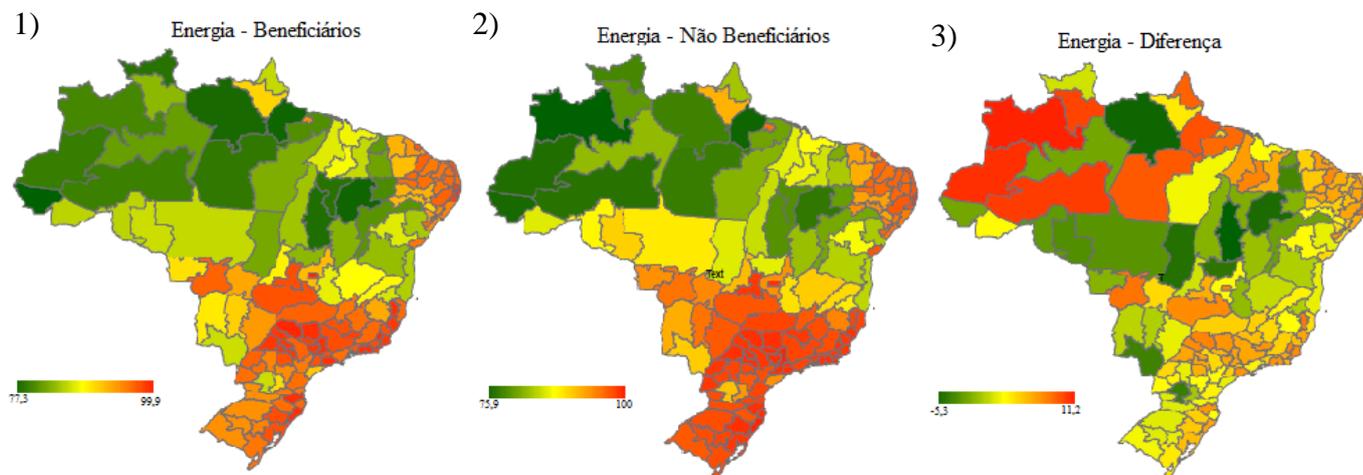
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 8 contém a classificação a partir da diferença entre beneficiários e não beneficiários após o pareamento. Quando analisado além do componente geográfico, as características observáveis, por meio do pareamento, somente a região norte e nordeste ocuparam as melhores classificações com seis e quatro representantes respectivamente.

Entre os piores classificados, apenas a região sudeste não possui representantes. Após o pareamento o número total de mesorregiões com diferença superior ou igual a zero subiu para 40 no total, 29%, possuem acesso superior, em média, a energia elétrica.

Este resultado indica que mesmo após o pareamento, indivíduos que não recebem auxílio do Programa Bolsa Família têm mais acesso à energia em mais de 70% das mesorregiões do Brasil.

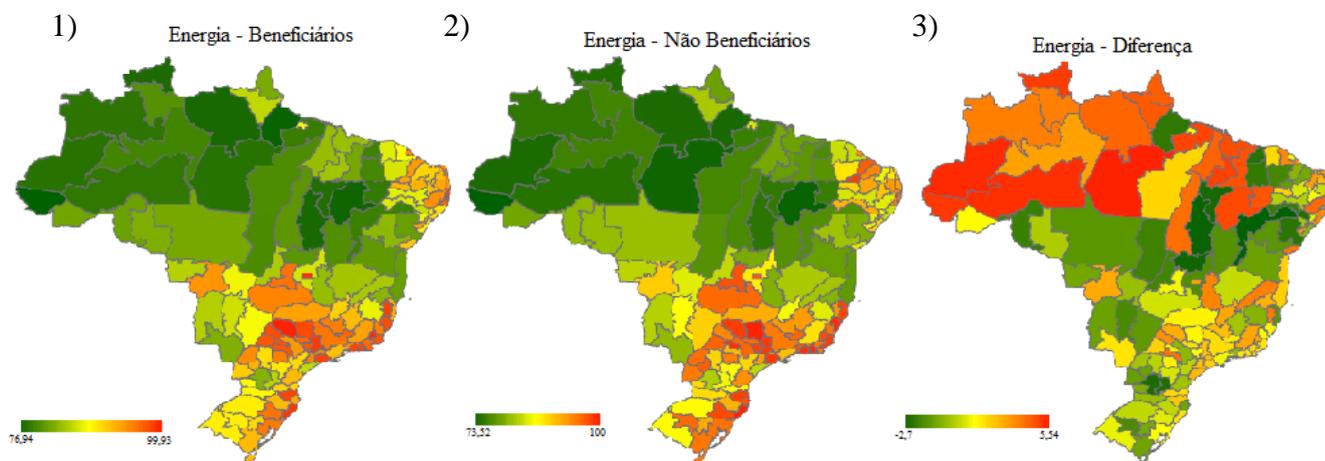
Figura 2 – Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A distribuição dos dados nos mapas que compõem a figura 2 corrobora com os resultados encontrados a partir da análise da classificação das mesorregiões. As regiões sul e sudeste apresentam os melhores percentuais brutos. Porém na análise da diferença entre beneficiários e não beneficiários, a região norte se destaca com os melhores resultados.

Figura 3 – Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, a região norte continua a apresentar os melhores resultados. A região sul quando comparada ao mapa que sinaliza os valores da diferença, anterior ao pareamento, possui valores piores após o pareamento.

## ii) REDE GERAL

A segunda variável que compõe a dimensão condição de moradia é Rede Geral, representa o percentual de pessoas com acesso à rede geral de água.

A tabela 9 apresenta os valores das dez melhores e piores mesorregiões de acordo com o resultado percentual bruto de pessoas que, em média, declararam ter acesso à rede geral de água.

Tabela 9 – Classificação das mesorregiões para Rede Geral: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3506	<b>94,3</b>	95,1	-0,8	1505	<b>20,2</b>	18,5	1,7
5301	<b>93,6</b>	95	-1,4	1101	<b>22,1</b>	32,6	-10,5
3505	<b>93,5</b>	94,9	-1,4	1601	<b>23,4</b>	22,9	0,5
3515	<b>92,3</b>	96,9	-4,6	1102	<b>25,2</b>	36,4	-11,2
3502	<b>90,1</b>	93,9	-3,8	1502	<b>35,9</b>	36,8	-0,9
3501	<b>88,2</b>	88	0,2	1201	<b>37,7</b>	41	-3,3
3509	<b>87,8</b>	91	-3,2	1506	<b>38,6</b>	39	-0,4
3504	<b>87,7</b>	91,6	-3,9	1504	<b>43,7</b>	44,5	-0,8
3507	<b>87,5</b>	92,3	-4,8	1202	<b>44</b>	45,9	-1,9
3503	<b>87,2</b>	90,8	-3,6	1304	<b>44,6</b>	41,1	3,5

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Entre as mesorregiões com melhor classificação, apenas o distrito federal não pertence ao estado de São Paulo, todas as demais nove mesorregiões estão localizadas no estado de São Paulo.

As piores classificadas são todas da região norte, sendo as duas mesorregiões que compõem o Acre, quatro mesorregiões do Pará e as duas mesorregiões que compõem Rondônia.

Novamente, é necessário destacar que a análise bruta dos dados pode ser influenciada pela infraestrutura local.

A seguir será analisada a classificação a partir da diferença dos resultados de beneficiários (PBF) e não beneficiários (NPBF).

Tabela 10 – Classificação diferença para Rede Geral: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	58,2	43,3	<b>14,9</b>	3204	54,6	71,2	<b>-16,6</b>
1304	44,6	41,1	<b>3,5</b>	4205	68,7	83,7	<b>-15</b>
1302	47,5	44,3	<b>3,2</b>	4202	66,7	80,6	<b>-13,9</b>
5003	81,1	78,4	<b>2,7</b>	4204	62,3	75,7	<b>-13,4</b>
1602	59,1	56,9	<b>2,2</b>	4203	61,2	74,4	<b>-13,2</b>
1505	20,2	18,5	<b>1,7</b>	3112	59,6	72,7	<b>-13,1</b>
1402	60,2	58,9	<b>1,3</b>	3201	52,1	65	<b>-12,9</b>
5105	85,1	84,2	<b>0,9</b>	3514	66,2	79	<b>-12,8</b>
5205	78,4	77,7	<b>0,7</b>	3303	62,6	75,1	<b>-12,5</b>
1601	23,4	22,9	<b>0,5</b>	3203	75,3	86,9	<b>-11,6</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados para esta variável também sofrem alteração quando analisados a partir da diferença. Novamente, a região norte apresenta destaque com sete das dez mesorregiões com melhor classificação e as demais mesorregiões pertencem a região centro-oeste.

Entre as piores classificadas, destaque para a região sudeste com seis mesorregiões e a região sul com quatro mesorregiões, todas pertencentes ao estado de Santa Catarina. Analisando os resultados para as 137 mesorregiões, apenas doze apresentam diferença igual ou maior que zero, ou seja, 8,76% do total apresentam resultado superior aos não beneficiários antes do pareamento.

Tabela 11-Classificação das mesorregiões para Rede Geral: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3506	<b>93,75</b>	93,82	-0,07	1505	<b>20,31</b>	17,44	2,87
5301	<b>93,56</b>	93,82	-0,26	1101	<b>20,80</b>	27,44	-6,64
3505	<b>92,88</b>	91,81	1,07	1601	<b>23,00</b>	21,28	1,72
3515	<b>91,52</b>	93,36	-1,84	1102	<b>24,31</b>	26,65	-2,34
3502	<b>89,53</b>	90,42	-0,89	1502	<b>35,42</b>	39,93	-4,51
3501	<b>87,78</b>	86,29	1,49	1201	<b>37,59</b>	37,27	0,32
3509	<b>87,52</b>	87,86	-0,34	1506	<b>38,49</b>	39,18	-0,69
3504	<b>87,22</b>	87,27	-0,05	1504	<b>43,59</b>	43,44	0,15
3507	<b>86,54</b>	87,01	-0,47	1304	<b>43,67</b>	43,72	-0,05
3503	<b>86,40</b>	86,17	0,23	1202	<b>43,99</b>	39,46	4,53

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 11 apresenta os resultados brutos após o pareamento. Novamente o estado de São Paulo apresenta dominância, nesse caso ocupa as nove das dez colocações, somente com o distrito federal como representante de outra região/estado.

Entre os piores, existem apenas representantes da região norte, assim como ocorreu para os resultados obtidos através do teste de média.

Tabela 12 – Classificação diferença Rede Geral: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1202	43,99	39,46	<b>4,53</b>	4205	68,65	76,44	<b>-7,79</b>
2204	49,9	45,99	<b>3,91</b>	2306	65,73	72,7	<b>-6,97</b>
5004	75,33	71,56	<b>3,77</b>	1101	20,8	27,44	<b>-6,64</b>
1401	75,81	72,15	<b>3,66</b>	3514	65,3	71,13	<b>-5,83</b>
4109	55,99	52,84	<b>3,15</b>	2603	53,65	58,55	<b>-4,9</b>
5001	83,8	80,76	<b>3,04</b>	1502	35,42	39,93	<b>-4,51</b>
1602	59,14	56,2	<b>2,94</b>	2104	62,19	66,57	<b>-4,38</b>
1505	20,31	17,44	<b>2,87</b>	2803	72,28	76,59	<b>-4,31</b>
2906	61,55	58,85	<b>2,7</b>	3305	82,23	86,46	<b>-4,23</b>
1701	68,32	65,96	<b>2,36</b>	2902	66,63	70,71	<b>-4,08</b>

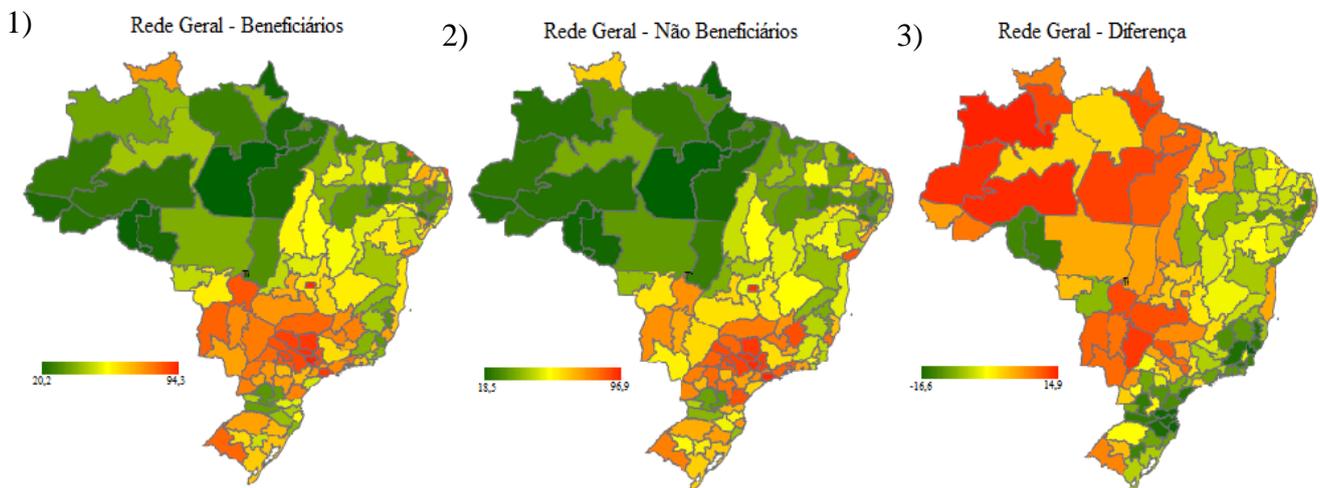
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Quando analisada a diferença, tabela 12, não existe dominância grande por parte de nenhuma região entre os melhores classificados, existem representantes da região norte (cinco), dois da região nordeste, dois da região centro-oeste (mato-grosso do sul) e um da região sul.

Entre os piores classificados após o pareamento, possuem cinco representantes da região nordeste, dois da região norte, dois do sudeste e um do sul. Também sem nenhuma grande dominância.

Após o pareamento, 46 mesorregiões apresentaram resultado positivo, ou seja, em, aproximadamente, 33,6% das mesorregiões os beneficiários do Bolsa Família obtiveram maior acesso à rede geral de distribuição de água, em média.

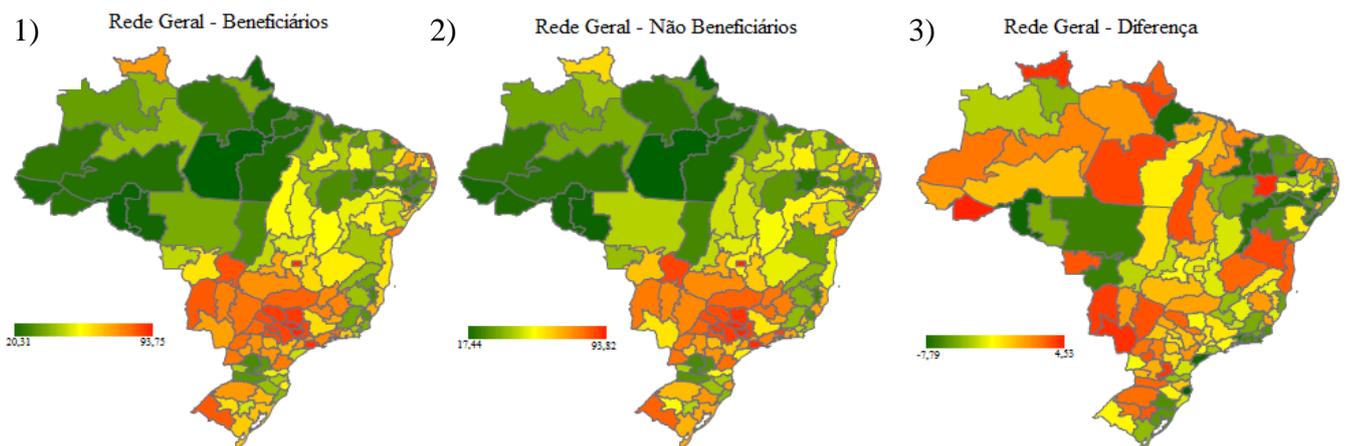
Figura 4 - Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A partir da distribuição dos dados, é possível confirmar os resultados levantados pela análise das tabelas de classificação, em que a região norte apresentou os piores resultados brutos. Porém, quando analisada a diferença, os mapas demonstram que a região norte e centro-oeste apresentaram os melhores resultados, para os resultados dos testes de média.

Figura 5 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A partir da figura 5 é possível notar que a região norte apresenta a pior distribuição de dados brutos, porém a distribuição dos dados de diferença, após pareamento, demonstra resultados positivos na região norte, centro-oeste e sul.

### iii) DENSIDADE MORADOR

A variável Densidade Morador indica o percentual de pessoas em domicílios com densidade de morador superior a 2 moradores por cômodo. Esta variável apresenta lógica inversa, ou seja, quanto maiores os percentuais, pior a classificação da mesorregião.

A tabela 13 apresenta as dez mesorregiões melhores e piores classificadas de acordo com os dados brutos obtidos para o grupo identificado como beneficiários do Programa Bolsa Família, anterior ao pareamento.

Tabela 13 – Classificação das mesorregiões para Densidade Morador: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3111	<b>0,47</b>	0,78	-0,31	1502	<b>38,1</b>	35,9	2,2
3109	<b>0,97</b>	0,75	0,22	1301	<b>37,4</b>	43,2	-5,8
3510	<b>0,99</b>	1,22	-0,23	1601	<b>29,0</b>	23,3	5,7
3110	<b>1,02</b>	0,99	0,03	1302	<b>28,9</b>	29,8	-0,9
3112	<b>1,09</b>	0,87	0,22	1501	<b>28,5</b>	19,6	8,9
3501	<b>1,36</b>	0,84	0,52	1303	<b>26,6</b>	16,6	10
3204	<b>1,36</b>	0,83	0,53	1401	<b>25,8</b>	18,8	7
2502	<b>1,38</b>	1,31	0,07	1201	<b>25,7</b>	20,1	5,6
5203	<b>1,41</b>	0,89	0,52	1602	<b>23,8</b>	13,3	10,5
3508	<b>1,5</b>	3,53	-2,03	1304	<b>23,0</b>	21	2

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Entre as dez melhores classificadas, oito pertencem à região sudeste, quatro destas do estado de Minas Gerais. Na classificação dos piores resultados brutos, todas as mesorregiões pertencem à região norte. Como tal resultado pode ser influenciado pelas condições locais, a seguir será analisada a diferença entre os resultados de beneficiários e não beneficiários.

Tabela 14 – Classificação diferença para a variável Densidade Morador: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	37,4	43,2	<b>-5,8</b>	1602	23,8	13,3	<b>10,5</b>
3508	1,5	3,53	<b>-2,03</b>	1303	26,6	16,6	<b>10</b>
1302	28,9	29,8	<b>-0,9</b>	1501	28,5	19,6	<b>8,9</b>
3503	2,37	2,81	<b>-0,44</b>	1503	14,9	7,41	<b>7,49</b>
3509	1,87	2,27	<b>-0,4</b>	1202	17,5	10,1	<b>7,4</b>
3111	0,47	0,78	<b>-0,31</b>	1401	25,8	18,8	<b>7</b>

Continuação Tabela 14 – Classificação diferença para a variável Densidade Morador: Teste de Média

COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3510	0,99	1,22	<b>-0,23</b>	5001	12,6	6,47	<b>6,13</b>
2601	3,24	3,3	<b>-0,06</b>	1601	29	23,3	<b>5,7</b>
2701	4,7	4,74	<b>-0,04</b>	3515	8,26	2,58	<b>5,68</b>
2103	4,19	4,19	<b>0</b>	1201	25,7	20,1	<b>5,6</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A partir da análise da tabela 14, entre as melhores classificadas encontram-se mesorregiões da região norte, sudeste e nordeste. Já entre as piores, a dominância permanece da região norte, porém com um representante da região sudeste e um da região centro-oeste.

Entre todas as mesorregiões, apenas dez apresentaram diferença superior ou igual a zero, logo em apenas 7,3% das mesorregiões o resultado anterior ao pareamento foi positivo.

Na tentativa de controlar as características observáveis que podem explicar a diferença entre o grupo de beneficiários e não beneficiários, são analisados na tabela 15 os dados brutos após o pareamento.

Tabela 15-Classificação das mesorregiões para Densidade Morador: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3111	<b>0,41</b>	0,48	-0,07	1502	<b>38,99</b>	39,8	-0,81
3109	<b>0,94</b>	0,77	0,17	1301	<b>38,64</b>	36,05	2,59
3110	<b>0,96</b>	0,12	0,84	1601	<b>30,01</b>	27,31	2,7
3112	<b>1,11</b>	0,63	0,48	1302	<b>29,66</b>	27,5	2,16
3204	<b>1,37</b>	1,42	-0,05	1501	<b>29,01</b>	25,35	3,66
3501	<b>1,38</b>	1,9	-0,52	1401	<b>28,21</b>	26,57	1,64
2502	<b>1,38</b>	1,87	-0,49	1303	<b>27,97</b>	21,12	6,85
5203	<b>1,41</b>	1,19	0,22	1201	<b>26,25</b>	23,9	2,35
3508	<b>1,51</b>	1,29	0,22	1602	<b>25,59</b>	17,92	7,67
3510	<b>1,53</b>	0,58	0,95	1304	<b>23,83</b>	21,08	2,75

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, entre as melhores classificadas houve ainda predominância da região sudeste, porém, com representantes da região nordeste e centro-oeste. Entre os piores classificados, também permaneceu a predominância da região norte com os piores resultados brutos.

Tabela 16 – Classificação diferença para Densidade Morador: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2306	2,22	4,31	<b>-2,09</b>	1602	25,59	17,92	<b>7,67</b>
2201	3,05	4,95	<b>-1,9</b>	1303	27,97	21,12	<b>6,85</b>
2901	2,9	4,46	<b>-1,56</b>	3515	9,37	4,11	<b>5,26</b>
2802	2,44	3,93	<b>-1,49</b>	1202	17,45	12,77	<b>4,68</b>

Continuação Tabela 16 – Classificação diferença para Densidade Morador: Após Pareamento

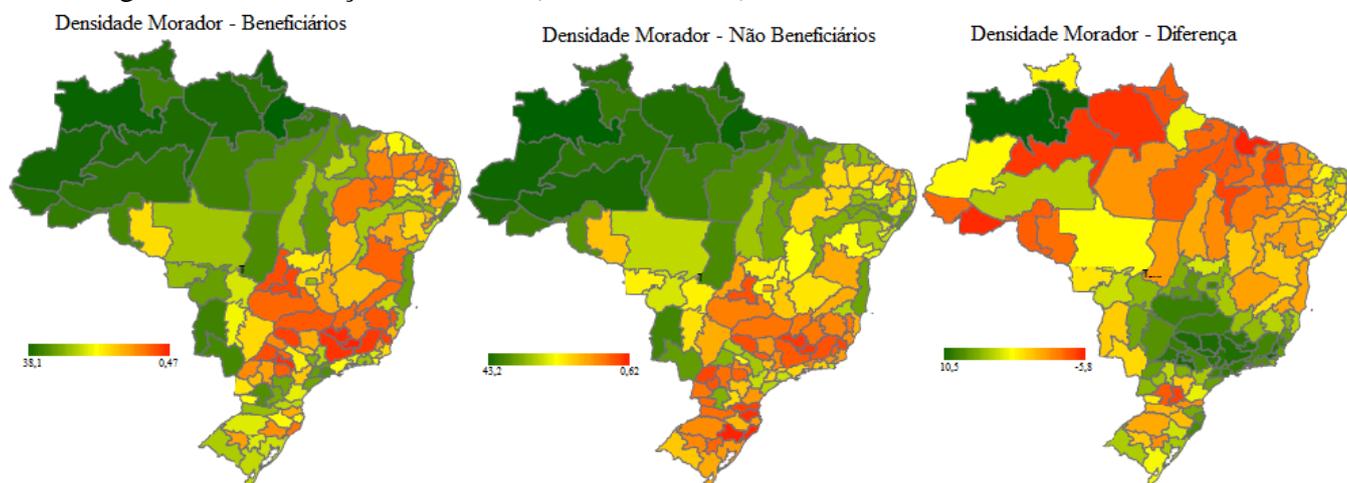
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2701	4,7	6,1	<b>-1,4</b>	3512	6,02	2,13	<b>3,89</b>
2703	6,02	7,25	<b>-1,23</b>	1501	29,01	25,35	<b>3,66</b>
3203	3,06	3,94	<b>-0,88</b>	1503	15,87	12,88	<b>2,99</b>
2402	1,92	2,78	<b>-0,86</b>	4108	8,26	5,41	<b>2,85</b>
5001	12,63	13,48	<b>-0,85</b>	4202	4,13	1,32	<b>2,81</b>
1502	38,99	39,8	<b>-0,81</b>	1304	23,83	21,08	<b>2,75</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 16 é composta pela classificação a partir da diferença entre beneficiários e não beneficiários após o pareamento. Entre as dez melhores classificações, sete pertencem à região nordeste, já entre as piores, ainda existe uma dominância da região norte, porém com representantes da região sudeste e sul.

Do total de 137 mesorregiões, para a variável, densidade morador, 30 mesorregiões apresentam diferença inferior ou igual a zero, após o pareamento. Ou seja, 21,9% das mesorregiões apresentaram resultado melhor para os beneficiários do Programa Bolsa Família, para esta variável.

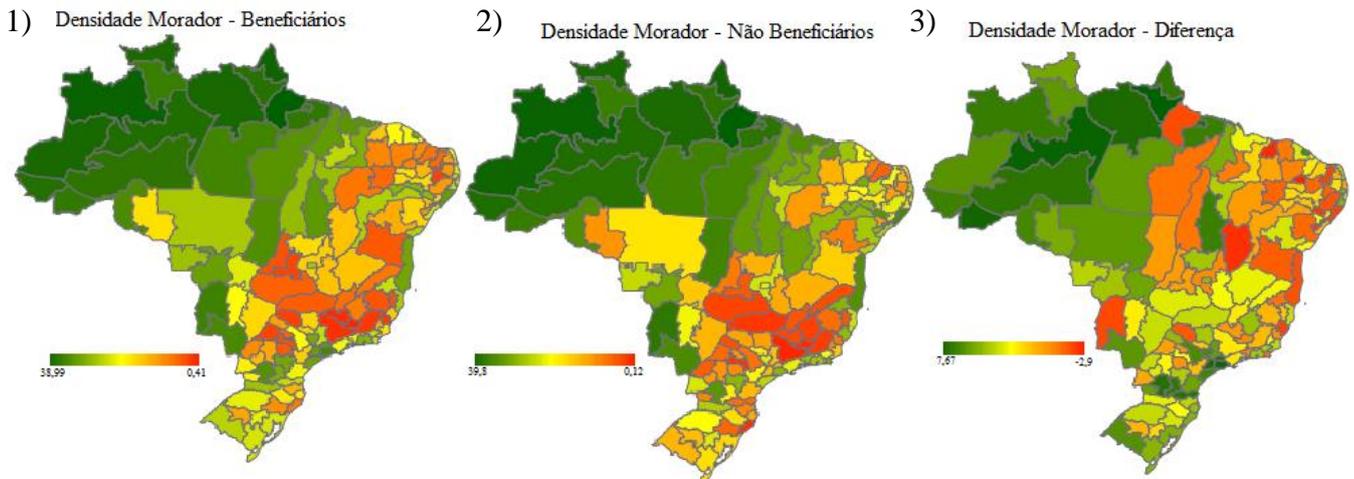
Figura 6 - Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A partir da figura 6 é possível analisar que os dados brutos apresentam resultados ruins para a região norte e centro-oeste, mas quando analisado o mapa da diferença, os piores resultados se localizam na região sudeste e centro-oeste, com um destaque específico e fora do padrão na região norte.

Figura 7 – Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, de acordo com a figura 7, a região norte apresentou os piores resultados brutos e também na diferença. Para os resultados brutos existe uma concentração de resultados bons na região sudeste e parte do nordeste. Já analisando o mapa da diferença, estes resultados se mostraram mais dispersos com uma concentração pequena no nordeste.

#### iv) BANHEIRO

A quarta variável que compõe a dimensão condição de moradia indica o percentual de pessoas que residem em domicílios que possuem banheiro. Na tabela 17 esta descrita a classificação a partir dos resultados obtidos pelo teste de média.

Tabela 17 – Classificação das mesorregiões para Banheiro: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3510	<b>99,5</b>	99,8	-0,3	1201	<b>28,5</b>	38,6	-10,1
3505	<b>99,5</b>	99,9	-0,4	1302	<b>30,7</b>	35,9	-5,2
3303	<b>99,5</b>	99,6	-0,1	2101	<b>44,7</b>	60,7	-16
3501	<b>99,4</b>	99,8	-0,4	1501	<b>45,9</b>	59,9	-14
3502	<b>99,4</b>	99,8	-0,4	2104	<b>46,5</b>	56,2	-9,7
3509	<b>99,3</b>	99,8	-0,5	2103	<b>48,3</b>	58,6	-10,3
3110	<b>99,3</b>	99,7	-0,4	1502	<b>48,3</b>	53,1	-4,8
3507	<b>99,3</b>	99,8	-0,5	1504	<b>49,1</b>	59,3	-10,2
3506	<b>99,2</b>	99,7	-0,5	2201	<b>51,4</b>	63,9	-12,5
3513	<b>99,1</b>	99,7	-0,6	1301	<b>51,5</b>	43,3	8,2

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados da tabela 17 demonstram que entre as mesorregiões melhor classificadas todas pertencem à região sudeste, com destaque para o estado de São Paulo que possui oito representantes entre as 10 melhores. Entre as mesorregiões que apresentaram os piores resultados brutos, seis pertencem à região norte e quatro a região nordeste.

A seguir, na tabela 18, são descritas as classificações de melhores e piores resultados a partir da diferença entre beneficiários e não beneficiários.

Tabela 18 – Classificação diferença para Banheiro: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	51,5	43,3	<b>8,2</b>	2101	44,7	60,7	<b>-16</b>
1402	77,3	77,2	<b>0,1</b>	1202	54,1	69,5	<b>-15,4</b>
3303	99,5	99,6	<b>-0,1</b>	1501	45,9	59,9	<b>-14</b>
3510	99,5	99,8	<b>-0,3</b>	1303	65,1	77,6	<b>-12,5</b>
3501	99,4	99,8	<b>-0,4</b>	2201	51,4	63,9	<b>-12,5</b>
3502	99,4	99,8	<b>-0,4</b>	4109	79,2	91,2	<b>-12</b>
3505	99,5	99,9	<b>-0,4</b>	2105	53,7	65,5	<b>-11,8</b>
3110	99,3	99,7	<b>-0,4</b>	2202	64,4	76,1	<b>-11,7</b>
3509	99,3	99,8	<b>-0,5</b>	1503	79,1	90,8	<b>-11,7</b>
3507	99,3	99,8	<b>-0,5</b>	1602	72,6	83,9	<b>-11,3</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Quando analisada a diferença entre os grupos, figuram entre as melhores classificadas mesorregiões da região norte e sudeste, ainda com predominância do estado de São Paulo. Entre as piores diferenças, aparecem as mesorregiões da região nordeste, norte e uma da região sul.

Entre todas as mesorregiões, apenas duas apresentaram resultado positivo, ou seja, em menos 1,5% de todas as mesorregiões os beneficiários do Programa Bolsa Família tinham maior acesso a banheiro, antes do pareamento.

Tabela 19-Classificação das mesorregiões para Banheiro: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3510	<b>99,53</b>	99,78	-0,25	2604	<b>8,38</b>	8,44	-0,06
3505	<b>99,49</b>	99,66	-0,17	1201	<b>27,54</b>	31,73	-4,19
3303	<b>99,48</b>	99,33	0,15	1302	<b>29,65</b>	35,62	-5,97
3501	<b>99,41</b>	99,79	-0,38	2101	<b>44,7</b>	56,67	-11,97
3502	<b>99,4</b>	99,82	-0,42	1501	<b>45,3</b>	53,07	-7,77
3110	<b>99,3</b>	99,53	-0,23	2104	<b>46,54</b>	51,28	-4,74
3509	<b>99,22</b>	99,27	-0,05	1502	<b>47,64</b>	54,11	-6,47
3507	<b>99,19</b>	99,35	-0,16	2103	<b>48,31</b>	51,36	-3,05
3506	<b>99,19</b>	99,26	-0,07	1504	<b>48,42</b>	55,3	-6,88
3513	<b>99,15</b>	99,36	-0,21	1301	<b>49,92</b>	53,89	-3,97

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, de acordo com a tabela 19, todas as mesorregiões que figuram entre as melhores classificadas pertencem à região sudeste, dentre as dez, nove pertencem ao estado de São Paulo.

Os piores resultados foram dominados pelas mesorregiões da região sudeste e nordeste, quando analisado o resultado bruto.

Tabela 20 – Classificação diferença para Banheiro: Após Pareamento

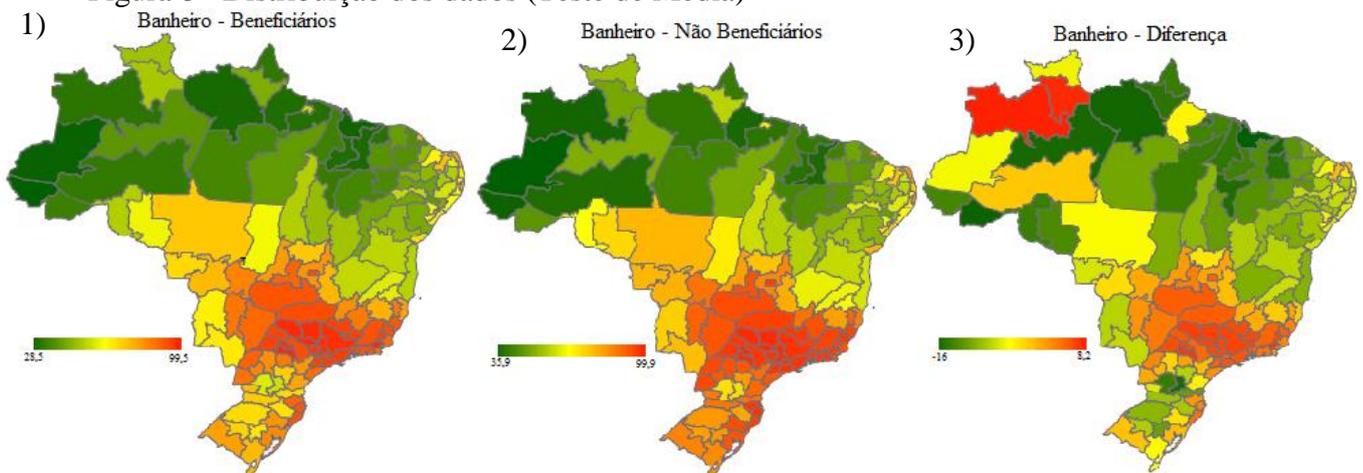
MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3203	98,05	97,32	<b>0,73</b>	1202	54,1	68,2	<b>-14,1</b>
5301	98,67	98,04	<b>0,63</b>	2101	44,7	56,67	<b>-11,97</b>
1402	76,54	75,98	<b>0,56</b>	2105	53,73	64,86	<b>-11,13</b>
3204	98,86	98,65	<b>0,21</b>	2102	54,67	64,17	<b>-9,5</b>
3305	98,66	98,49	<b>0,17</b>	1601	52,00	60,86	<b>-8,86</b>
3303	99,48	99,33	<b>0,15</b>	2201	51,39	60,11	<b>-8,72</b>
3503	98,91	98,76	<b>0,15</b>	1503	78,01	86,69	<b>-8,68</b>
3509	99,22	99,27	<b>-0,05</b>	2304	63,69	72,13	<b>-8,44</b>
2604	8,38	8,44	<b>-0,06</b>	1501	45,3	53,07	<b>-7,77</b>
3506	99,19	99,26	<b>-0,07</b>	4109	79,16	86,72	<b>-7,56</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

No que se refere a diferença entre os grupos após o pareamento, a região sudeste permanece se destacando entre as melhores classificadas, mas com presença de representantes da região centro-oeste, norte e nordeste. As piores classificadas também mantiveram o padrão anterior ao pareamento, com maior presença de mesorregiões da região norte e nordeste, porém com a presença de uma mesorregião da região sul.

Utilizando o resultado da diferença de todas as mesorregiões, o percentual de mesorregiões que obtiveram diferença positiva permaneceu baixo (sete), mesmo após o pareamento, aumentando apenas para 5,1% do total.

Figura 8 - Distribuição dos dados (Teste de Média)

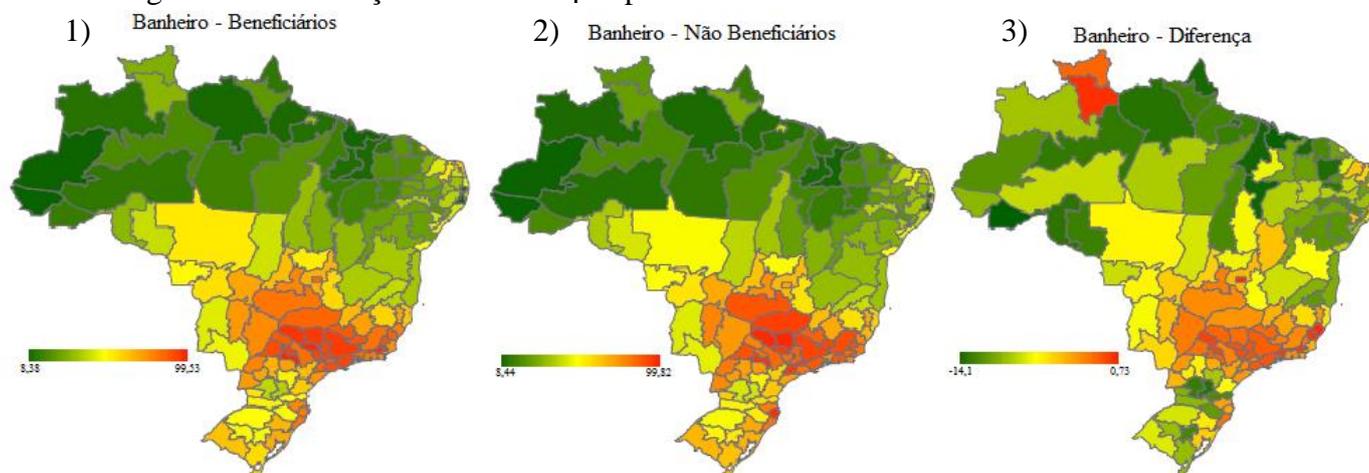


Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A partir da figura 8 é possível notar que existe uma concentração dos piores resultados brutos na região norte e melhores da região sul e sudeste. Já o mapa que representa a

diferença demonstra que há maior discrepância entre beneficiários e não beneficiários em parte da região sul e região nordeste.

Figura 9 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 9 representa os resultados após o pareamento. Os resultados brutos continuaram apresentando uma distribuição com piores resultados concentrados na região norte e melhores na região sudeste e centro-oeste. O padrão de melhores resultados na região sudeste, permanece na análise do mapa que representa a diferença entre os grupos, porém as mesorregiões com pior desempenho se distribuem de forma mais dispersa no último mapa.

#### v) *GELADEIRA*

A última variável que compõe a dimensão condição de moradia indica o percentual de pessoas com acesso ao bem durável geladeira.

Tabela 21 – Classificação das mesorregiões para Geladeira: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3501	<b>98,9</b>	99,4	-0,5	1502	<b>49,0</b>	51,3	-2,3
4205	<b>98,9</b>	99,6	-0,7	1302	<b>59,5</b>	57,2	2,3
3503	<b>98,8</b>	99,2	-0,4	1501	<b>61,2</b>	70,6	-9,4
4204	<b>98,7</b>	99,5	-0,8	1301	<b>62,0</b>	50,6	11,4
3505	<b>98,4</b>	99,4	-1	1304	<b>63,6</b>	61,5	2,1
3507	<b>98,4</b>	99,3	-0,9	2203	<b>66,1</b>	73,7	-7,6
3508	<b>98,4</b>	99,2	-0,8	2701	<b>67,2</b>	74,6	-7,4
4206	<b>98,4</b>	99,6	-1,2	2902	<b>68,5</b>	76,1	-7,6
3502	<b>98,1</b>	99,3	-1,2	1201	<b>68,5</b>	70,2	-1,7
3510	<b>98,0</b>	99	-1	1504	<b>68,6</b>	72,4	-3,8

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 21 descreve a classificação pelos dados brutos obtidos anteriormente ao pareamento para a variável geladeira. As melhores classificações são dominadas por

mesorregiões pertencentes à região sudeste e sul e as piores, se concentram na região norte e nordeste.

Isso indica que nas mesorregiões da região sudeste e sul os beneficiários possuem maior acesso ao bem durável geladeira em comparação as demais mesorregiões do país, já para as mesorregiões pertencentes à região norte e nordeste os beneficiários tem menos acesso, em média, ao bem durável geladeira quando comparados aos beneficiários das demais mesorregiões do Brasil.

Na tabela 22, a classificação é feita pela diferença entre os grupos, demonstrando onde existe maior e menor desigualdade entre os grupos.

Tabela 22– Classificação diferença para Geladeira: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	62	50,6	<b>11,4</b>	4108	81,8	91,4	<b>-9,6</b>
1402	84,9	82,1	<b>2,8</b>	1501	61,2	70,6	<b>-9,4</b>
1302	59,5	57,2	<b>2,3</b>	2903	70,2	79,3	<b>-9,1</b>
1304	63,6	61,5	<b>2,1</b>	1702	74,2	83,2	<b>-9</b>
3503	98,8	99,2	<b>-0,4</b>	3104	77	85,6	<b>-8,6</b>
3501	98,9	99,4	<b>-0,5</b>	2906	70,2	78,2	<b>-8</b>
1505	72,8	73,4	<b>-0,6</b>	2203	66,1	73,7	<b>-7,6</b>
4205	98,9	99,6	<b>-0,7</b>	2902	68,5	76,1	<b>-7,6</b>
1601	68,7	69,5	<b>-0,8</b>	2904	69,2	76,8	<b>-7,6</b>
3508	98,4	99,2	<b>-0,8</b>	1303	74,9	82,4	<b>-7,5</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

As mesorregiões que apresentaram as menores diferenças pertencem à região norte e sudeste (todas do estado de São Paulo) e uma da região sul. Já os piores classificados se concentram na região nordeste, norte e com um representante da região sul e sudeste respectivamente.

Observando os dados para a diferença entre os grupos de todas as mesorregiões, para a variável geladeira, apenas 4 das 137 mesorregiões apresentam resultado positivo. Ou seja, em apenas 2,9% das mesorregiões os beneficiários do Programa Bolsa Família possuem pelo menos a mesma condição de acesso ao bem durável geladeira quando comparados aos não beneficiários.

Tabela 23-Classificação das mesorregiões para Geladeira: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3503	<b>98,95</b>	98,29	0,66	1502	<b>48,21</b>	51,15	-2,94
4205	<b>98,87</b>	99,56	-0,69	1302	<b>58,72</b>	55,61	3,11
3501	<b>98,84</b>	99,02	-0,18	1301	<b>60,76</b>	63,53	-2,77

Continuação tabela 23-Classificação das mesorregiões para Geladeira: Após Pareamento

COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4204	<b>98,7</b>	98,82	-0,12	1501	<b>60,88</b>	62,99	-2,11
4206	<b>98,41</b>	99,14	-0,73	1304	<b>62,73</b>	65,04	-2,31
3505	<b>98,26</b>	98,71	-0,45	2203	<b>66,07</b>	66,13	-0,06
3508	<b>98,25</b>	99,13	-0,88	2701	<b>67,24</b>	72,9	-5,66
3507	<b>98,21</b>	98,9	-0,69	1201	<b>67,99</b>	63,93	4,06
3502	<b>97,98</b>	98,52	-0,54	1504	<b>68,11</b>	70,66	-2,55
3510	<b>97,89</b>	98,69	-0,8	1601	<b>68,14</b>	72,14	-4

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A classificação a partir dos dados brutos, descrita na tabela 23, após o pareamento, demonstram que a concentração dos melhores resultados permaneceu na região sudeste e sul. Os piores resultados permaneceram concentrados na região norte e nordeste.

A tabela 24 descreve a classificação, após o pareamento, para as diferenças entre os grupos.

Tabela 24 – Classificação diferença para Geladeira: Após Pareamento

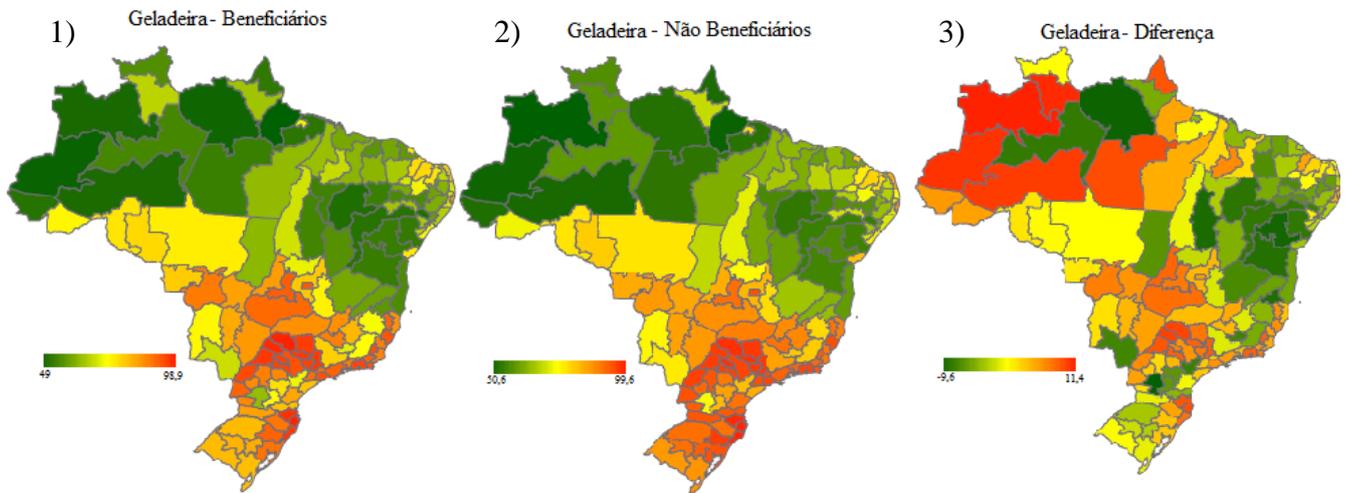
MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1201	67,99	63,93	<b>4,06</b>	4108	81,81	89,2	<b>-7,39</b>
1505	72,23	68,56	<b>3,67</b>	2902	68,51	75,75	<b>-7,24</b>
1302	58,72	55,61	<b>3,11</b>	3111	86,94	93,29	<b>-6,35</b>
2103	85,3	82,4	<b>2,9</b>	2202	80,83	86,76	<b>-5,93</b>
1506	81,19	80,13	<b>1,06</b>	4105	89,84	95,64	<b>-5,8</b>
3503	98,95	98,29	<b>0,66</b>	2701	67,24	72,9	<b>-5,66</b>
3203	97,22	96,6	<b>0,62</b>	3102	79,26	84,83	<b>-5,57</b>
5104	95,56	95,14	<b>0,42</b>	2904	69,2	74,58	<b>-5,38</b>
2104	80,83	80,53	<b>0,3</b>	2305	90,17	95,52	<b>-5,35</b>
3514	92,6	92,54	<b>0,06</b>	2201	76,86	82,15	<b>-5,29</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A classificação demonstrou que as menores diferenças são encontradas na região norte, nordeste e sudeste. As mesorregiões com piores diferenças pertencem às regiões nordeste, sul e sudeste.

Após o pareamento, a quantidade de mesorregiões com diferença positiva aumentou para dez, 7,3% de todas as mesorregiões apresentaram uma situação de ao menos igualdade entre beneficiários e não beneficiários após o pareamento.

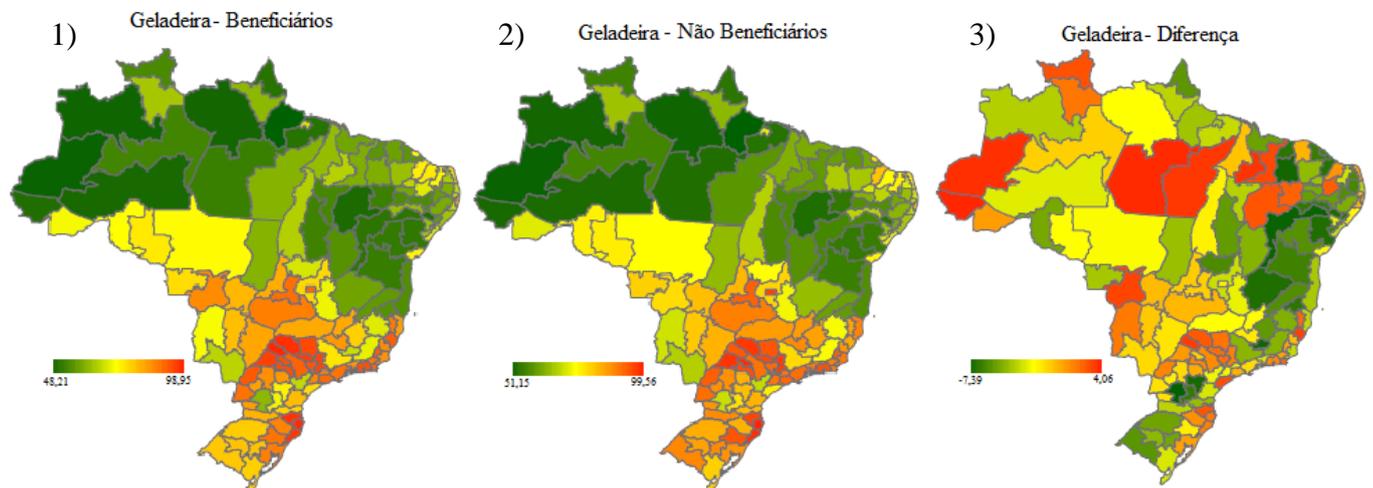
Figura 10 - Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A distribuição dos dados brutos anterior ao pareamento, figura 10, mapa 1 e 2, mostram o mesmo padrão de distribuição de melhores e piores médias tanto para beneficiários e não beneficiários, porém quando observado o mapa 3 que considera a diferença, a região norte novamente se destaca por apresentar as regiões com melhores diferenças para os indivíduos beneficiários, na média.

Figura 11 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 11 representa os resultados após o pareamento distribuídos espacialmente. O padrão de melhores e piores resultados após o pareamento não sofreu grandes alterações quando comparado a figura 10, porém o mapa das diferenças, que representa a desigualdade entre os grupos, apresenta os padrões de melhor e pior resultados de forma mais dispersa. Além da região norte, existem pontos na região sudeste, norte e sul que apresentam regiões com menos desigualdade para os beneficiários do programa Bolsa Família.

## 6.2.DIMENSÃO TRABALHO

A dimensão trabalho, segunda dimensão a ser analisada, é composta pelas seguintes variáveis: Horas Trabalho; Sem Carteira; Menor Trabalho; Ocupado; e Procura Emprego. A seguir são analisados os resultados obtidos para cada uma destas variáveis anteriormente ao pareamento e os resultados após o pareamento.

*i) HORAS TRABALHO*

A variável Horas Trabalho sinaliza o percentual de pessoas com idade superior a 18 anos que trabalham 49 horas ou mais, por semana. Esta variável também deve ser analisada de forma inversa, quanto maior o percentual, pior o resultado, uma vez que o máximo de horas semanais regulamentado pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) são 44 h semanais, esta variável indica uma carga horária acima da permitida por lei.

Tabela 25 – Classificação das mesorregiões para Horas Trabalho: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4304	<b>44,0</b>	42,9	1,1	2604	<b>77,0</b>	62,5	14,5
4107	<b>47,5</b>	43,5	4	2703	<b>74,7</b>	57,1	17,6
4301	<b>48,2</b>	44,1	4,1	2605	<b>72,2</b>	55,1	17,1
4204	<b>48,7</b>	39,5	9,2	2404	<b>70,3</b>	52,0	18,3
4108	<b>50,5</b>	43,5	7	1506	<b>69,5</b>	53,2	16,3
4201	<b>51,3</b>	44,5	6,8	2401	<b>69,2</b>	56,1	13,1
4205	<b>51,6</b>	41,0	10,6	2403	<b>69,0</b>	56,6	12,4
1302	<b>51,7</b>	52,8	-1,1	2302	<b>68,0</b>	55,9	12,1
4103	<b>51,7</b>	43,4	8,3	2306	<b>67,8</b>	55,6	12,2
4106	<b>52,2</b>	42,8	9,4	2504	<b>67,8</b>	54,0	13,8

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A classificação anterior ao pareamento, baseada nos dados brutos, tabela 25, demonstra predominância da região sul entre as melhores classificações, entre as dez melhores a região sul ocupa nove posições e a região norte um representante. Entre os piores resultados, também existe predominância da região nordeste, com nove mesorregiões e apenas uma mesorregião da região norte.

Esses dados, anterior ao pareamento, podem ser influenciados por características observáveis e também por boas condições de emprego nas regiões analisadas. A tabela 26 possui a classificação para as diferenças, anterior ao pareamento.

Tabela 26 – Classificação diferença para Horas Trabalho: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	55	57	<b>-2</b>	2404	70,3	52	<b>18,3</b>
1302	51,7	52,8	<b>-1,1</b>	2703	74,7	57,1	<b>17,6</b>
4304	44	42,9	<b>1,1</b>	2605	72,2	55,1	<b>17,1</b>
4107	47,5	43,5	<b>4</b>	4202	55,8	39,2	<b>16,6</b>
4301	48,2	44,1	<b>4,1</b>	2303	65,9	49,5	<b>16,4</b>
1504	58,9	54,5	<b>4,4</b>	1506	69,5	53,2	<b>16,3</b>
2603	56,7	52,3	<b>4,4</b>	5103	64,9	49,4	<b>15,5</b>
3204	55,2	50,5	<b>4,7</b>	4105	64,7	49,2	<b>15,5</b>
3103	54,8	49,7	<b>5,1</b>	3507	58,9	43,4	<b>15,5</b>
2904	53,8	48,5	<b>5,3</b>	3511	64,4	49,1	<b>15,3</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 26 indica que mesmo após a análise da diferença, a região sul ainda possui representantes entre as melhores, porém em menor quantidade, com resultados positivos para a região norte, nordeste e sudeste. Entre os piores resultados, a região nordeste continua a figurar, porém com representantes da região sul, norte e sudeste também.

Do total de 137 mesorregiões, apenas duas apresentaram diferença menor que zero, ou seja, menos de 1,5% do total possuem menos beneficiários, em média, submetendo-se a uma jornada de trabalho abusiva.

Tabela 27- Classificação das mesorregiões para Horas Trabalho: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4304	<b>44,04</b>	46,8	-2,76	2604	<b>76,94</b>	76,89	0,05
4107	<b>47,51</b>	51,7	-4,19	2703	<b>74,66</b>	71,95	2,71
4301	<b>48,21</b>	49,66	-1,45	2605	<b>72,2</b>	71,26	0,94
4204	<b>48,62</b>	49,61	-0,99	1506	<b>70,76</b>	67,94	2,82
4108	<b>50,54</b>	54,61	-4,07	2404	<b>70,27</b>	69,96	0,31
4201	<b>51,30</b>	56,65	-5,35	2401	<b>69,15</b>	63,97	5,18
4205	<b>51,57</b>	45,87	5,7	2403	<b>69,01</b>	66,68	2,33
4103	<b>51,73</b>	55,43	-3,7	2302	<b>67,99</b>	67,89	0,1
1302	<b>52,00</b>	58,72	-6,72	2504	<b>67,83</b>	69,74	-1,91
5301	<b>52,89</b>	51,66	1,23	2306	<b>67,77</b>	67,09	0,68

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, tabela 27, os melhores resultados ainda pertencem à região sul, com apenas um representante da região norte e um da região centro-oeste figurando entre os melhores. Entre os piores, também permaneceu a dominância de mesorregiões da região nordeste, com apenas um representante da região norte.

Tabela 28 – Classificação diferença para Horas Trabalho: Após Pareamento

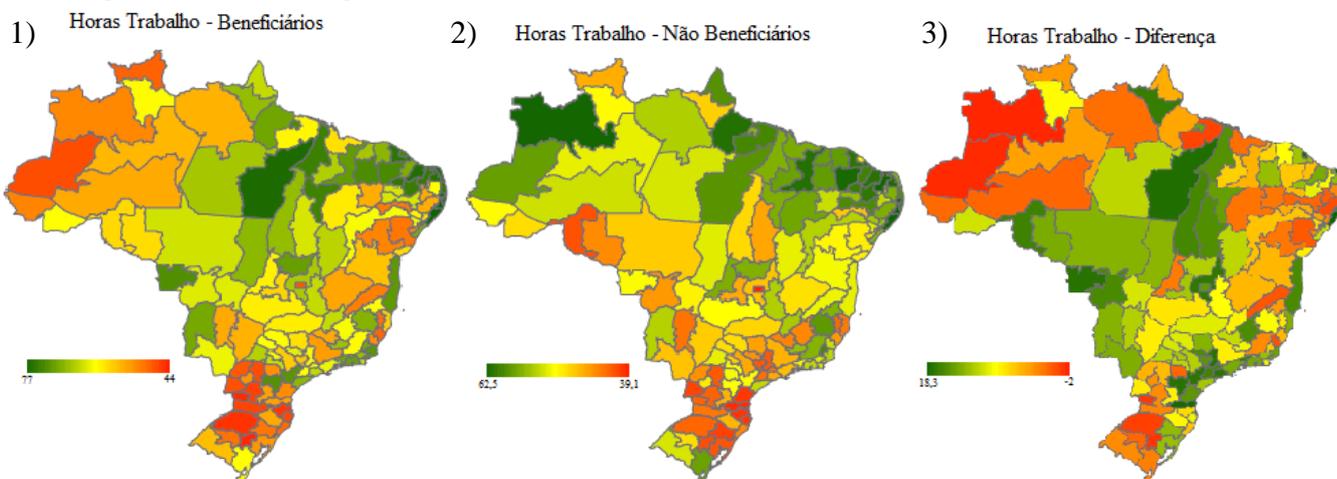
MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1401	55,36	63,79	<b>-8,43</b>	1602	63,99	57,91	<b>6,08</b>
2101	58,34	66,32	<b>-7,98</b>	4205	51,57	45,87	<b>5,7</b>
1601	61,84	69,79	<b>-7,95</b>	2501	66,63	61,26	<b>5,37</b>
2702	58,38	65,48	<b>-7,1</b>	2401	69,15	63,97	<b>5,18</b>
3111	62,79	69,69	<b>-6,9</b>	3515	65,58	60,44	<b>5,14</b>
4203	56,15	62,97	<b>-6,82</b>	2502	56,25	51,8	<b>4,45</b>
1302	52	58,72	<b>-6,72</b>	5204	61,72	57,92	<b>3,8</b>
5003	56,9	63,05	<b>-6,15</b>	3501	61,45	58,28	<b>3,17</b>
1501	57,47	63,62	<b>-6,15</b>	1506	70,76	67,94	<b>2,82</b>
4106	54,1	59,95	<b>-5,85</b>	2703	74,66	71,95	<b>2,71</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 28 descreve a classificação pela diferença, após o pareamento. Entre as melhores classificações não existe mais homogeneidade da região sul, que apresenta apenas dois representantes, há também mesorregiões da região norte, nordeste, sudeste e centro-oeste, ou seja, todas as regiões apresentam ao menos uma mesorregião figurando entre as 10 melhores, com menor desigualdade entre beneficiários e não beneficiários.

Os piores resultados também apresentam representantes da região norte, sul, nordeste, sudeste e centro-oeste. O grande destaque fique a cargo da análise do total de mesorregiões que possuem diferença menor que zero. Após o pareamento, 86 das 137 mesorregiões possuem diferença positiva para os beneficiários, ou seja, 62,8% das mesorregiões possuem menor percentual de beneficiários trabalhando acima de 49 horas semanais quando comparados a indivíduos com características observáveis semelhantes.

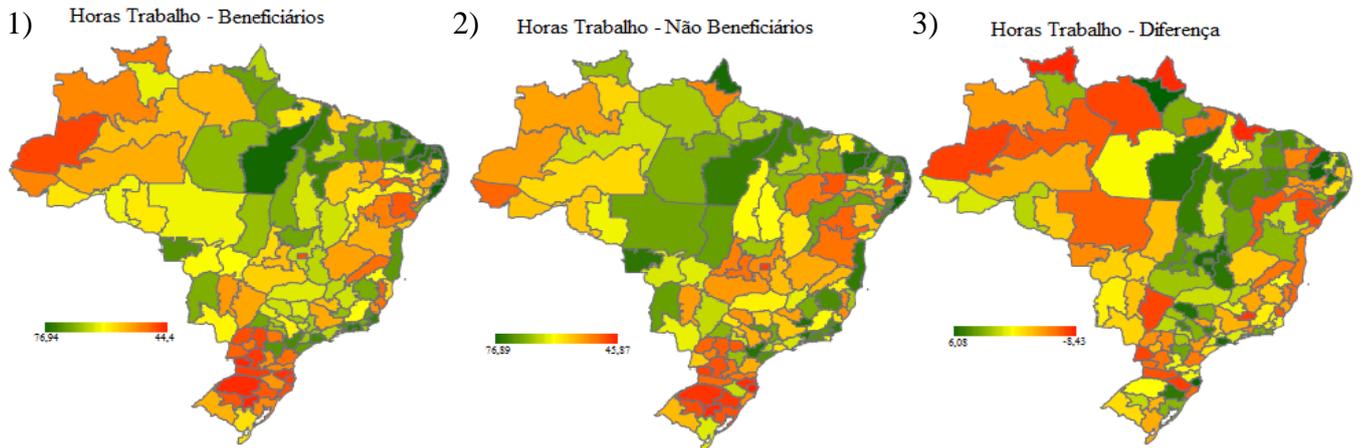
Figura 12 - Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A análise da distribuição dos dados, anterior ao pareamento (figura 12), demonstra que os melhores resultados se concentram na região sul e norte, já na análise da diferença, existe maior dispersão dos pontos com resultados positivos, com destaque para parte da região sul, norte e nordeste.

Figura 13 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após a aplicação do pareamento, a distribuição dos dados na figura 13 demonstra que apesar da distribuição bruta dos dados manter o mesmo padrão anterior ao pareamento, o mapa 3 que representa a diferença, tem os melhores resultados distribuídos de forma mais dispersa pelo mapa, principalmente na faixa oeste do país.

#### ii) SEM CARTEIRA

A variável sem carteira indica o percentual de pessoas que declararam que possuem trabalho sem carteira assinada. Esta variável também possui lógica inversamente proporcional, quanto maiores os resultados, pior o desempenho.

Tabela 29 – Classificação das mesorregiões para Sem Carteira: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4205	<b>22,7</b>	10,5	12,2	3301	<b>64,8</b>	28,5	36,3
4204	<b>25,4</b>	9,21	16,19	2401	<b>62,7</b>	33,2	29,5
4304	<b>25,9</b>	11,6	14,3	3204	<b>61,4</b>	28	33,4
4302	<b>27,6</b>	9,77	17,83	5201	<b>60,2</b>	32,9	27,3
3505	<b>27,8</b>	10,9	16,9	3104	<b>60,1</b>	34,5	25,6
4201	<b>28,8</b>	11,9	16,9	1301	<b>59,9</b>	39,8	20,1
4202	<b>32,4</b>	10,4	22	3108	<b>59,8</b>	30,2	29,6
4206	<b>33,3</b>	13,2	20,1	2501	<b>59,8</b>	40,5	19,3
4110	<b>33,8</b>	12,7	21,1	2304	<b>59,2</b>	43,8	15,4
4301	<b>35,2</b>	14,8	20,4	2306	<b>59,1</b>	40,8	18,3

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 29 com a classificação dos melhores e piores resultados brutos para a variável sem carteira indica que entre os melhores resultados existe predominância das mesorregiões da região sul, apenas com uma representante da região sudeste. Já entre os piores resultados figuram mesorregiões da região nordeste, sudeste, centro-oeste e norte, sem nenhuma dominância forte.

Tabela 30 – Classificação diferença para Sem Carteira: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2103	42,4	37,3	<b>5,1</b>	3301	64,8	28,5	<b>36,3</b>
1302	46,7	41,1	<b>5,6</b>	4102	57,4	23,6	<b>33,8</b>
1504	38,3	31,4	<b>6,9</b>	5004	57,9	24,1	<b>33,8</b>
1501	36,1	28	<b>8,1</b>	3513	50,6	17	<b>33,6</b>
1502	39,3	30,2	<b>9,1</b>	3204	61,4	28	<b>33,4</b>
1304	44,7	34,8	<b>9,9</b>	3511	53,8	20,9	<b>32,9</b>
1601	42,4	32,1	<b>10,3</b>	3202	55,3	22,5	<b>32,8</b>
2104	47,3	35,9	<b>11,4</b>	4105	48,5	15,8	<b>32,7</b>
2102	47	35	<b>12</b>	3501	50,9	18,4	<b>32,5</b>
4205	22,7	10,5	<b>12,2</b>	3305	47,5	15,5	<b>32</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 30 com a classificação da diferença entre os grupos, indica mudança da predominância entre os melhores classificados, com maior quantidade de mesorregiões da região norte e nordeste do país e apenas uma da região sul.

Entre os piores, a região sudeste e a sul apresentam maior número de representantes. No resultado para todas as mesorregiões, nenhuma apresentou diferença superior à zero, antes do pareamento. Isso significa que em todas as mesorregiões, os beneficiários do Programa Bolsa Família se submetem em maior proporção ao trabalho informal.

Tabela 31- Classificação das mesorregiões para Sem Carteira: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4205	<b>22,66</b>	16,73	5,93	3301	<b>67,23</b>	48,22	19,01
4204	<b>25,4</b>	16,61	8,79	2401	<b>62,65</b>	41,23	21,42
4304	<b>25,92</b>	16,21	9,71	3204	<b>62,21</b>	44,96	17,25
4302	<b>27,56</b>	20	7,56	1301	<b>61,83</b>	44,08	17,75
4201	<b>28,84</b>	22,95	5,89	3108	<b>61,62</b>	45,5	16,12
3505	<b>29,93</b>	24,37	5,56	3104	<b>60,63</b>	46,92	13,71
4202	<b>32,37</b>	23,43	8,94	5201	<b>60,23</b>	43,26	16,97
4206	<b>33,21</b>	21,82	11,39	2501	<b>59,77</b>	42,36	17,41
4110	<b>33,81</b>	21,78	12,03	2304	<b>59,14</b>	51,09	8,05
4301	<b>35,17</b>	22,57	12,6	2306	<b>59,13</b>	47,76	11,37

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

O resultado a partir dos dados brutos, descrito na tabela 31, demonstra que após o pareamento, a região sul continuou dominando as melhores classificações. Entre as piores, a região nordeste e sudeste foram as que obtiveram a maior frequência.

A tabela 32 apresenta a classificação considerando a diferença entre beneficiários e não beneficiários após o pareamento.

Tabela 31 – Classificação diferença para Sem Carteira: Após Pareamento

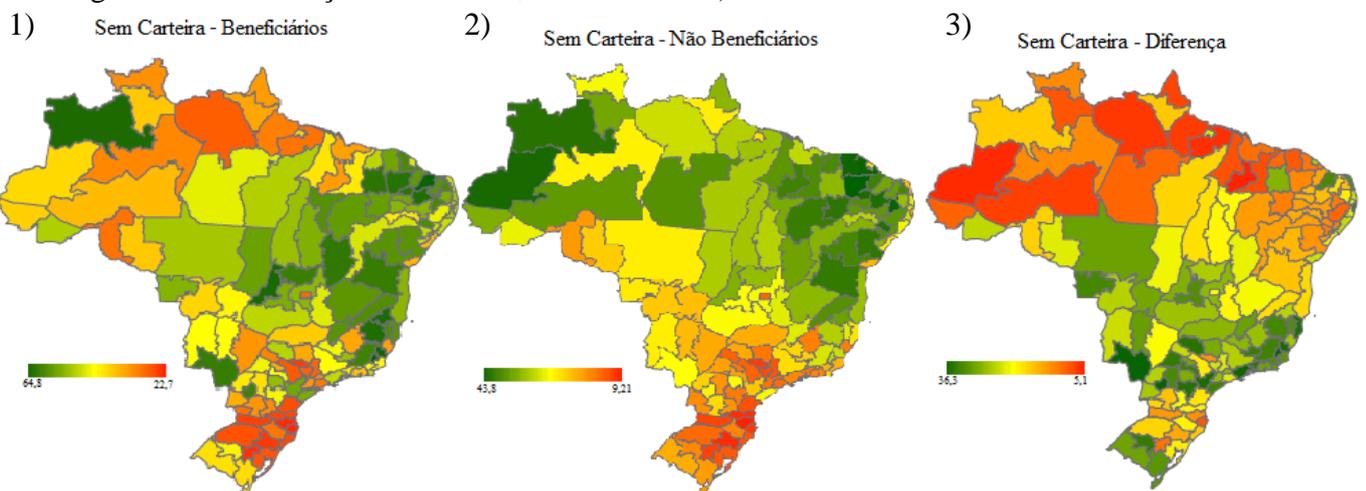
MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1601	41,85	48,91	<b>-7,06</b>	2401	62,65	41,23	<b>21,42</b>
1302	46,76	47,64	<b>-0,88</b>	5203	53,16	31,79	<b>21,37</b>
2103	42,38	41,72	<b>0,66</b>	3511	55,88	35,28	<b>20,6</b>
1502	39,37	37,76	<b>1,61</b>	4307	46,81	26,48	<b>20,33</b>
2301	54,04	50,57	<b>3,47</b>	5002	48,11	28,63	<b>19,48</b>
1602	44,68	40,93	<b>3,75</b>	3202	57,73	38,31	<b>19,42</b>
1504	38,74	34,77	<b>3,97</b>	3301	67,23	48,22	<b>19,01</b>
2104	47,29	43,16	<b>4,13</b>	5004	57,9	38,95	<b>18,95</b>
1501	36,26	32,02	<b>4,24</b>	3111	53,23	34,37	<b>18,86</b>
2102	46,99	42,6	<b>4,39</b>	3305	50,72	32,29	<b>18,43</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, observando o resultado a partir da diferença entre os grupos, os melhores resultados foram dominados pela região norte e nordeste. Já os piores resultados apresentam grande frequência da região sudeste e centro-oeste.

Mesmo após o pareamento, apenas duas mesorregiões apresentaram menor percentual de beneficiários que se submetiam ao trabalho informal quando comparados ao grupo de não beneficiários, indicando que mesmo após o controle das características observáveis os beneficiários tendem a se dedicar ao trabalho informal. A figura 14 representa a distribuição dos dados anterior ao pareamento.

Figura 14 -Distribuição dos dados (Teste de Média)

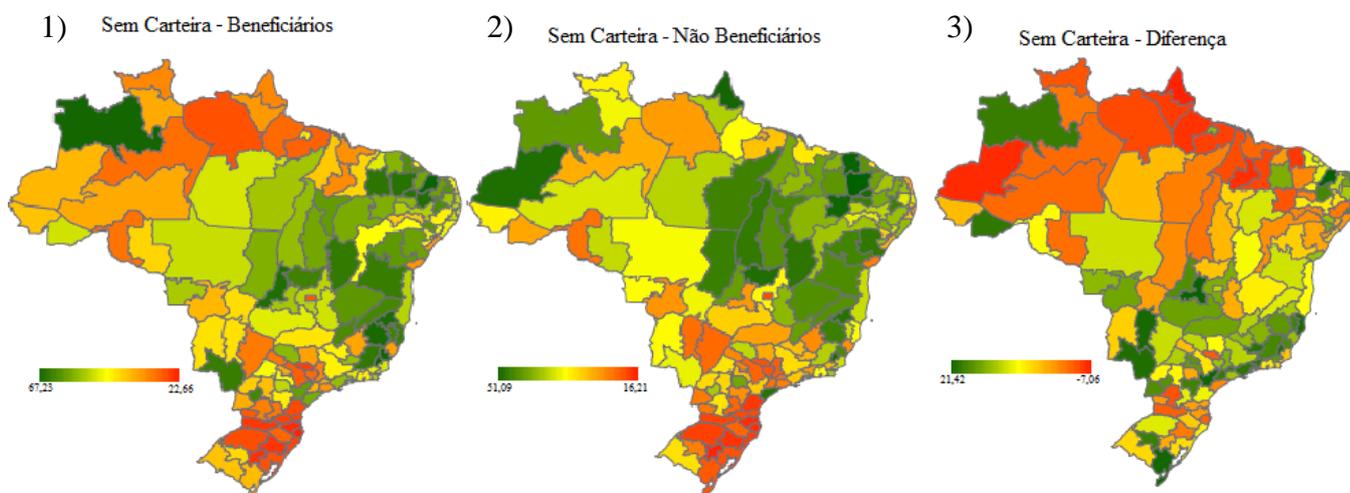


Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os dados anterior ao pareamento demonstram resultados positivos para beneficiários concentrados na região sul e norte, o mesmo não é notado para não beneficiários, uma vez que a região norte para esse grupo apresenta em sua maior parte os piores resultados.

Analisando os dados referentes a diferença entre os grupos, a região norte apresenta grande concentração dos resultados positivos e o sudeste e centro-oeste com os piores resultados.

Figura 15 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, uma mudança pode ser notada na região norte para os não beneficiários. A região que antes do mapeamento apresentava os piores resultados para esse grupo, após o pareamento apresenta resultados medianos. No mapa 3 que representa a diferença entre grupos, os melhores resultados permanecem concentrados na região norte.

### iii) MENOR TRABALHO

Esta variável representa o percentual de pessoas menores de 18 anos que trabalham, também tem a classificação invertida, quanto menor o percentual de trabalho infantil, melhor classificado. Esta variável é a primeira ligada diretamente a uma condicionalidade do Programa Bolsa Família, uma vez que ele é integrado ao PETI.

Tabela 33 – Classificação das mesorregiões para Menor Trabalho: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1601	<b>2,56</b>	5,52	-2,96	4107	<b>14,6</b>	20,9	-6,3
1301	<b>2,56</b>	5,55	-2,99	1502	<b>12,5</b>	7,04	5,46
3514	<b>2,94</b>	7,14	-4,2	4201	<b>11,3</b>	19,2	-7,9
2604	<b>3,13</b>	3,86	-0,73	4301	<b>11,1</b>	15,7	-4,6

Continuação tabela 33 – Classificação das mesorregiões para Menor Trabalho: Teste de Média

COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2504	<b>3,28</b>	4,98	-1,7	4302	<b>10,8</b>	18,2	-7,4
2402	<b>3,46</b>	5,89	-2,43	4101	<b>10,7</b>	16,9	-6,2
3306	<b>3,65</b>	4,88	-1,23	5202	<b>10,7</b>	11,9	-1,2
2605	<b>3,72</b>	4,16	-0,44	4204	<b>10,6</b>	19,4	-8,8
4203	<b>4,02</b>	11,1	-7,08	4108	<b>10,6</b>	13,7	-3,1
2703	<b>4,02</b>	4,37	-0,35	5203	<b>10,3</b>	14,1	-3,8

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados dos dados brutos, anterior ao pareamento (tabela 33), indicam que os melhores resultados são encontrados nas mesorregiões da região norte, sudeste, nordeste, com apenas um representante da região sul. Entre os piores resultados, a região sul apresenta dominância, com dois representantes da região centro-oeste.

A seguir será analisada a classificação baseada na diferença.

Tabela 34 – Classificação diferença para Menor Trabalho: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4204	10,6	19,4	<b>-8,8</b>	1502	12,5	7,04	<b>5,46</b>
4201	11,3	19,2	<b>-7,9</b>	1302	9,78	5,91	<b>3,87</b>
4304	8,68	16,3	<b>-7,62</b>	2901	9,45	6,41	<b>3,04</b>
4302	10,8	18,2	<b>-7,4</b>	2203	8,77	5,78	<b>2,99</b>
4203	4,02	11,1	<b>-7,08</b>	1201	7,69	5,02	<b>2,67</b>
4202	5,23	12,3	<b>-7,07</b>	2305	9,25	6,93	<b>2,32</b>
4206	9,26	16,3	<b>-7,04</b>	2902	9,19	6,89	<b>2,3</b>
3109	8,71	15,6	<b>-6,89</b>	2306	9,7	7,43	<b>2,27</b>
4106	8,89	15,4	<b>-6,51</b>	2302	7,52	6,07	<b>1,45</b>
4205	7,18	13,5	<b>-6,32</b>	2903	8,47	7,3	<b>1,17</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A análise da diferença demonstra que os melhores resultados estão na região sul, ou seja, nestas mesorregiões a diferença entre os percentuais de trabalho infantil encontrados entre os indivíduos que recebem o Programa Bolsa Família e o restante da população são mais próximos. Já os piores resultados são encontrados na região norte e nordeste.

O grande destaque fica para a análise geral dos dados que indicou que entre as 137 mesorregiões, 107 – 78,1% - apresentaram diferença menor que zero, ou seja, apresentaram percentual de menores que trabalham inferior ao restante da população, antes do pareamento.

Tabela 35-Classificação das mesorregiões para Menor Trabalho: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	<b>2,2</b>	7,14	-4,94	4103	<b>77,29</b>	87,16	-9,87
1601	<b>2,7</b>	5,4	-2,7	4107	<b>14,56</b>	15,95	-1,39
3306	<b>2,88</b>	3,97	-1,09	4201	<b>11,26</b>	11,85	-0,59
3514	<b>2,95</b>	4,73	-1,78	4301	<b>11,11</b>	13,89	-2,78
2604	<b>3,13</b>	2,76	0,37	1502	<b>11,06</b>	9,13	1,93
2504	<b>3,28</b>	5,31	-2,03	4302	<b>10,78</b>	6,59	4,19
2402	<b>3,46</b>	4	-0,54	5202	<b>10,74</b>	11,32	-0,58
3302	<b>3,52</b>	5,48	-1,96	4101	<b>10,7</b>	9,47	1,23
3304	<b>3,52</b>	3,14	0,38	4108	<b>10,6</b>	9,81	0,79
2605	<b>3,72</b>	3,85	-0,13	4204	<b>10,55</b>	10,3	0,25

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, os resultados descritos na tabela 35 indicam que os melhores resultados brutos se concentram na região norte, sudeste e nordeste. Já entre os piores resultados a região sul apresenta oito entre as dez piores classificações.

Tabela 36 – Classificação diferença para Menor Trabalho: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4103	77,29	87,16	<b>-9,87</b>	3106	7,77	0	<b>7,77</b>
2404	4,19	13,63	<b>-9,44</b>	4302	10,78	6,59	<b>4,19</b>
1301	2,2	7,14	<b>-4,94</b>	2203	8,77	5,26	<b>3,51</b>
5103	8,01	12,55	<b>-4,54</b>	2901	9,44	6,15	<b>3,29</b>
1505	6,38	10,81	<b>-4,43</b>	3301	7,52	4,65	<b>2,87</b>
3503	5,96	8,82	<b>-2,86</b>	1303	5,29	2,57	<b>2,72</b>
4301	11,11	13,89	<b>-2,78</b>	2502	7,76	5,32	<b>2,44</b>
1601	2,7	5,4	<b>-2,7</b>	1201	7,43	5,14	<b>2,29</b>
4303	6,2	8,86	<b>-2,66</b>	2305	9,27	6,99	<b>2,28</b>
2204	6,28	8,92	<b>-2,64</b>	5205	9,36	7,09	<b>2,27</b>

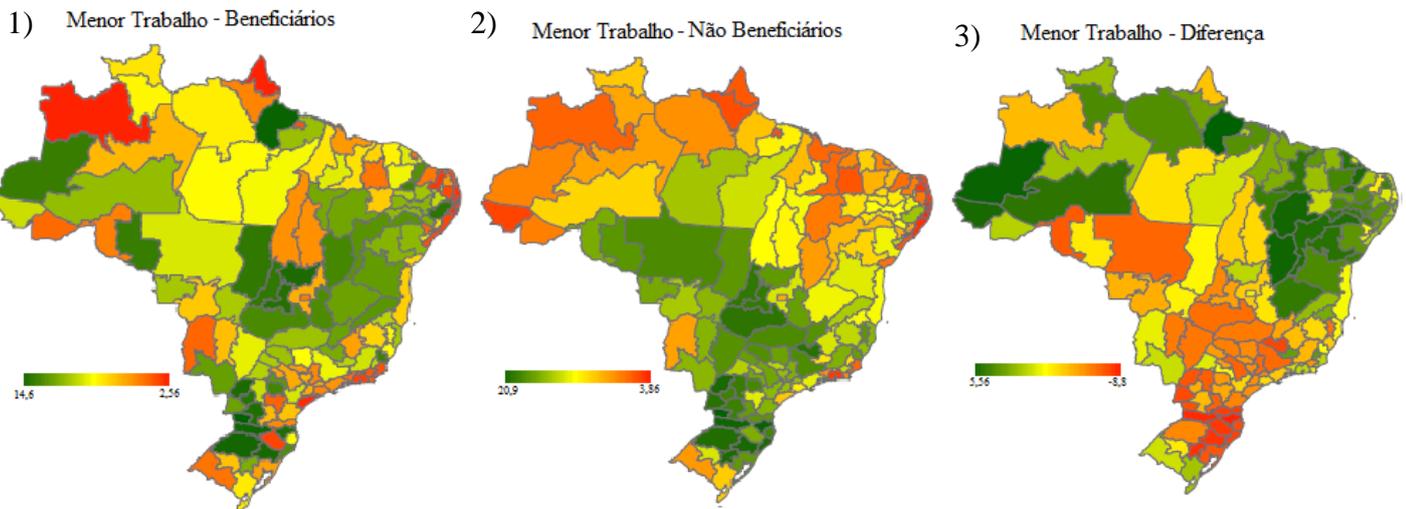
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os melhores resultados após o pareamento, analisando a diferença, foram mais dispersos, com representantes da região sul, norte, nordeste, centro-oeste e sudeste, o mesmo ocorreu para a classificação dos piores resultados.

Já analisando o resultado de todas as mesorregiões, após o pareamento, 72 das 137 mesorregiões apresentaram diferença menor que zero. Apesar da queda, quando comparado ao resultado anterior ao pareamento, 52,6% das mesorregiões apresentaram melhor resultado para os beneficiários quando analisado o trabalho infantil.

A queda nesse percentual, após o pareamento, pode estar relacionada ao pareamento considerar comparar indivíduos com o mesmo sexo, idade, da região rural/urbana.

Figura 16 - Distribuição dos dados (Teste de Média)

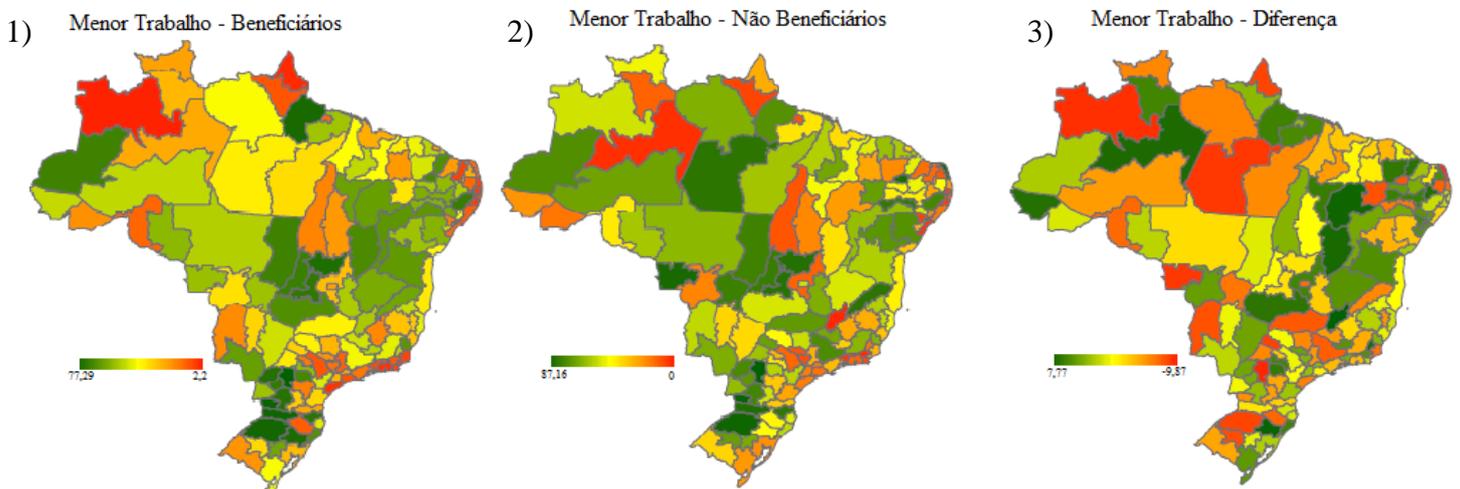


Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 16 demonstra que os dados brutos apresentam uma dispersão maior tanto para melhores, quanto para piores classificações, porém no mapa 3 que representa a distribuição da diferença, nota-se que as regiões sul, sudeste e centro-oeste apresentam melhores resultados, com diferenças mais positivas para os beneficiários.

A figura 17 apresenta os resultados distribuídos espacialmente, após o pareamento.

Figura 17 -Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, existe uma grande alteração no mapa 3, que representa a diferença entre os grupos, os resultados de melhores e piores classificações ficam mais dispersos, e a região norte que anteriormente não apresentava tanto destaque, demonstra maior quantidade de resultados positivos para os beneficiários

## iv) OCUPADO

A variável Ocupado indica o percentual de pessoas que declararam possuir uma ocupação.

Tabela 37 – Classificação das mesorregiões para Ocupado: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4201	<b>94</b>	97,5	-3,5	2605	<b>69,3</b>	86,8	-17,5
4301	<b>94</b>	97,4	-3,4	3515	<b>75</b>	91,5	-16,5
2201	<b>93,7</b>	94,2	-0,5	3304	<b>75,2</b>	89,8	-14,6
4304	<b>93</b>	97,7	-4,7	3306	<b>75,5</b>	91,6	-16,1
4107	<b>92,7</b>	97,1	-4,4	3302	<b>76,1</b>	91,1	-15
2204	<b>92,3</b>	93,5	-1,2	3505	<b>76,5</b>	93,5	-17
2603	<b>92,3</b>	93,6	-1,3	2905	<b>77</b>	87,1	-10,1
1201	<b>92,3</b>	94	-1,7	3509	<b>77,2</b>	93	-15,8
2301	<b>92,2</b>	93,8	-1,6	1503	<b>77,2</b>	89,8	-12,6
2502	<b>92,2</b>	94,8	-2,6	3512	<b>77,4</b>	93,3	-15,9

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 37 descreve a classificação anterior ao pareamento, para os dados brutos da variável ocupado. Entre os melhores classificados é possível identificar maior número de mesorregiões da região sul e nordeste. Já entre os piores resultados, a maioria das mesorregiões pertence à região sudeste.

A seguir é analisada a tabela 38 que analisa a diferença entre os grupos para cada mesorregião.

Tabela 38 – Classificação diferença para Ocupado: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2201	93,7	94,2	<b>-0,5</b>	2605	69,3	86,8	<b>-17,5</b>
2101	90,2	91,3	<b>-1,1</b>	3505	76,5	93,5	<b>-17</b>
2204	92,3	93,5	<b>-1,2</b>	3515	75	91,5	<b>-16,5</b>
2603	92,3	93,6	<b>-1,3</b>	3306	75,5	91,6	<b>-16,1</b>
2301	92,2	93,8	<b>-1,6</b>	3512	77,4	93,3	<b>-15,9</b>
2702	91,8	93,4	<b>-1,6</b>	3509	77,2	93	<b>-15,8</b>
1302	91,9	93,6	<b>-1,7</b>	3502	78,5	94	<b>-15,5</b>
1201	92,3	94	<b>-1,7</b>	3507	78,3	93,8	<b>-15,5</b>
2701	91,9	93,7	<b>-1,8</b>	3506	78,7	93,8	<b>-15,1</b>
1501	90,4	92,3	<b>-1,9</b>	3302	76,1	91,1	<b>-15</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Antes do pareamento, as mesorregiões que apresentaram as menores diferenças entre beneficiários e não beneficiários pertencem em maioria à região nordeste e norte, já entre as

piores diferenças, ou seja, as mesorregiões onde existe maior desigualdade de oportunidade para os beneficiários, se destaca a região sudeste, principalmente o estado de São Paulo.

O resultado de todas as mesorregiões foi negativo, uma vez que nenhuma mesorregião apresentou diferença maior que zero. Isso significa que em todas as mesorregiões, observando os dados anteriores ao pareamento, os beneficiários apresentaram índices de ocupação menor que aqueles que não recebiam o benefício.

Tabela 39-Classificação das mesorregiões para Ocupado: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4301	<b>93,97</b>	94,21	-0,24	2605	<b>69,3</b>	68,44	0,86
4201	<b>93,97</b>	93,07	0,9	3515	<b>70,04</b>	76,5	-6,46
2201	<b>93,69</b>	93,73	-0,04	3306	<b>72,04</b>	77,48	-5,44
4304	<b>93</b>	94,22	-1,22	3304	<b>72,96</b>	75,86	-2,9
4107	<b>92,65</b>	94,27	-1,62	3302	<b>73,55</b>	76,59	-3,04
2204	<b>92,32</b>	93,13	-0,81	3505	<b>74,27</b>	72,69	1,58
2603	<b>92,28</b>	89,12	3,16	3512	<b>74,5</b>	76,32	-1,82
2301	<b>92,23</b>	88,12	4,11	3507	<b>74,73</b>	76,48	-1,75
2502	<b>92,17</b>	94,39	-2,22	3509	<b>74,75</b>	76,57	-1,82
1201	<b>92,07</b>	93,33	-1,26	3506	<b>74,98</b>	75,75	-0,77

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, a classificação utilizando os dados brutos demonstrou que a região sul e a nordeste continuaram entre os melhores resultados para os beneficiários. Entre as piores classificações a região sudeste continua a dominar.

Tabela 40 – Classificação diferença para Ocupado: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3111	84,98	80,61	<b>4,37</b>	3515	70,04	76,5	<b>-6,46</b>
2301	92,23	88,12	<b>4,11</b>	1602	78,26	84,3	<b>-6,04</b>
2305	89,9	86,64	<b>3,26</b>	3306	72,04	77,48	<b>-5,44</b>
2603	92,28	89,12	<b>3,16</b>	3303	80,68	86,02	<b>-5,34</b>
1501	90,03	87	<b>3,03</b>	1506	81,51	86,3	<b>-4,79</b>
2602	87,29	84,34	<b>2,95</b>	3502	75,79	80,28	<b>-4,49</b>
2304	90,04	87,32	<b>2,72</b>	3501	79,61	83,95	<b>-4,34</b>
1504	90,78	88,06	<b>2,72</b>	5202	84,72	88,96	<b>-4,24</b>
2101	90,25	87,53	<b>2,72</b>	4305	85,77	89,91	<b>-4,14</b>
2901	87,2	84,48	<b>2,72</b>	2604	78,16	82,1	<b>-3,94</b>

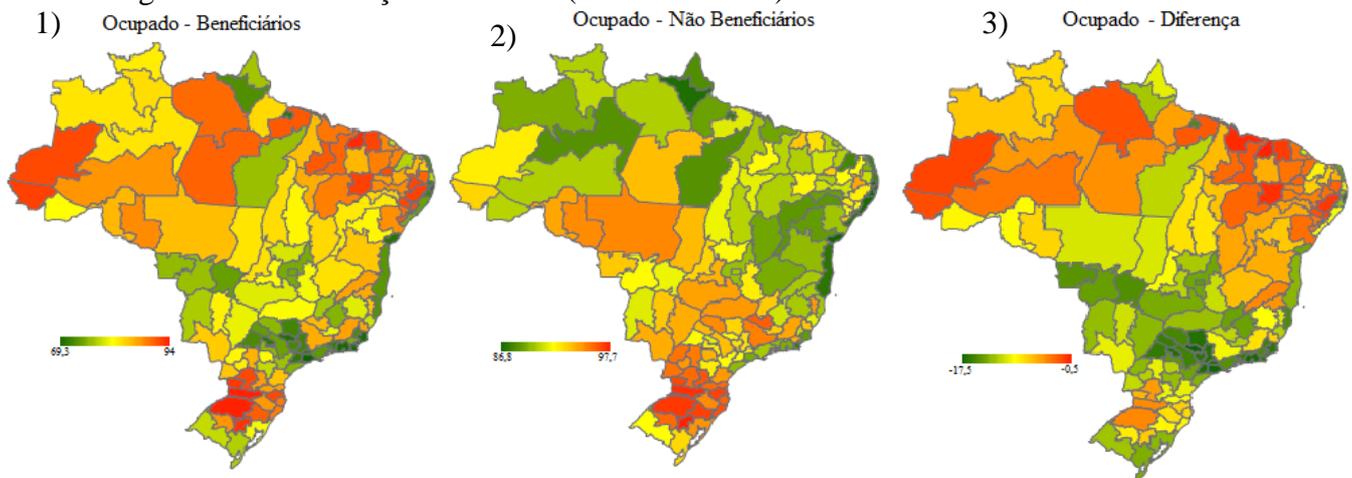
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Já na análise da diferença, presente na tabela 40, é possível notar que a região nordeste apresenta menor diferença entre beneficiários e não beneficiários. Entre as piores diferenças a

região sudeste ainda apresenta grande número de representantes, porém com presença de mesorregiões da região norte, sul e nordeste também.

O resultado de todas as mesorregiões indicou que entre as 137 mesorregiões, 58 apresentaram diferença maior que zero, ou seja, 42,3% das mesorregiões apresentaram um percentual maior de beneficiários ocupados quando comparados aos não beneficiários. A diferença dessa estatística após o pareamento demonstra que o desempenho destes resultados pode ser explicado pelas características observáveis em alguma parte.

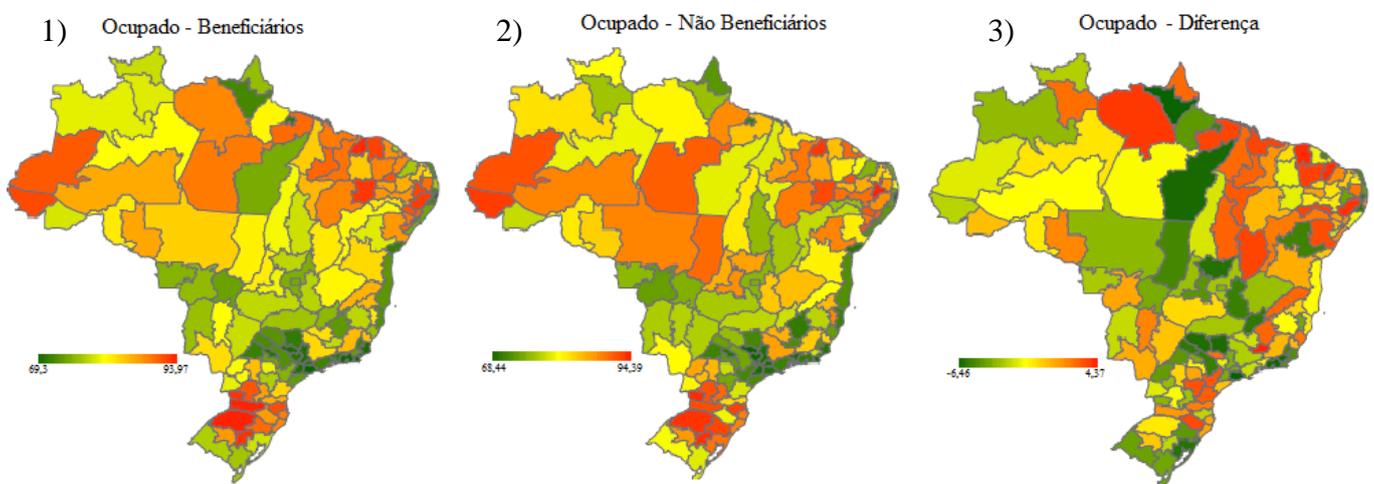
Figura 18 - Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A distribuição dos dados antes do pareamento demonstra concentração de melhores índices na região norte e sul para os dados brutos, porém, quando analisado o mapa 3, que indica a desigualdade entre grupos, a região sudeste tem um desempenho negativo e as mesorregiões das regiões norte e nordeste possuem os resultados mais positivos.

Figura 19 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, os mapas que representam a dispersão de dados brutos permanecem semelhantes aos mapas com a distribuição dos dados anterior ao pareamento, porém o mapa que representa as diferenças não possui uma região específica com grande destaque de resultados positivos e negativos para os índices de ocupação da população.

v) *PROCURA EMPREGO*

A última variável que compõe a dimensão trabalho é procura emprego, esta variável indica o percentual de pessoas que declararam estar sem ocupação, mas que tomaram alguma providência durante o período para encontrar emprego.

Tabela 41 – Classificação das mesorregiões para Procura Emprego: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2905	<b>23,3</b>	16,3	7,0	2201	<b>4,75</b>	5,08	-0,33
2605	<b>19,1</b>	14,1	5,0	2306	<b>5,18</b>	4,99	0,19
3505	<b>18,3</b>	9,81	8,49	2301	<b>5,75</b>	5,58	0,17
3515	<b>18,0</b>	12,2	5,8	2104	<b>6,26</b>	5,77	0,49
3202	<b>16,9</b>	11,3	5,6	2103	<b>6,47</b>	5,81	0,66
3304	<b>16,9</b>	12,6	4,3	2302	<b>6,48</b>	6,35	0,13
3502	<b>16,8</b>	9,11	7,69	2304	<b>6,59</b>	5,89	0,7
3301	<b>15,7</b>	8,88	6,82	1505	<b>6,8</b>	6,75	0,05
3506	<b>15,7</b>	9,48	6,22	1201	<b>6,86</b>	5,53	1,33
3306	<b>15,5</b>	10,2	5,3	2701	<b>7,18</b>	6,09	1,09

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os melhores resultados para a variável procura emprego estão localizados nas mesorregiões da região sudeste e nordeste, já entre as piores classificações figuram apenas mesorregiões da região nordeste e norte, de acordo com a tabela 41.

Tabela 42 – Classificação diferença para Procura Emprego: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3505	18,3	9,81	<b>8,49</b>	2703	9,22	9,99	<b>-0,77</b>
3502	16,8	9,11	<b>7,69</b>	1506	9,76	10,4	<b>-0,64</b>
3303	14,6	7,31	<b>7,29</b>	2201	4,75	5,08	<b>-0,33</b>
2905	23,3	16,3	<b>7</b>	2102	7,27	7,45	<b>-0,18</b>
3301	15,7	8,88	<b>6,82</b>	2504	9,32	9,5	<b>-0,18</b>
4307	14,0	7,71	<b>6,29</b>	2101	8,16	8,15	<b>0,01</b>
3506	15,7	9,48	<b>6,22</b>	1505	6,8	6,75	<b>0,05</b>
3503	13,9	7,83	<b>6,07</b>	2604	9,9	9,82	<b>0,08</b>
3515	18,0	12,2	<b>5,8</b>	2302	6,48	6,35	<b>0,13</b>
3508	14,1	8,3	<b>5,8</b>	2301	5,75	5,58	<b>0,17</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Na tabela 42 estão as classificações a partir da diferença, representam a desigualdade entre os grupos. As mesorregiões que apresentaram melhor desempenho dos beneficiários comparativamente foram da região sudeste. Entre as piores diferenças, indicando maior desigualdade entre os grupos, a região norte apresentou mais classificações negativas.

Porém, entre as 137 mesorregiões, 132 mostram diferença superior à zero, ou seja, 96,4% dos resultados demonstraram que os beneficiários apresentaram em média uma maior procura de emprego.

Tabela 43-Classificação das mesorregiões para Procura Emprego: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2905	<b>23,31</b>	17,44	5,87	2201	<b>4,74</b>	5,25	-0,51
2605	<b>19,13</b>	18,71	0,42	2306	<b>5,18</b>	6,13	-0,95
3515	<b>18,59</b>	15,17	3,42	2301	<b>5,75</b>	6,96	-1,21
3505	<b>18,52</b>	13,42	5,1	2104	<b>6,26</b>	7,41	-1,15
3304	<b>17,38</b>	14,76	2,62	2103	<b>6,46</b>	8,39	-1,93
3502	<b>17,16</b>	11,58	5,58	2302	<b>6,48</b>	5,8	0,68
3202	<b>16,94</b>	15,83	1,11	2304	<b>6,59</b>	7,45	-0,86
3506	<b>16,31</b>	15,71	0,6	1505	<b>6,72</b>	6,99	-0,27
3306	<b>15,97</b>	11,83	4,14	1201	<b>6,98</b>	6,07	0,91
3301	<b>15,94</b>	12,94	3	2701	<b>7,18</b>	7,06	0,12

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, de acordo com a tabela 43, os melhores resultados brutos são encontrados na região sudeste, já figurando entre as piores classificações as mesorregiões da região norte e nordeste. Tal distribuição se mostrou bem semelhante aos resultados encontrados antes do pareamento.

Tabela 44 – Classificação diferença para Procura Emprego: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2905	23,31	17,44	<b>5,87</b>	2503	7,98	11,33	<b>-3,35</b>
3502	17,16	11,58	<b>5,58</b>	2901	10,06	13,16	<b>-3,1</b>
1503	14,77	9,39	<b>5,38</b>	2105	7,65	10,4	<b>-2,75</b>
3505	18,52	13,42	<b>5,1</b>	3510	12,18	14,84	<b>-2,66</b>
1401	14,28	9,71	<b>4,57</b>	2703	9,22	11,69	<b>-2,47</b>
5204	14,26	9,82	<b>4,44</b>	3104	10,42	12,72	<b>-2,3</b>
3306	15,97	11,83	<b>4,14</b>	2103	6,46	8,39	<b>-1,93</b>
3303	14,76	10,75	<b>4,01</b>	2602	14,15	16,07	<b>-1,92</b>
4305	12,64	8,68	<b>3,96</b>	2902	11,51	13,22	<b>-1,71</b>
1601	14,99	11,3	<b>3,69</b>	3103	12,12	13,8	<b>-1,68</b>

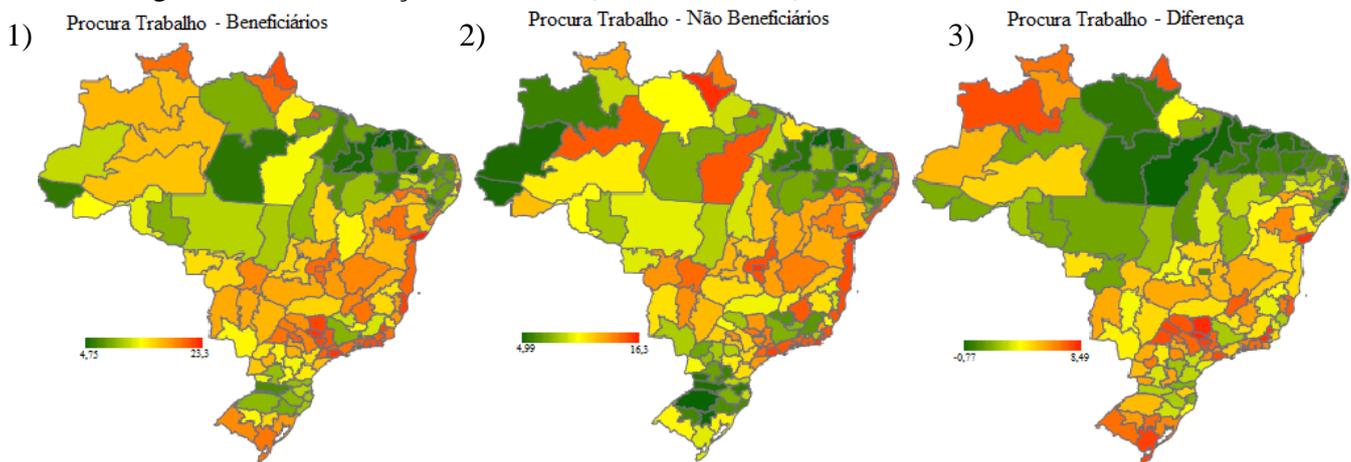
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados da classificação pela diferença entre os grupos após o pareamento, demonstram de acordo com a tabela 44, que as melhores classificações têm representantes de todas as regiões do país, sem um destaque específico. Porém, entre as piores classificações, é possível notar que a região nordeste apresenta maior desigualdade entre os grupos, ou seja, os beneficiários pertencentes a estas mesorregiões apresentam menor procura de emprego, em média.

Entre todas as mesorregiões, 94 delas apresentam diferença maior que zero. Isto quer dizer que em 68,6% das mesorregiões os beneficiários do Programa Bolsa Família estavam procurando emprego em maior proporção que os não beneficiários.

A figura 20 apresenta os mapas com a distribuição dos dados no espaço, antes do pareamento.

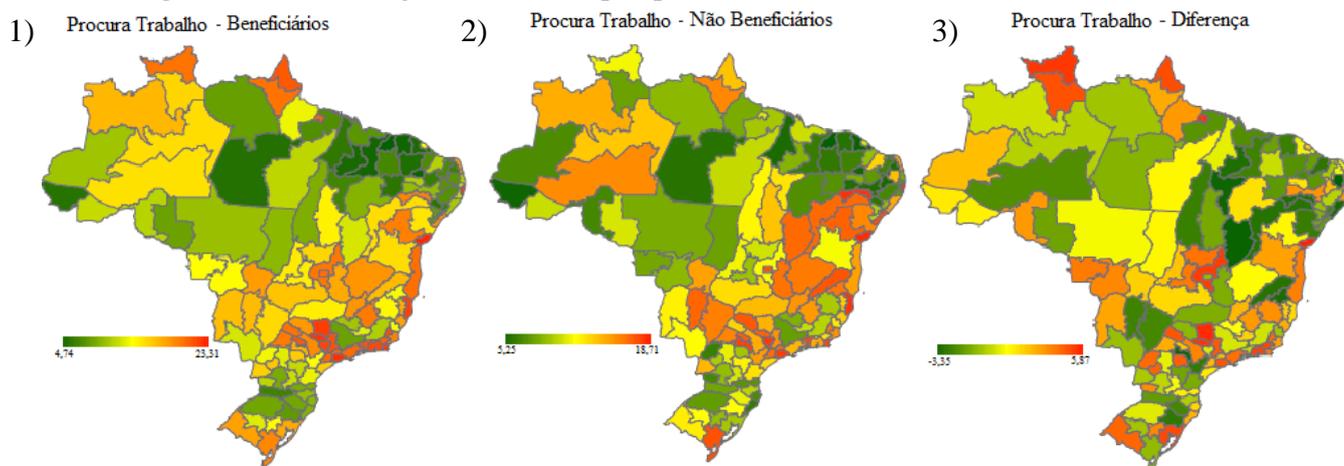
Figura 20 – Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

O mapa dos dados brutos apresenta uma homogeneidade maior de cores, para os beneficiários, não há nenhuma concentração significativa de dados, principalmente com percentuais baixo (cor verde escura). Já no mapa das diferenças a parte leste da região norte e norte da região nordeste apresentam as piores diferenças, ou seja, onde os beneficiários menos tomaram providências para conseguir sair da situação de desemprego.

Figura 21 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, a dispersão dos dados também não apresentou grandes mudanças, destaque somente para a região sul, Santa Catarina que apresenta uma coloração verde clara, ou seja, percentuais de procura de emprego baixos comparados ao restante do país.

No mapa 3, que representa a diferença entre os grupos após o pareamento, o Estado de São Paulo tem destaque positivo, porém não existe uma forte predominância em nenhuma outra área específica.

### 6.3.DIMENSÃO EDUCAÇÃO

A dimensão educação é composta pelas seguintes variáveis: Alfabetizado; Sem Instrução; Regular; TV; e Micropc. A seguir são analisados os resultados obtidos para cada uma destas variáveis anteriormente ao pareamento e os resultados após o pareamento.

#### *i) ALFABETIZADO*

Indica o percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade que são alfabetizadas.

Tabela 45 – Classificação das mesorregiões para Alfabetizado: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3503	<b>95,1</b>	93,6	1,5	2702	<b>64,9</b>	72,5	-7,6
3306	<b>94,8</b>	96,2	-1,4	2701	<b>66</b>	71,1	-5,1
3509	<b>94,7</b>	93,7	1	2201	<b>67,9</b>	73,3	-5,4
4303	<b>94,7</b>	94,9	-0,2	1201	<b>68,7</b>	76,3	-7,6
3512	<b>94,6</b>	95,5	-0,9	2703	<b>68,7</b>	78,7	-10
3513	<b>94,6</b>	95,8	-1,2	2801	<b>69</b>	73	-4
4302	<b>94,5</b>	96,3	-1,8	1302	<b>69,1</b>	74	-4,9
3111	<b>94,4</b>	93,1	1,3	2603	<b>69,9</b>	75,3	-5,4
3504	<b>94,4</b>	94,6	-0,2	2204	<b>70,4</b>	71,8	-1,4
4205	<b>94,4</b>	96,6	-2,2	2104	<b>71,4</b>	73,9	-2,5

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados brutos apresentados na tabela 45 indicam que antes do pareamento, a região sudeste e sul tem predominância de resultados positivos para o índice que indica o percentual de beneficiários alfabetizados. Entre as mesorregiões com piores classificações, a região nordeste figura com oito entre as dez piores mesorregiões.

Tabela 46 – Classificação diferença para Alfabetizado: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	82,7	76,9	<b>5,8</b>	2703	68,7	78,7	<b>-10</b>
2502	81	77,4	<b>3,6</b>	1201	68,7	76,3	<b>-7,6</b>
5201	89,6	86,4	<b>3,2</b>	2702	64,9	72,5	<b>-7,6</b>
4101	92,4	90	<b>2,4</b>	2404	79,1	85,9	<b>-6,8</b>
1505	87,2	84,8	<b>2,4</b>	2803	77,9	84,6	<b>-6,7</b>
2401	80,3	78	<b>2,3</b>	3104	73,5	80,1	<b>-6,6</b>
2304	75,7	73,6	<b>2,1</b>	2504	75,4	81	<b>-5,6</b>
3110	94	92,2	<b>1,8</b>	2604	72,7	78,2	<b>-5,5</b>
1501	90,9	89,2	<b>1,7</b>	2905	87,1	92,5	<b>-5,4</b>
1402	86,4	84,7	<b>1,7</b>	2603	69,9	75,3	<b>-5,4</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A partir da tabela 46, a classificação pelas diferenças, que indica a desigualdade entre os grupos em cada mesorregião, os melhores resultados se dispersam entre a região norte, sudeste, nordeste, sul e centro-oeste, porém as piores classificações permanecem com predominância da região nordeste.

Entre as 137 mesorregiões, 39 apresentaram diferença positiva. Em 28,5% das mesorregiões os beneficiários apresentaram maior índice de alfabetização comparativamente aos não beneficiários antes do pareamento.

Tabela 47- Classificação das mesorregiões para Alfabetizado: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3503	<b>95,23</b>	96,19	-0,96	2702	<b>64,87</b>	70,39	-5,52
3509	<b>94,87</b>	96,27	-1,4	2701	<b>65,96</b>	69,1	-3,14
4303	<b>94,7</b>	96,17	-1,47	2201	<b>67,93</b>	75,04	-7,11
3306	<b>94,69</b>	95,94	-1,25	1201	<b>68,08</b>	68,63	-0,55
3513	<b>94,59</b>	95,05	-0,46	1302	<b>68,64</b>	69,24	-0,6
3111	<b>94,51</b>	96	-1,49	2703	<b>68,73</b>	70,85	-2,12
4302	<b>94,51</b>	97,03	-2,52	2801	<b>69,02</b>	74,48	-5,46
3512	<b>94,46</b>	95,78	-1,32	2603	<b>69,92</b>	75,07	-5,15
4305	<b>94,44</b>	97,27	-2,83	2204	<b>70,37</b>	69,92	0,45
4306	<b>94,41</b>	96,16	-1,75	2104	<b>71,44</b>	73,18	-1,74

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, os melhores resultados brutos para os beneficiários se concentraram na região sudeste e sul. As piores classificações ficaram concentradas nas regiões nordeste e norte.

Tabela 48 – Classificação diferença para Alfabetizado: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1502	77,39	74,25	<b>3,14</b>	2802	71,95	79,11	<b>-7,16</b>
1401	88,12	85,15	<b>2,97</b>	2201	67,93	75,04	<b>-7,11</b>
2304	75,73	73,43	<b>2,3</b>	2702	64,87	70,39	<b>-5,52</b>
2102	78,5	76,45	<b>2,05</b>	2801	69,02	74,48	<b>-5,46</b>
1505	86,79	84,81	<b>1,98</b>	2604	72,71	77,88	<b>-5,17</b>
1504	84,82	83,27	<b>1,55</b>	2603	69,92	75,07	<b>-5,15</b>
1506	84,64	83,64	<b>1</b>	4106	89,87	95	<b>-5,13</b>
2204	70,37	69,92	<b>0,45</b>	2803	77,93	82,93	<b>-5</b>
1601	84,92	84,49	<b>0,43</b>	2503	71,85	76,61	<b>-4,76</b>
5001	90,63	90,28	<b>0,35</b>	4102	88,06	92,73	<b>-4,67</b>

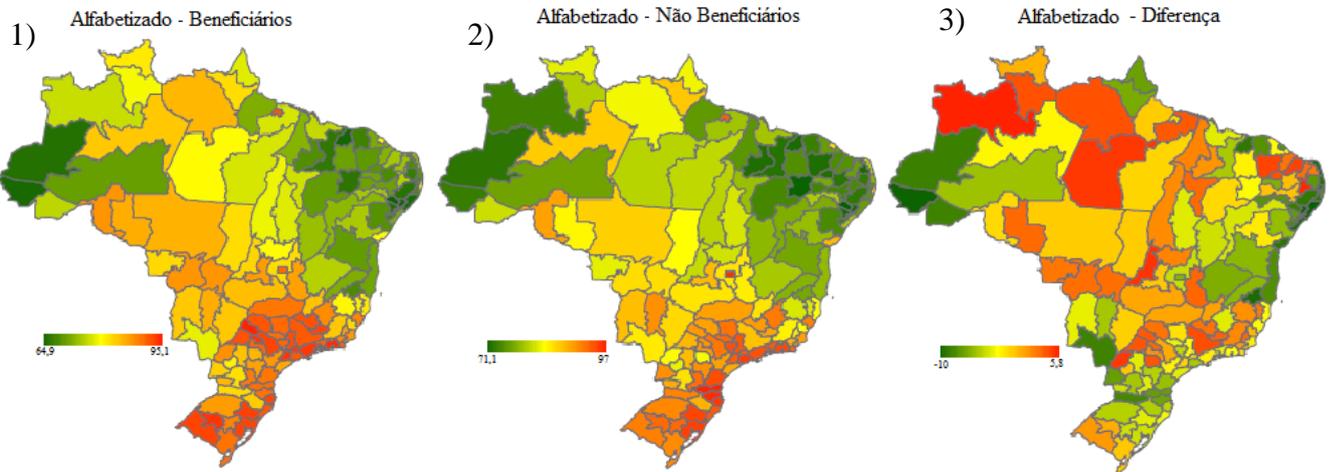
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 48 apresenta que entre as melhores classificações estão mesorregiões da região norte e nordeste, destaque para o estado do Pará. Entre as piores diferenças, ou seja, os locais onde a desigualdade entre os grupos é negativa estão as mesorregiões da região nordeste e sul.

Entre todas as mesorregiões, apenas 8,8% apresentam diferença positiva para os beneficiários após o pareamento, esta queda indica que o controle por características observáveis pode ter eliminado características que viesavam os dados, como por exemplo o alto índice de mulheres entre beneficiários, que em média apresentam maior grau de estudo.

Quando a característica sexo é controlada, existe uma tendência a queda no percentual de alfabetizados após o pareamento.

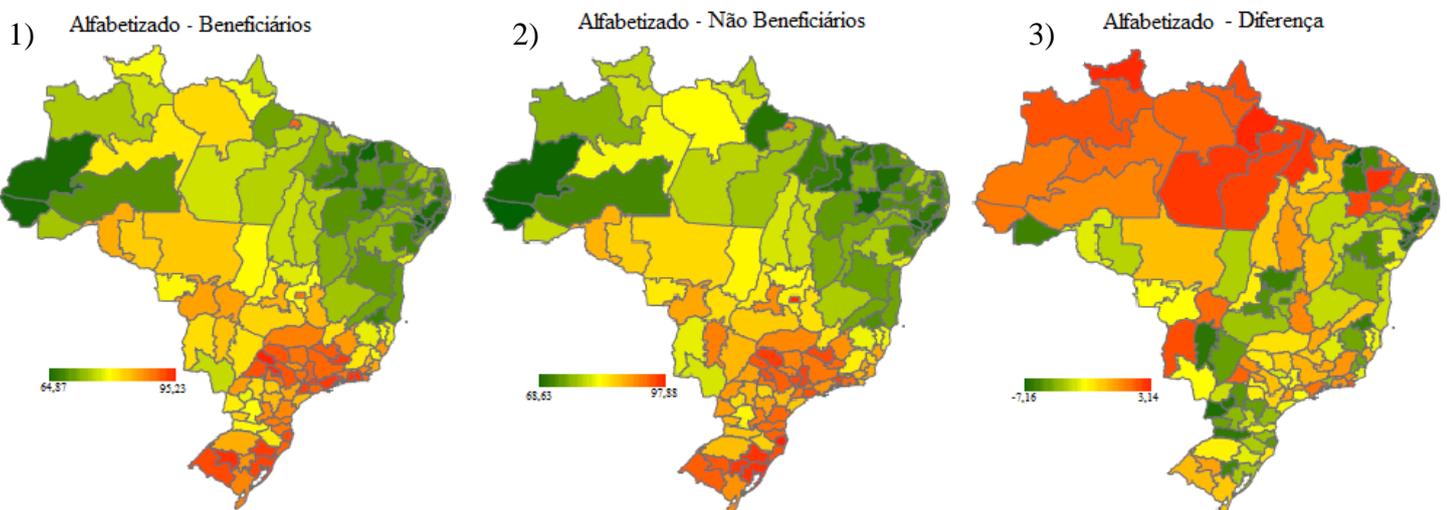
Figura 20 - Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 20 apresenta a distribuição espacial dos dados, anterior ao pareamento. Nela é possível notar que os melhores resultados concentram-se na região sudeste e sul, apresentando padrão semelhante aos resultados dos não beneficiários. O terceiro mapa que indica a diferença entre grupos, sinaliza que na região sul e leste da região nordeste os beneficiários apresentam índices de alfabetização inferior aos indivíduos não beneficiários.

Figura 21 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 21 contém os mapas com a distribuição dos resultados após o pareamento. Na distribuição de dados brutos, mapa 1 e 2, os resultados ruins se acumularam na região nordeste e ao oeste da região norte. Os melhores resultados tanto para beneficiários quanto para não beneficiários se concentraram na região sudeste e sul.

O mapa 3, que apresenta a desigualdade entre os grupos, na região norte são encontradas as menores diferenças, isso demonstra que apesar da região norte obter resultados brutos ruins, em termos de desigualdade, os beneficiários e não beneficiários possuem as mesmas taxas de alfabetização.

ii) *SEM INSTRUÇÃO*

Representa o percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade, sem instrução e fundamental incompleto. A classificação segue a forma de menores percentuais, melhores classificações.

Tabela 49 – Classificação das mesorregiões para Sem Instrução: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3509	<b>51,9</b>	40,9	11	2702	<b>81,8</b>	66,4	15,4
3508	<b>52,5</b>	44,7	7,8	3103	<b>81,5</b>	64,0	17,5
3503	<b>53,4</b>	43,5	9,9	2802	<b>81,3</b>	66,2	15,1
1503	<b>53,5</b>	38,1	15,4	2701	<b>81,3</b>	71,3	10,0
3501	<b>55,0</b>	46,1	8,9	2603	<b>81,2</b>	66,0	15,2
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1401	<b>55,2</b>	41,7	13,5	1502	<b>81,1</b>	73,7	7,4
3510	<b>56,2</b>	45,2	11	2201	<b>81,1</b>	66,8	14,3
3515	<b>56,3</b>	34,6	21,7	3104	<b>80,8</b>	61,7	19,1
1602	<b>57,5</b>	38,6	18,9	2801	<b>80,5</b>	68,8	11,7
5104	<b>58,3</b>	43,8	14,5	2906	<b>80,3</b>	64,8	15,5

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os melhores resultados, de acordo com a tabela 49, concentram-se na região sudeste, especificamente no estado de São Paulo e em algumas mesorregiões da região norte. Isso indica que nestas mesorregiões existe menor número de pessoas beneficiárias sem instrução, em média. Entre os piores resultados, figuram mais mesorregiões da região nordeste.

Tabela 50 – Classificação diferença para Sem Instrução: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	68,2	66,7	<b>1,5</b>	4205	68,5	34,5	<b>34</b>
1402	61,2	58,5	<b>2,7</b>	4202	71,8	38	<b>33,8</b>
1601	62,1	56,8	<b>5,3</b>	5301	58,6	27,7	<b>30,9</b>
5201	62,6	56,8	<b>5,8</b>	4110	69,8	40,8	<b>29</b>
2306	68,1	61,6	<b>6,5</b>	4201	79,1	50,6	<b>28,5</b>
1505	71,2	64,4	<b>6,8</b>	4305	70,7	43,3	<b>27,4</b>
1502	81,1	73,7	<b>7,4</b>	4105	73,8	46,9	<b>26,9</b>
2103	73,6	66	<b>7,6</b>	3203	66,5	39,9	<b>26,6</b>
2304	70,5	62,9	<b>7,6</b>	3107	70,9	44,5	<b>26,4</b>
3508	52,5	44,7	<b>7,8</b>	4204	69,5	44	<b>25,5</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 49 possui a classificação dos resultados das diferenças entre os grupos, anterior ao pareamento. Entre os melhores classificados estão mesorregiões da região norte, em maioria, região centro-oeste, nordeste e sudeste. Ou seja, nestas regiões o percentual de pessoas beneficiárias sem instrução se aproxima do percentual de pessoas não beneficiárias sem instrução.

Entre as piores diferenças, ou seja, onde os beneficiários são mais privados comparativamente, figuram em maior parte mesorregiões do sul e sudeste. Observando todos os dados, nenhuma mesorregião obteve diferença menor que zero. Isso implica em afirmar que antes do pareamento, em nenhuma mesorregião a quantidade de beneficiários sem instrução foi menor que a quantidade de não beneficiários.

Tabela 51- Classificação das mesorregiões para Sem Instrução: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3509	<b>52,81</b>	43,51	9,3	2702	<b>81,77</b>	70,6	11,17
3508	<b>53,95</b>	45,64	8,31	3103	<b>81,76</b>	69,1	12,66
3503	<b>54,33</b>	45,08	9,25	1502	<b>81,61</b>	74,52	7,09
1503	<b>54,65</b>	45,97	8,68	2802	<b>81,33</b>	72,56	8,77
3501	<b>56,05</b>	43,71	12,34	2701	<b>81,29</b>	70,57	10,72
1401	<b>56,81</b>	52,58	4,23	2603	<b>81,23</b>	69,01	12,22
3510	<b>56,96</b>	49,47	7,49	2201	<b>81,13</b>	68,78	12,35
5104	<b>58,26</b>	47,97	10,29	3104	<b>81,11</b>	65,42	15,69
3515	<b>58,28</b>	44,73	13,55	2801	<b>80,53</b>	71,16	9,37
5301	<b>58,63</b>	41,45	17,18	2906	<b>80,29</b>	69,19	11,1

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 51 apresenta os resultados brutos após o pareamento. Entre os melhores resultados aparecem mesorregiões da região sudeste, São Paulo em específico, e mesorregiões do norte e centro-oeste.

Entre os piores resultados brutos, a maior parte se encontra na região nordeste.

Tabela 52 – Classificação diferença para Sem Instrução: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1601	63,41	68,22	<b>-4,81</b>	4205	68,5	44,57	<b>23,93</b>
1401	56,81	52,58	<b>4,23</b>	4301	74,02	55,23	<b>18,79</b>
1303	63,13	58,05	<b>5,08</b>	4102	70,0	51,33	<b>18,67</b>
2102	69,63	63,63	<b>6,0</b>	4305	70,7	52,39	<b>18,31</b>
1505	72,07	66,05	<b>6,02</b>	4106	71,97	54,31	<b>17,66</b>
1506	72,93	66,48	<b>6,45</b>	4302	70,41	52,91	<b>17,5</b>
1502	81,61	74,52	<b>7,09</b>	2105	69,67	52,21	<b>17,46</b>
3510	56,96	49,47	<b>7,49</b>	4304	77,2	59,87	<b>17,33</b>
2104	75,1	67,42	<b>7,68</b>	5301	58,63	41,45	<b>17,18</b>
3502	62,07	54,36	<b>7,71</b>	5002	67,38	50,79	<b>16,59</b>

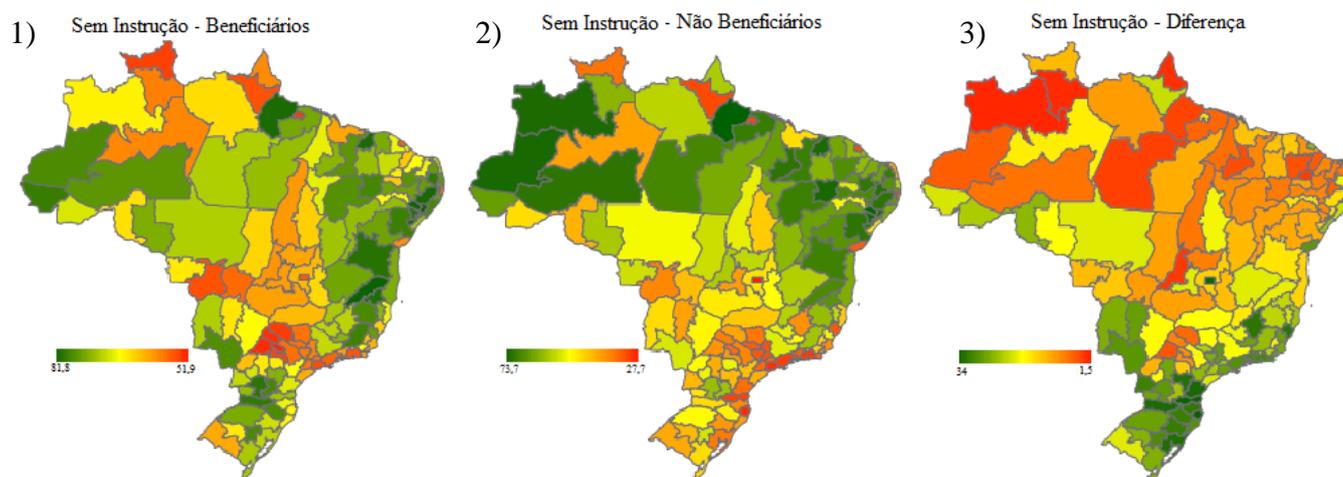
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados da diferença entre os grupos após o pareamento demonstram que a maior parte das boas classificações, ou seja, com menor diferença foram na região norte. Já as mesorregiões da região sul obtiveram os piores resultados pelas diferenças, indicando que nesses locais os beneficiários tem menos instrução comparativamente aos não beneficiários.

Entre todas as mesorregiões, mesmo após o pareamento, apenas uma apresentou diferença menor que zero. Ou seja, apenas em uma mesorregião a quantidade de pessoas beneficiárias sem instrução foi menor que a quantidade de não beneficiários.

A figura 22 possui os mapas com a distribuição espacial dos dados para a variável sem instrução, anterior ao pareamento.

Figura 22 - Distribuição dos dados (Teste de Média)

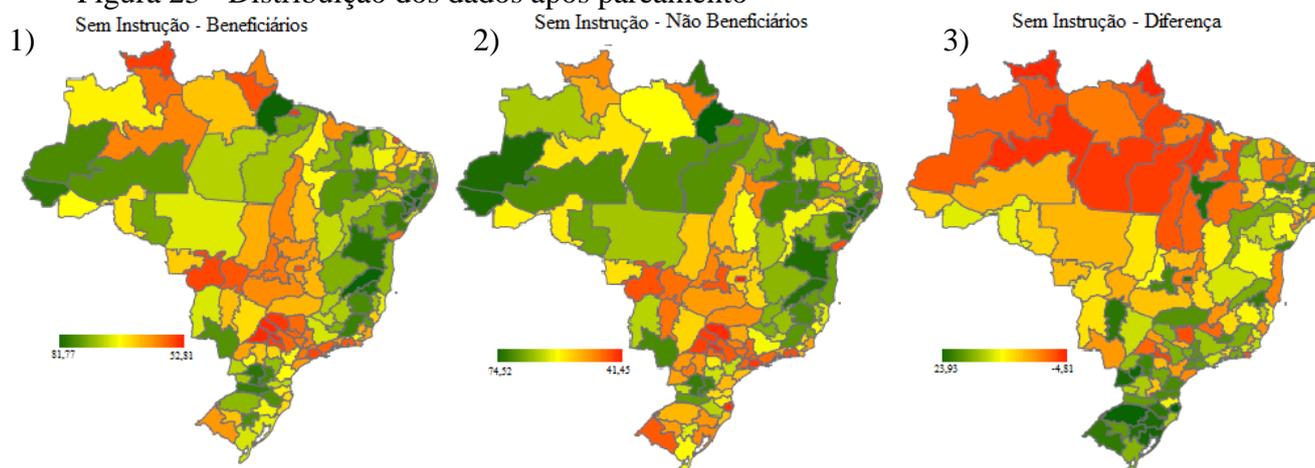


Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os dados brutos apresentam uma distribuição diferente entre beneficiários e não beneficiários, comparando os mapas 1 e 2 é possível notar que para os não beneficiários a região sul não apresenta resultados ruins (altos níveis de pessoas sem instrução), ao contrário do que acontece para os beneficiários.

No mapa 3, que indica a diferença entre os grupos, tal diferença fica notável, pois a região sul possui as piores diferenças, ou seja, maior privação para os beneficiários, já as regiões norte e nordeste apresentam os melhores resultados, com menores diferenças entre os grupos.

Figura 23 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 23 que relaciona a distribuição dos dados após o pareamento demonstra um padrão semelhante ao anterior tanto para os dados brutos, quanto para o mapa da diferença entre os grupos. A região norte apresenta as menores diferenças entre grupos e a região sul as piores diferenças, mesmo após o pareamento.

iii) *REGULAR*

Esta variável representa o percentual de pessoas com 18 anos ou menos que frequentam à escola. Esta variável também está diretamente relacionada a uma exigibilidade do Programa Bolsa Família.

Tabela 53 – Classificação das mesorregiões para Regular: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1601	<b>98,8</b>	85,7	13,1	2701	<b>72,6</b>	86,3	-13,7
3301	<b>97,6</b>	89,8	7,8	2702	<b>79,9</b>	86,5	-6,6
5301	<b>97,3</b>	89,2	8,1	2306	<b>81,2</b>	83,9	-2,7
5001	<b>96,9</b>	84,8	12,1	2801	<b>82,8</b>	88,1	-5,3
3509	<b>96,8</b>	86,6	10,2	2204	<b>83,2</b>	88,5	-5,3
3303	<b>96,6</b>	88,9	7,7	2304	<b>83,5</b>	84,8	-1,3
3304	<b>96,5</b>	88,7	7,8	2403	<b>86,5</b>	86,7	-0,2
3109	<b>95,7</b>	84,4	11,3	2203	<b>87</b>	90	-3
3514	<b>95,7</b>	85,5	10,2	2501	<b>87,6</b>	84,9	2,7
3513	<b>95,7</b>	87,1	8,6	2601	<b>88,1</b>	84,6	3,5

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados da tabela 53 mostram que as melhores classificações encontram-se em mesorregiões da região sudeste, com sete entre as dez melhores. Entre as piores classificações, todas pertencem à região nordeste do país, o que indica que a frequência escolar nessa região, em geral é menor.

Tabela 54 – Classificação diferença para Regular: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	88,9	72,7	<b>16,2</b>	2701	72,6	86,3	<b>-13,7</b>
1601	98,8	85,7	<b>13,1</b>	2702	79,9	86,5	<b>-6,6</b>
5001	96,9	84,8	<b>12,1</b>	2204	83,2	88,5	<b>-5,3</b>
1505	93,1	81,1	<b>12</b>	2801	82,8	88,1	<b>-5,3</b>
1302	90,4	78,4	<b>12</b>	2203	87	90	<b>-3</b>
3511	95,6	83,9	<b>11,7</b>	2306	81,2	83,9	<b>-2,7</b>
3109	95,7	84,4	<b>11,3</b>	2304	83,5	84,8	<b>-1,3</b>
1202	92,9	81,9	<b>11</b>	2403	86,5	86,7	<b>-0,2</b>
5003	94,9	84,1	<b>10,8</b>	2904	89,5	88,4	<b>1,1</b>
4204	94,1	83,3	<b>10,8</b>	2301	88,7	86,4	<b>2,3</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 54 contém a classificação baseada na diferença de resultado entre os dois grupos. As melhores classificações deixam de se concentrar apenas em uma região, com representantes da região norte, centro-oeste, sudeste e sul. Porém, entre os piores resultados,

continuam a figurar apenas mesorregiões pertencentes à região nordeste. O que demonstra que além dos dados brutos apresentarem pior resultados, nas diferenças os beneficiários também possuem menor frequência quando comparados aos não beneficiários.

O resultado de todas as mesorregiões antes do pareamento mostrou que das 137 mesorregiões, 129 o que totaliza 94,2%, apresentam diferença superior a zero. Os beneficiários do programa apresentaram maior frequência que não beneficiários em quase todas as mesorregiões do Brasil.

Tabela 55-Classificação das mesorregiões para Regular: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1601	<b>98,75</b>	88,75	10	2701	<b>72,62</b>	74,7	-2,08
3301	<b>97,68</b>	89,66	8,02	2702	<b>79,88</b>	78,09	1,79
5301	<b>97,32</b>	94,18	3,14	2306	<b>81,16</b>	76,81	4,35
3509	<b>96,96</b>	90,74	6,22	2801	<b>82,84</b>	79,9	2,94
5001	<b>96,95</b>	85,76	11,19	2204	<b>83,24</b>	83,66	-0,42
3304	<b>96,38</b>	89,88	6,5	2304	<b>83,55</b>	81,22	2,33
3303	<b>96,37</b>	94,84	1,53	2403	<b>86,49</b>	81,38	5,11
3306	<b>95,88</b>	89,18	6,7	2203	<b>86,98</b>	82,04	4,94
3514	<b>95,85</b>	88,84	7,01	2501	<b>87,67</b>	83,04	4,63
3513	<b>95,76</b>	87,07	8,69	1304	<b>88,22</b>	82,23	5,99

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, tabela 55, as mesorregiões com maior destaque para os resultados brutos dos beneficiários foram da região sudeste. Já entre os piores resultados, continua a figurar a região nordeste, mesmo após o pareamento.

Tabela 56 – Classificação diferença para Regular: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1302	89,9	75	<b>14,9</b>	2701	72,62	74,7	<b>-2,08</b>
5001	96,95	85,76	<b>11,19</b>	4206	93,39	94,05	<b>-0,66</b>
1201	93,31	83,15	<b>10,16</b>	2204	83,24	83,66	<b>-0,42</b>
1202	92,88	82,83	<b>10,05</b>	2904	89,48	89,27	<b>0,21</b>
1601	98,75	88,75	<b>10</b>	2301	88,73	88,19	<b>0,54</b>
1504	93,8	84,08	<b>9,72</b>	4305	94,15	93,12	<b>1,03</b>
1505	93,16	83,57	<b>9,59</b>	3104	89,65	88,62	<b>1,03</b>
3510	94,78	85,9	<b>8,88</b>	3302	95,63	94,58	<b>1,05</b>
3513	95,76	87,07	<b>8,69</b>	4205	94,48	93,31	<b>1,17</b>
3301	97,68	89,66	<b>8,02</b>	3505	93,24	92,05	<b>1,19</b>

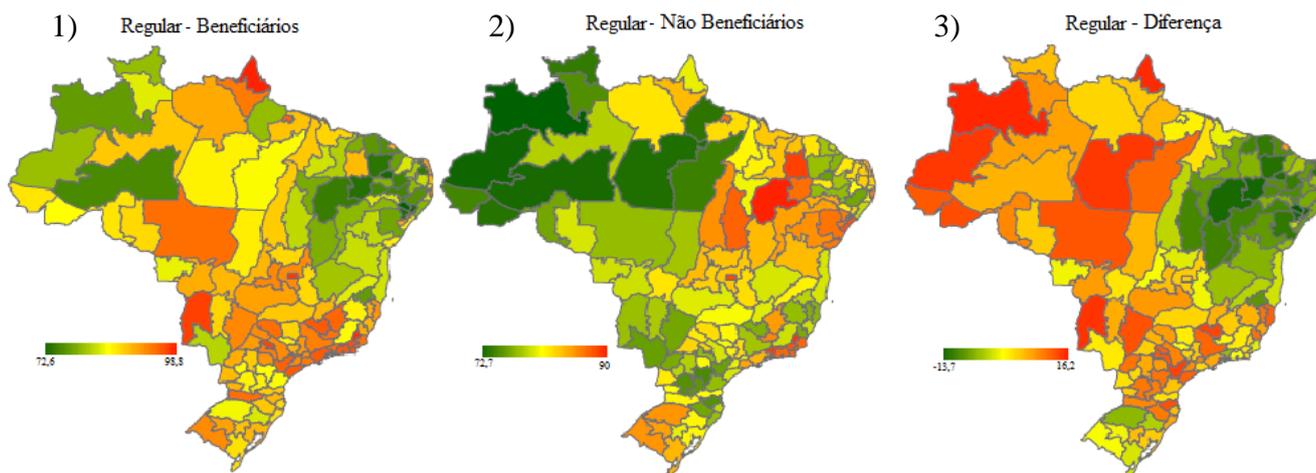
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Na análise das diferenças entre grupos, após o pareamento, as regiões norte e sudeste apresentam os melhores resultados indicando que os beneficiários apresentavam frequência escolar superior em mais de 14% comparativamente. Os piores resultados ficaram

concentrados na região nordeste, sul e sudeste, porém em apenas 3 mesorregiões a frequência dos não beneficiários foi superior.

Após o pareamento, 97,8% de todas as mesorregiões apresentam diferença positiva para os beneficiários do Programa Bolsa Família, indicando que a frequência escolar dos beneficiários é superior em praticamente todas as mesorregiões.

Figura 24 - Distribuição dos dados (Teste de Média)

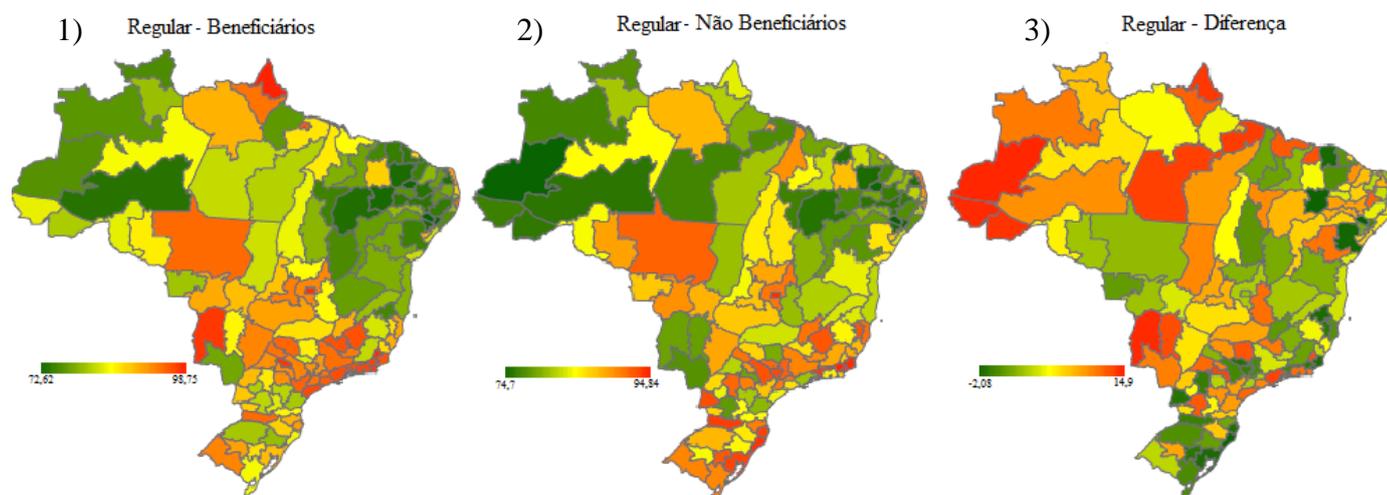


Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 24 contém os mapas de distribuição dos dados antes do pareamento. O que se nota é a maior presença de tons quentes, indo para a escala de maior percentuais no mapa 1, quando comparado ao mapa 2 que representa os dados dos não beneficiários, com piores resultados na região norte e centro-oeste.

O mapa 3, com a distribuição das diferenças apresenta apenas na região nordeste uma concentração das menores diferenças, porém como já foi verificado, em praticamente todas as mesorregiões, o percentual de jovens com frequência regular na escola é superior no grupo dos beneficiários quando comparado ao grupo de não beneficiários.

Figura 25 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A análise da figura 25, com a distribuição dos dados após o pareamento, apresenta um padrão mais próximo entre os mapas 1 e 2, ou seja, quando pareados, os comportamentos de distribuição dos dados se tornam semelhantes nas mesorregiões. Com piores resultados na região norte e nordeste. O mapa da diferença, porém, destaca que as piores diferenças para beneficiários são encontradas na região sul e em alguns pontos da região nordeste.

#### iv) TV

A quarta variável da dimensão educação indica o percentual de pessoas que possuem bem durável televisão.

Tabela 57 – Classificação das mesorregiões para TV: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3306	<b>98,2</b>	98,9	-0,7	1201	<b>69</b>	71,8	-2,8
3515	<b>97,8</b>	98,6	-0,8	2203	<b>71,4</b>	76	-4,6
3509	<b>97,8</b>	98,2	-0,4	1502	<b>71,9</b>	70,7	1,2
3503	<b>97,7</b>	97,8	-0,1	1501	<b>73,3</b>	78,5	-5,2
3502	<b>97,5</b>	98,2	-0,7	1702	<b>74,1</b>	81,4	-7,3
5301	<b>97,5</b>	98,7	-1,2	1302	<b>74,9</b>	70,5	4,4
3510	<b>97,4</b>	97,4	0	2105	<b>76,7</b>	79,9	-3,2
3109	<b>97,4</b>	97,9	-0,5	1505	<b>77,7</b>	76,8	0,9
3505	<b>97,3</b>	98,1	-0,8	1304	<b>77,8</b>	73,2	4,6
3301	<b>97,3</b>	97,5	-0,2	1301	<b>78,2</b>	64,2	14

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 57 indica que entre as dez melhores classificações, nove pertencem a região sudeste pela análise dos dados brutos, o que indica maior acesso à televisão nessas regiões.

Entre as piores classificações, estão relacionadas apenas mesorregiões da região norte e nordeste, indicando uma maior dificuldade de acesso ao bem.

Tabela 58– Classificação diferença para TV: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	78,2	64,2	<b>14</b>	1702	74,1	81,4	<b>-7,3</b>
1304	77,8	73,2	<b>4,6</b>	4301	89,7	95,8	<b>-6,1</b>
1302	74,9	70,5	<b>4,4</b>	4201	91,5	96,8	<b>-5,3</b>
1402	85,3	82,2	<b>3,1</b>	4108	86,8	92	<b>-5,2</b>
1502	71,9	70,7	<b>1,2</b>	1501	73,3	78,5	<b>-5,2</b>
1505	77,7	76,8	<b>0,9</b>	5004	86,8	91,6	<b>-4,8</b>
1601	88,1	87,5	<b>0,6</b>	2203	71,4	76	<b>-4,6</b>
2403	94,9	94,5	<b>0,4</b>	5101	84,8	89	<b>-4,2</b>
2604	95,1	94,7	<b>0,4</b>	4110	92,3	96,4	<b>-4,1</b>
2802	95,3	95,1	<b>0,2</b>	4109	90,7	94,6	<b>-3,9</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

As mesorregiões com menor diferença entre os dados de beneficiários e não beneficiários, anterior ao pareamento, pertencem à região norte e nordeste (tabela 58), indicando que a situação entre estes dois grupos é mais próxima.

Entre as piores diferenças, a região sul tem maioria entre as dez piores colocações, indicam que nestas mesorregiões a diferença de privação entre os grupos é maior. Dos dados de todas as mesorregiões, apenas 15 das 137 apresentam diferença superior a zero, antes do pareamento, totalizando 10,9% de mesorregiões em que os beneficiários tem maior acesso ao bem durável televisão do que não beneficiários.

Tabela 59-Classificação das mesorregiões para TV: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3306	<b>98,16</b>	99,04	-0,88	1201	<b>68,54</b>	64,34	4,2
3503	<b>97,71</b>	97,17	0,54	2203	<b>71,4</b>	71,03	0,37
3509	<b>97,7</b>	97,82	-0,12	1502	<b>71,5</b>	73,89	-2,39
3515	<b>97,61</b>	98,46	-0,85	1501	<b>72,99</b>	72,79	0,2
5301	<b>97,52</b>	98,32	-0,8	1702	<b>73,63</b>	75,4	-1,77
3109	<b>97,43</b>	98,08	-0,65	1302	<b>74,28</b>	69	5,28
3111	<b>97,41</b>	98,11	-0,7	2105	<b>76,69</b>	79,65	-2,96
3502	<b>97,36</b>	97,84	-0,48	1401	<b>76,99</b>	76,5	0,49
3304	<b>97,28</b>	98,26	-0,98	1505	<b>77,22</b>	71,94	5,28
3301	<b>97,27</b>	97,12	0,15	1304	<b>77,48</b>	75,88	1,6

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, nove das dez mesorregiões que ficaram entre as melhores classificações (tabela 59), pertencem à região sudeste. Entre as piores classificações de acordo com os dados brutos, a maioria pertence à região norte.

Tabela 60 – Classificação diferença para TV: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1505	77,22	71,94	<b>5,28</b>	4108	86,84	92,81	<b>-5,97</b>
1302	74,28	69	<b>5,28</b>	5202	86,88	91,4	<b>-4,52</b>
1201	68,54	64,34	<b>4,2</b>	5101	84,8	89,14	<b>-4,34</b>
2103	89,13	85,89	<b>3,24</b>	4301	89,69	93,91	<b>-4,22</b>
2104	87,84	85,36	<b>2,48</b>	1102	85,13	88,64	<b>-3,51</b>
1304	77,48	75,88	<b>1,6</b>	5103	87,05	90,39	<b>-3,34</b>
3510	97,24	95,64	<b>1,6</b>	1101	87,45	90,75	<b>-3,3</b>
2101	87,18	85,75	<b>1,43</b>	4109	90,73	94,02	<b>-3,29</b>
2102	89,28	88,24	<b>1,04</b>	2105	76,69	79,65	<b>-2,96</b>
3201	96,8	95,8	<b>1</b>	4303	94,29	97,24	<b>-2,95</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

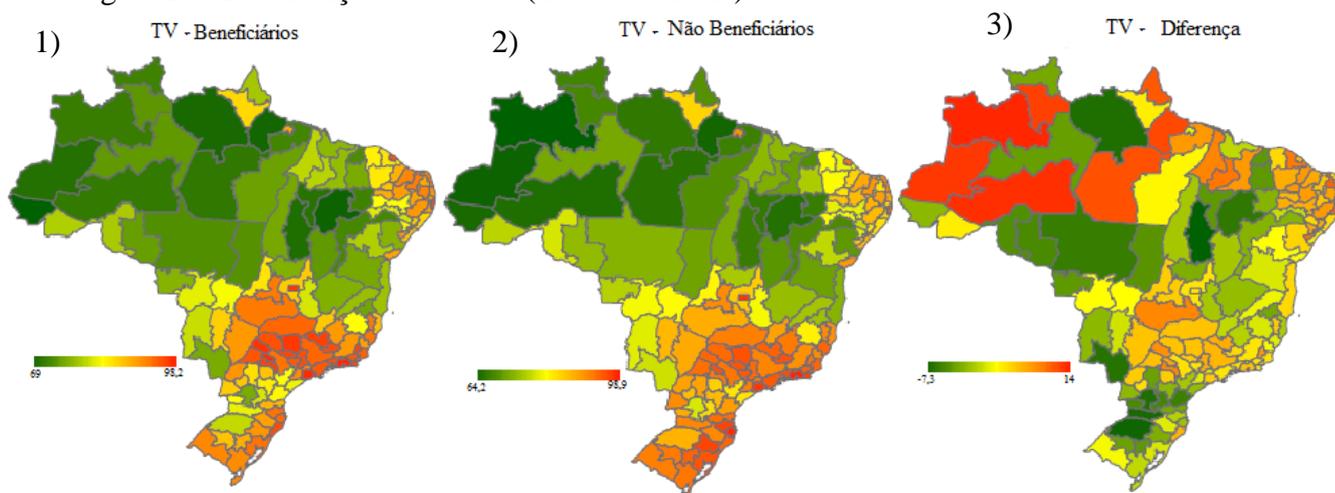
Da diferença entre grupos, as regiões norte, nordeste e sudeste apresentaram melhores diferenças para os beneficiários, ou seja, nestas mesorregiões indicadas na tabela 60, os beneficiários tiveram maior acesso à televisão comparativamente aos não beneficiários.

Entre as piores classificações destacam-se as mesorregiões da região sul, Rondônia com as duas mesorregiões que compõem o estado entre as piores e a região centro-oeste. Nestas mesorregiões os beneficiários têm maior privação comparativamente a pessoas em situação parecida (não beneficiários após o pareamento).

Após o pareamento, 31 das 137 mesorregiões apresentaram diferença superior à zero, aumentando para 22,6% o total de mesorregiões que apresentam condições ao menos iguais para beneficiários de acesso à televisão.

A seguir a figura 26 contém a distribuição espacial dos dados antes do pareamento, para a variável TV.

Figura 26 – Distribuição dos dados (Teste de Média)

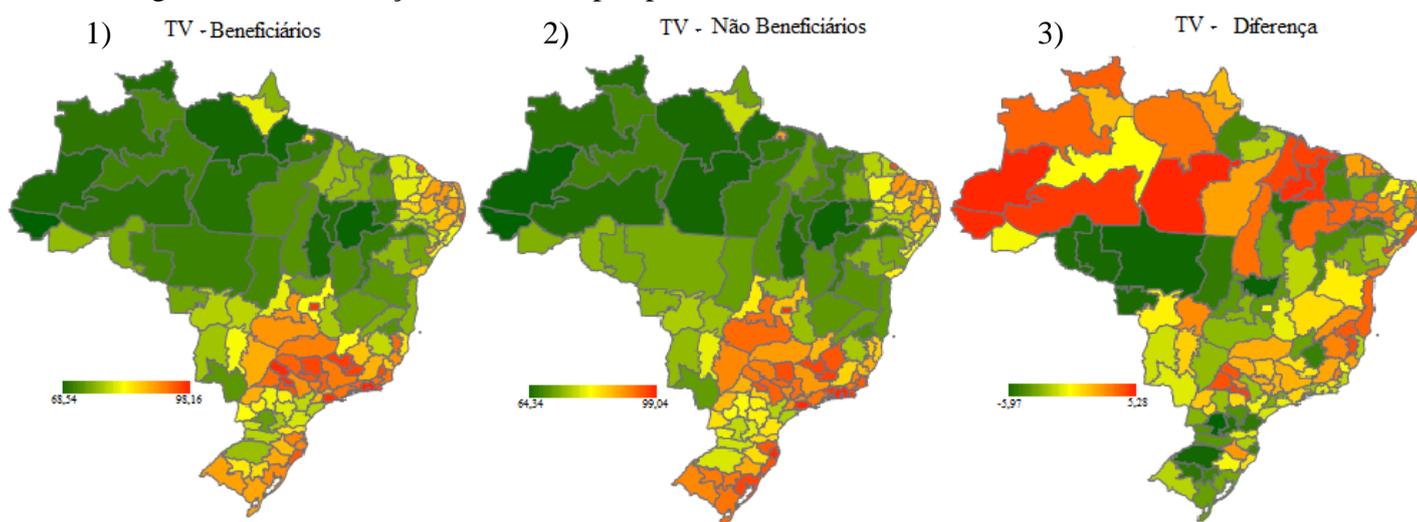


Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A partir da análise de distribuição espacial dos dados, nota-se que os mapas 1 e 2 que representam os beneficiários e não beneficiário na figura 26, possuem características muito semelhantes, indicando que a dificuldade de acesso ao bem durável TV possui um padrão parecido para os dois grupos na região norte e nordeste e percentuais mais altos na região sul e sudeste.

O mapa da diferença entre os grupos, mostra que esta diferença é menos acentuada na região norte, no sul da região sudeste e no leste da região nordeste, ou seja, os beneficiários possuem menor diferença quando comparados aos não beneficiários.

Figura 27 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 27 mostra a distribuição dos dados após o pareamento, novamente a distribuição de dados brutos nos mapas dos beneficiários e não beneficiários é semelhante, com piores percentuais na região norte. O mapa das diferenças indica que as mesorregiões ao

norte da região norte são as que apresentam menores diferenças entre os grupos, ou seja, localmente, os beneficiários possuem condições mais próximas a dos não beneficiários.

v) *MICROPC*

A última variável que compõe a dimensão educação indica o percentual de pessoas com microcomputador com acesso à internet.

Tabela 61 – Classificação das mesorregiões Micropc: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2905	<b>72</b>	86	-14	1601	<b>17,2</b>	16,6	0,6
3515	<b>71,7</b>	86,4	-14,7	1402	<b>18,1</b>	33,7	-15,6
5301	<b>70,2</b>	88,3	-18,1	1502	<b>18,3</b>	38,6	-20,3
1202	<b>68,4</b>	79,1	-10,7	1301	<b>18,5</b>	33	-14,5
3501	<b>66</b>	81,3	-15,3	1302	<b>19,1</b>	32,8	-13,7
2907	<b>64,6</b>	80,4	-15,8	1304	<b>24,4</b>	40,8	-16,4
3203	<b>64,2</b>	84,5	-20,3	1501	<b>25,9</b>	54	-28,1
2401	<b>63,9</b>	76,9	-13	1504	<b>26</b>	47,2	-21,2
2605	<b>63,6</b>	81,5	-17,9	1506	<b>28,3</b>	56,1	-27,8
2501	<b>63,4</b>	76,2	-12,8	2203	<b>28,9</b>	52,1	-23,2

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Entre as melhores classificadas encontram-se as mesorregiões da região nordeste e sudeste em maior quantidade, indicando que nestas mesorregiões há maior número de beneficiários com acesso a microcomputador com internet. Os piores resultados brutos, antes do pareamento, estão predominantemente na região norte, de acordo com a tabela 61.

Tabela 62 – Classificação diferença para Micropc: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1601	17,2	16,6	<b>0,6</b>	4203	36	70,2	<b>-34,2</b>
1201	50,5	60,8	<b>-10,3</b>	4302	40,5	73,1	<b>-32,6</b>
1202	68,4	79,1	<b>-10,7</b>	4303	43	75,3	<b>-32,3</b>
2502	59	71,2	<b>-12,2</b>	4201	38,9	70,9	<b>-32</b>
2501	63,4	76,2	<b>-12,8</b>	4304	35,4	66,9	<b>-31,5</b>
2401	63,9	76,9	<b>-13</b>	4108	37,6	69,1	<b>-31,5</b>
1302	19,1	32,8	<b>-13,7</b>	4105	39,8	71	<b>-31,2</b>
2801	55,8	69,7	<b>-13,9</b>	4301	39,8	70,8	<b>-31</b>
2905	72	86	<b>-14</b>	3511	44	74	<b>-30</b>
1301	18,5	33	<b>-14,5</b>	4202	42,4	72	<b>-29,6</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 62 indica a desigualdade entre os grupos, antes do pareamento. As mesorregiões com menor desigualdade foram as pertencentes à região norte e nordeste, já

entre as piores classificações, configurando maior dificuldade de acesso aos beneficiários, comparativamente, estão as mesorregiões da região sul.

O resultado de todas as diferenças demonstrou que apenas uma mesorregião apresentou diferença maior que zero, ou seja, em apenas uma mesorregião os beneficiários tiveram acesso ao menos igual aos não beneficiários ao bem microcomputador com acesso à internet.

Tabela 63-Classificação das mesorregiões para Micropc: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2905	<b>71,99</b>	79,6	-7,61	1201	<b>5</b>	5	0
5301	<b>70,2</b>	81,57	-11,37	1302	<b>14,95</b>	20,56	-5,61
1202	<b>68,4</b>	70,99	-2,59	1402	<b>16,39</b>	31,15	-14,76
3515	<b>67,15</b>	74,91	-7,76	1601	<b>16,67</b>	16,67	0
2907	<b>64,56</b>	71,78	-7,22	1502	<b>16,78</b>	24,47	-7,69
3501	<b>64,32</b>	68,83	-4,51	1301	<b>17,39</b>	29,35	-11,96
2401	<b>63,89</b>	68,31	-4,42	1504	<b>21,95</b>	35,4	-13,45
2605	<b>63,57</b>	73,19	-9,62	1304	<b>22,01</b>	34,59	-12,58
2501	<b>63,37</b>	71,81	-8,44	1501	<b>24,14</b>	38,31	-14,17
5104	<b>62,46</b>	68,77	-6,31	1506	<b>24,87</b>	37,22	-12,35

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, as melhores classificações foram de mesorregiões da região nordeste, sudeste e centro-oeste. Entre as piores, estão as mesorregiões da região norte, indicando um baixo acesso ao microcomputador com acesso à internet.

Tabela 64 – Classificação diferença para Micropc: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1601	16,67	16,67	<b>0</b>	4302	40,5	65,55	<b>-25,05</b>
1201	5	5	<b>0</b>	4303	43,03	64,54	<b>-21,51</b>
1202	68,4	70,99	<b>-2,59</b>	4102	51,54	72,22	<b>-20,68</b>
2306	58,45	61,19	<b>-2,74</b>	3305	46,59	66,72	<b>-20,13</b>
2402	61,67	65,55	<b>-3,88</b>	5003	53,66	73,17	<b>-19,51</b>
3306	59,87	64,24	<b>-4,37</b>	2803	45,92	65,04	<b>-19,12</b>
2401	63,89	68,31	<b>-4,42</b>	3301	43,14	62,1	<b>-18,96</b>
3501	64,32	68,83	<b>-4,51</b>	2203	29,14	47,85	<b>-18,71</b>
2502	59,19	63,72	<b>-4,53</b>	4107	51,33	69,78	<b>-18,45</b>
3106	44,25	49	<b>-4,75</b>	5103	54,07	71,99	<b>-17,92</b>

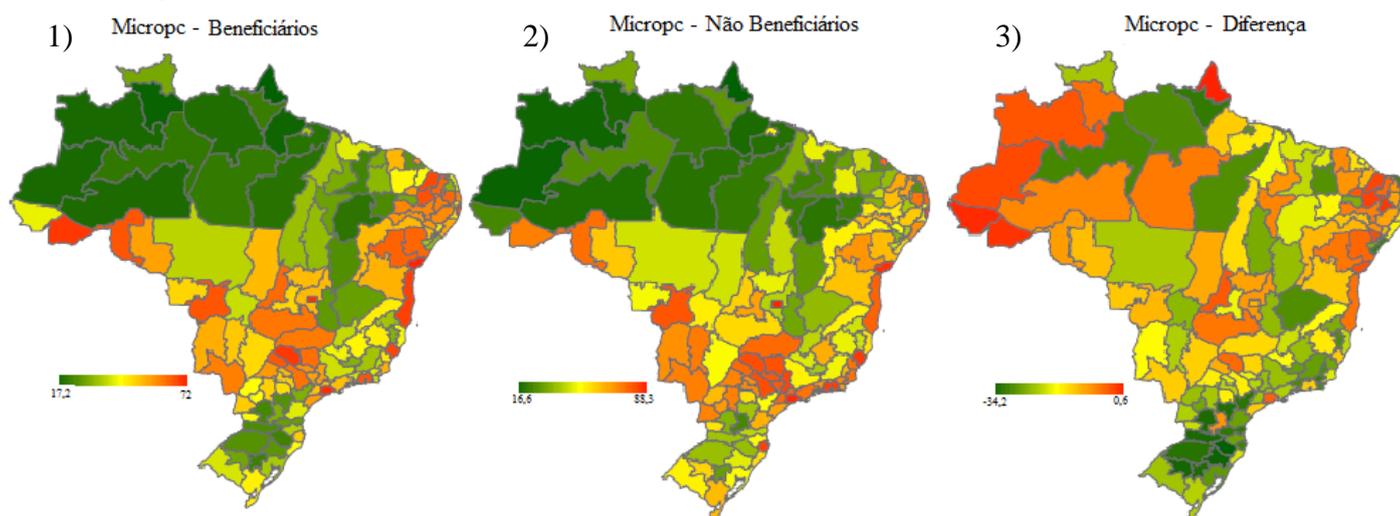
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 64 descreve as mesorregiões com melhor e pior classificação baseada nas diferenças entre os grupos após o pareamento. Entre as melhores figuram as mesorregiões da

região norte, sudeste e nordeste com menor diferença entre os grupos. Os piores resultados comparativos foram encontrados para mesorregiões da região sul, sudeste e centro-oeste.

Mesmo após o pareamento, apenas duas mesorregiões apresentaram diferença igual a zero, indicando igualdade no acesso ao microcomputador com acesso à internet, em todas as demais mesorregiões o grupo de não beneficiários tem maior acesso.

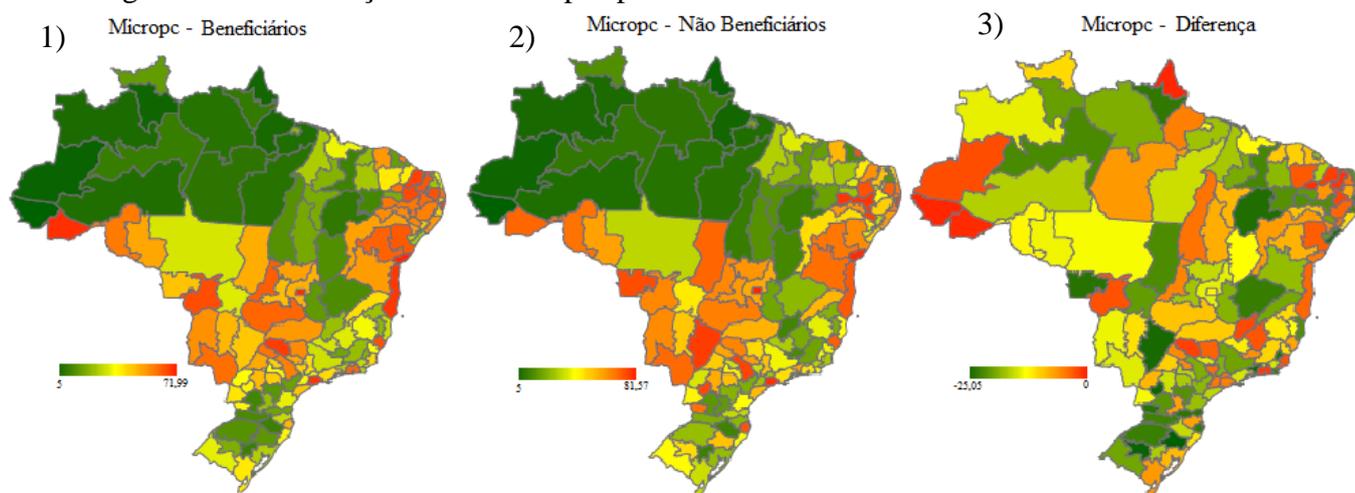
Figura 28 - Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 28 representa os mapas da distribuição espacial dos dados antes do pareamento. Os mapas com a distribuição dos dados brutos dos beneficiários e não beneficiários são semelhantes, com um desempenho um pouco pior das mesorregiões da região sul, o mapa que representa as diferenças, demonstra que a região sul é a que apresenta as piores diferenças entre os grupos, indicando que nestas mesorregiões os beneficiários possuem, em média, menos acesso a microcomputadores com acesso à internet quando comparada a população não beneficiária.

Figura 29 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 29 apresenta os mapas com a distribuição dos dados após o pareamento apresenta características muito semelhantes aos mapas anteriores ao pareamento. O mapa que indica a diferença entre os grupos apresenta resultados mais dispersos.

#### 6.4.DIMENSÃO SAÚDE

A dimensão saúde é composta pelas seguintes variáveis: Esgoto; Canalização; e Lixo. A seguir serão analisados os resultados obtidos para cada uma destas variáveis anteriormente ao pareamento e os resultados após o pareamento.

##### i) ESGOTO

A variável Esgoto representa o percentual de pessoas que declararam ter acesso a esgotamento sanitário; rede geral de esgoto ou pluvial; ou fossa séptica.

Tabela 65 – Classificação das mesorregiões para Esgoto: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3505	<b>95,1</b>	96,4	-1,3	1201	<b>7,89</b>	12	-4,11
3506	<b>93,7</b>	95,8	-2,1	1302	<b>8,56</b>	11,2	-2,64
3502	<b>92,6</b>	95,9	-3,3	1502	<b>8,94</b>	11,5	-2,56
3501	<b>89,4</b>	91,1	-1,7	5101	<b>9,85</b>	13,6	-3,75
3509	<b>89,1</b>	93,1	-4	1505	<b>10,6</b>	13,6	-3
3504	<b>88,7</b>	93,6	-4,9	1102	<b>11,3</b>	14,5	-3,2
3503	<b>86,7</b>	91,4	-4,7	2105	<b>11,7</b>	12,1	-0,4
3510	<b>84,3</b>	89,1	-4,8	1506	<b>12,2</b>	19,7	-7,5
3507	<b>81,1</b>	90	-8,9	2702	<b>12,9</b>	13,3	-0,4
3105	<b>80,7</b>	86,8	-6,1	1504	<b>13,5</b>	18,4	-4,9

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

De acordo com a tabela 65, as melhores classificações dos dados brutos para os beneficiários são das mesorregiões de São Paulo, ocupando nove entre as dez melhores classificações. Entre os piores resultados, a região norte contém o maior número de mesorregiões, indicando que nestes locais os beneficiários possuem, em média, menos acesso à rede geral de esgoto.

Tabela 66 – Classificação diferença para Esgoto: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
2702	12,9	13,3	<b>-0,4</b>	4105	44,6	67,2	<b>-22,6</b>
2105	11,7	12,1	<b>-0,4</b>	4201	29,3	48,8	<b>-19,5</b>
1304	15,0	15,8	<b>-0,8</b>	4103	30,0	49,0	<b>-19,0</b>
1301	22,0	23,0	<b>-1,0</b>	5203	25,6	43,1	<b>-17,5</b>
3505	95,1	96,4	<b>-1,3</b>	5104	33,2	50,6	<b>-17,4</b>
3501	89,4	91,1	<b>-1,7</b>	4202	56,7	74,1	<b>-17,4</b>
3506	93,7	95,8	<b>-2,1</b>	2905	56,5	73,7	<b>-17,2</b>
1701	17,0	19,1	<b>-2,1</b>	4203	50,2	67,3	<b>-17,1</b>
2204	19,1	21,5	<b>-2,4</b>	2404	29,2	46,2	<b>-17,0</b>
1502	8,94	11,5	<b>-2,56</b>	4110	65,0	81,9	<b>-16,9</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A análise das diferenças entre os grupos, tabela 66, demonstrou que as melhores diferenças, ou seja, as mesorregiões em que beneficiários possuem mais acesso à rede de esgoto quando comparados a moradores da mesma mesorregião são da região nordeste, sudeste e norte. Entre as piores classificações, as mesorregiões que apresentam piores condições para beneficiários comparativamente estão as mesorregiões da região sul, centro-oeste e nordeste.

Do resultado de todas as mesorregiões, nenhuma apresentou diferença superior à zero, ou seja, em nenhuma mesorregião os beneficiários possuem mais acesso a rede de esgoto, quando comparados aos não beneficiários antes do pareamento.

Tabela 67-Classificação das mesorregiões para Esgoto: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3505	<b>94,61</b>	94,27	0,34	1201	<b>7,9</b>	9,46	-1,56
3506	<b>93,14</b>	94,06	-0,92	1302	<b>8,09</b>	12,65	-4,56
3502	<b>92,17</b>	92,76	-0,59	1502	<b>8,54</b>	10,44	-1,9
3501	<b>89,06</b>	89,68	-0,62	5101	<b>9,85</b>	10,56	-0,71
3509	<b>88,85</b>	90,03	-1,18	1505	<b>10,18</b>	13,7	-3,52
3504	<b>88,06</b>	89,07	-1,01	1102	<b>11,06</b>	12,46	-1,4
3503	<b>86,27</b>	87,25	-0,98	1506	<b>11,62</b>	17,51	-5,89
3510	<b>83,74</b>	84,72	-0,98	2105	<b>11,66</b>	13,89	-2,23
3105	<b>80,18</b>	83,54	-3,36	2702	<b>12,9</b>	13,99	-1,09

Continuação tabela 67-Classificação das mesorregiões para Esgoto: Após Pareamento

COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3507	<b>80,04</b>	82,72	-2,68	1504	<b>13,21</b>	17,35	-4,14

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, as mesorregiões de São Paulo permaneceram em destaque por apresentarem os maiores percentuais para beneficiários, entre as piores a região norte foi a com maior número de mesorregiões.

Tabela 68 – Classificação diferença para Esgoto: Após Pareamento

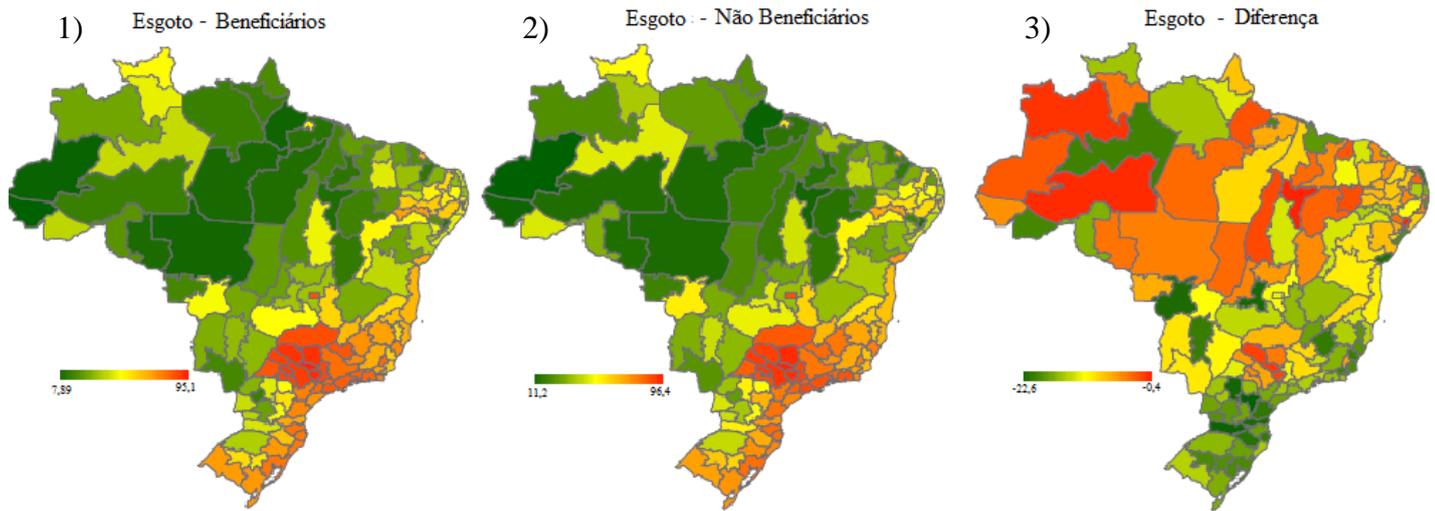
MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1304	14,57	11,33	<b>3,24</b>	1303	27,36	40,16	<b>-12,8</b>
2801	32,19	31,6	<b>0,59</b>	4203	50,26	62,68	<b>-12,42</b>
3505	94,61	94,27	<b>0,34</b>	2905	56,53	68,53	<b>-12,0</b>
5102	19,19	19,19	<b>0</b>	5203	25,59	37,58	<b>-11,99</b>
3515	74,83	74,91	<b>-0,08</b>	4202	56,74	68,09	<b>-11,35</b>
2201	26,21	26,47	<b>-0,26</b>	2101	20,54	31,31	<b>-10,77</b>
3502	92,17	92,76	<b>-0,59</b>	1202	28	37,86	<b>-9,86</b>
3501	89,06	89,68	<b>-0,62</b>	3106	50,02	59,81	<b>-9,79</b>
2502	41,8	42,43	<b>-0,63</b>	4307	61,67	71,26	<b>-9,59</b>
3110	71,64	72,29	<b>-0,65</b>	2803	30,73	39,95	<b>-9,22</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Na análise das diferenças após o pareamento, tabela 68, as mesorregiões da região sudeste e nordeste apresentam maior número de representantes com menores diferenças entre os grupos, indicando que nesses locais beneficiários possuem percentual de acesso a esgotamento sanitário próximo a média dos não beneficiários.

As piores diferenças concentraram-se nas regiões sul, sudeste e norte, onde os beneficiários apresentaram piores resultados comparativamente para a variável esgoto. Mesmo após o pareamento, somente 4 mesorregiões apresentaram diferença maior que zero, indicando que em 2,9% do total de mesorregiões apresentaram maior acesso, em média, ao esgoto para indivíduos beneficiários.

Figura 30 - Distribuição dos dados (Teste de Média)

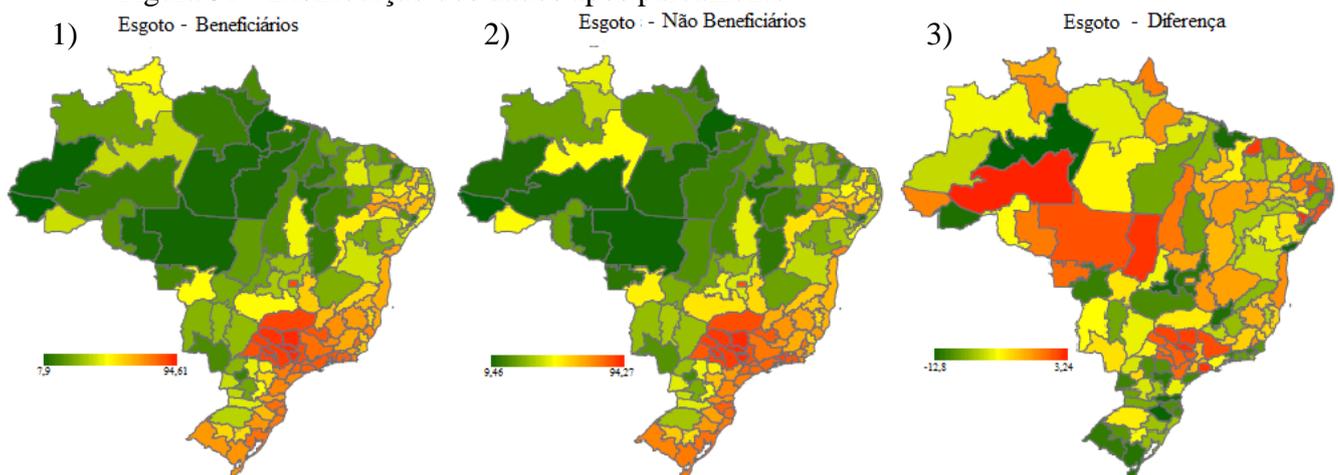


Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 30 apresenta a distribuição espacial dos dados antes do pareamento, nela é possível perceber que os mapas 1 e 2 que são a distribuição dos dados brutos de beneficiários e não beneficiários, respectivamente, possuem distribuição semelhante, com piores valores no norte e melhores na região sudeste.

O terceiro mapa, que indica a diferença entre os grupos em cada mesorregião, indica que os beneficiários têm menos acesso ao esgoto, comparativamente aos não beneficiários, na região sul. Na região norte que apresentou os piores resultados brutos, apresenta no último mapa, os melhores resultados comparativos, indicando menor desigualdade entre os grupos.

Figura 31 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, figura 31, a região sul deixa de ter predominantemente os melhores resultados, sendo o maior destaque após o pareamento para a região sudeste, triângulo mineiro e São Paulo e os piores resultados continuam na região norte e sul da região sul. O mapa que representa as mudanças tem maiores destaques positivos em Goiás, parte da

região sudeste (sul de Minas e São Paulo), mas comparado ao mapa anterior ao pareamento, apresenta uma distribuição mais dispersa.

### ii) CANALIZAÇÃO

A segunda variável que compõe a dimensão saúde representa o percentual de pessoas com abastecimento de água canalizada.

A tabela 69 apresenta as mesorregiões melhores e piores classificadas de acordo com os dados brutos dos beneficiários antes do pareamento.

Tabela 69 – Classificação das mesorregiões para Canalização: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3505	<b>99,8</b>	99,8	0	1502	<b>45,9</b>	48,3	-2,4
3501	<b>99,8</b>	99,9	-0,1	1201	<b>48,1</b>	54,6	-6,5
3509	<b>99,8</b>	99,9	-0,1	2701	<b>50,3</b>	59,3	-9
3510	<b>99,7</b>	99,8	-0,1	1601	<b>52,3</b>	57,2	-4,9
4101	<b>99,7</b>	99,8	-0,1	1302	<b>59,6</b>	56,8	2,8
3506	<b>99,6</b>	99,8	-0,2	1504	<b>59,9</b>	65	-5,1
3502	<b>99,6</b>	99,8	-0,2	2502	<b>60,5</b>	67	-6,5
3110	<b>99,5</b>	99,7	-0,2	1505	<b>61,3</b>	67	-5,7
3508	<b>99,4</b>	99,7	-0,3	2601	<b>61,7</b>	68,3	-6,6
4104	<b>99,4</b>	99,6	-0,2	1304	<b>62,1</b>	60,2	1,9

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Entre as melhores classificações, de acordo com a tabela 69, estão as mesorregiões da região sudeste, principalmente do estado de São Paulo e da região sul – Paraná. Estes resultados indicam que nessas mesorregiões em comparação com o restante do Brasil, os beneficiários possuem mais acesso a rede de água canalizada. Entre os piores resultados, estão as mesorregiões da região norte e nordeste, com os menores percentuais de acesso a água canalizada no Brasil, entre os beneficiários.

Tabela 70 – Classificação diferença para Canalização: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	63	50,8	<b>12,2</b>	1101	68,4	79,6	<b>-11,2</b>
1302	59,6	56,8	<b>2,8</b>	2503	64,1	74,4	<b>-10,3</b>
1402	80,8	78,6	<b>2,2</b>	1503	78,8	88,6	<b>-9,8</b>
1304	62,1	60,2	<b>1,9</b>	2603	64,6	74	<b>-9,4</b>
3505	99,8	99,8	<b>0</b>	2701	50,3	59,3	<b>-9</b>
3510	99,7	99,8	<b>-0,1</b>	2702	64,2	72,6	<b>-8,4</b>
4101	99,7	99,8	<b>-0,1</b>	2101	64,2	72,6	<b>-8,4</b>
3501	99,8	99,9	<b>-0,1</b>	1506	67	75,3	<b>-8,3</b>
3509	99,8	99,9	<b>-0,1</b>	2803	81,3	89,2	<b>-7,9</b>

Continuação tabela 70 – Classificação diferença para Canalização: Teste de Média

COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
4204	99,3	99,4	<b>-0,1</b>	2602	76,8	84,5	<b>-7,7</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 70 mostra as classificações comparativas, antes do pareamento, ou seja, em quais locais há melhores e piores diferenças entre beneficiários e não beneficiários. As melhores classificações são de mesorregiões da região norte, sudeste (São Paulo) e sul, indicando que nestes locais os beneficiários possuem maior facilidade de acesso a rede de água canalizada comparativamente. As piores diferenças são em maioria da região nordeste e norte, indicam que nestes locais há grande diferença de acesso entre os grupos.

Do total de 137 mesorregiões, apenas cinco apresentam diferença maior ou igual à zero. Isso representa que em apenas 3,6% das mesorregiões os beneficiários possuem em média acesso igual ou melhor que não beneficiários, antes do pareamento.

Tabela 71-Classificação das mesorregiões Canalização: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3509	<b>99,89</b>	100	-0,11	1502	<b>45,06</b>	48,81	-3,75
3501	<b>99,86</b>	99,75	0,11	1201	<b>47,46</b>	47,23	0,23
3505	<b>99,77</b>	99,61	0,16	2701	<b>50,25</b>	56,37	-6,12
3510	<b>99,71</b>	99,71	0	1601	<b>51,71</b>	51,57	0,14
4101	<b>99,71</b>	99,69	0,02	1302	<b>59,04</b>	58,85	0,19
3502	<b>99,52</b>	99,4	0,12	1504	<b>59,37</b>	62,96	-3,59
3506	<b>99,52</b>	99,81	-0,29	1505	<b>60,32</b>	61,82	-1,5
3110	<b>99,51</b>	98,95	0,56	2502	<b>60,54</b>	62,03	-1,49
4104	<b>99,38</b>	99,63	-0,25	1304	<b>61,33</b>	60,72	0,61
4205	<b>99,37</b>	99,31	0,06	2601	<b>61,7</b>	61,62	0,08

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Após o pareamento, entre as melhores classificações a partir dos dados brutos, permaneceu a dominância de mesorregiões de São Paulo e do sul do país. Entre as piores classificações permaneceram as mesorregiões da região norte e nordeste, o que indica que comparado ao restante do Brasil, nestes locais os beneficiários possuem menos acesso a rede de água canalizada.

Tabela 72 – Classificação diferença para Canalização: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1401	82,57	80,77	<b>1,8</b>	1101	67,24	75,86	<b>-8,62</b>
3303	97,29	96,33	<b>0,96</b>	2603	64,6	72,06	<b>-7,46</b>
2204	67	66,15	<b>0,85</b>	2701	50,25	56,37	<b>-6,12</b>
5004	95,05	94,36	<b>0,69</b>	1503	78,02	83,75	<b>-5,73</b>

Continuação tabela 72 – Classificação diferença para Canalização: Após Pareamento

COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3201	98,47	97,79	<b>0,68</b>	2403	73,62	78,68	<b>-5,06</b>
1402	80,26	79,6	<b>0,66</b>	1506	66,31	71,21	<b>-4,9</b>
3511	97,74	97,09	<b>0,65</b>	2602	76,76	81,64	<b>-4,88</b>
1304	61,33	60,72	<b>0,61</b>	2503	64,09	68,88	<b>-4,79</b>
3110	99,51	98,95	<b>0,56</b>	2802	75,27	80	<b>-4,73</b>
1303	74,08	73,56	<b>0,52</b>	2803	81,28	85,72	<b>-4,44</b>

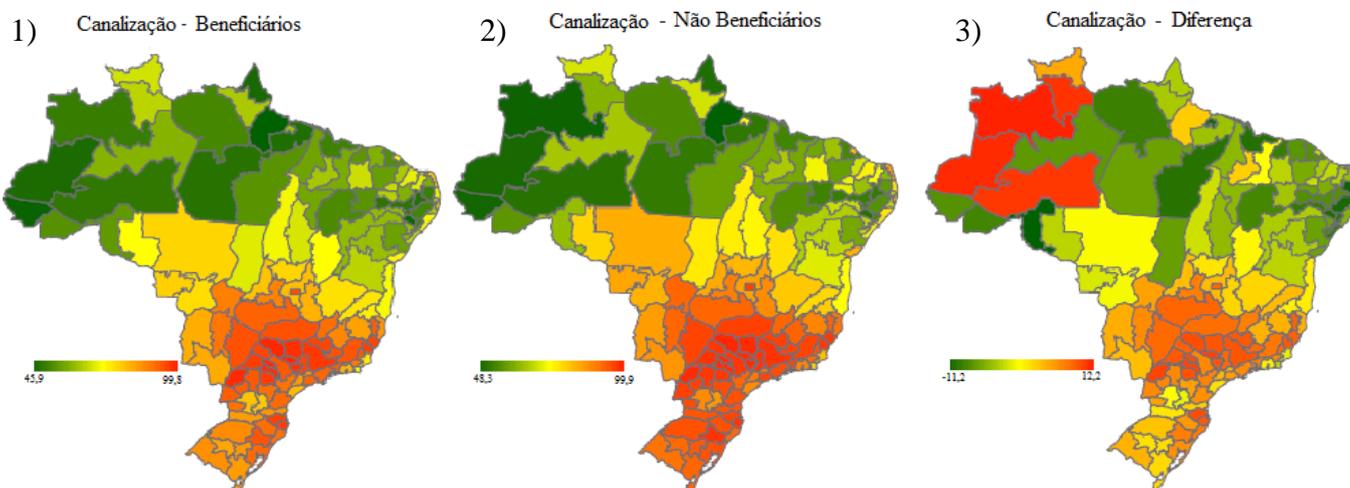
Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 72 indica que comparativamente, a região norte, sudeste, nordeste e centro-oeste possuem boas classificações após o pareamento, ou seja, localmente os beneficiários possuem ao menos o mesmo acesso que não beneficiários. Entre as piores classificações existe uma dominância maior da região nordeste e norte.

Após o pareamento, 30 mesorregiões apresentaram diferença maior ou igual à zero, levando a um aumento de 21,9% de beneficiários com o mesmo acesso que não beneficiários. Este aumento indica que grande parte da diferença entre os grupos, anterior ao pareamento, foi explicada pelas características observáveis controladas após o pareamento.

A figura 32 possui os mapas de distribuição dos dados antes do pareamento.

Figura 32 - Distribuição dos dados (Teste de Média)

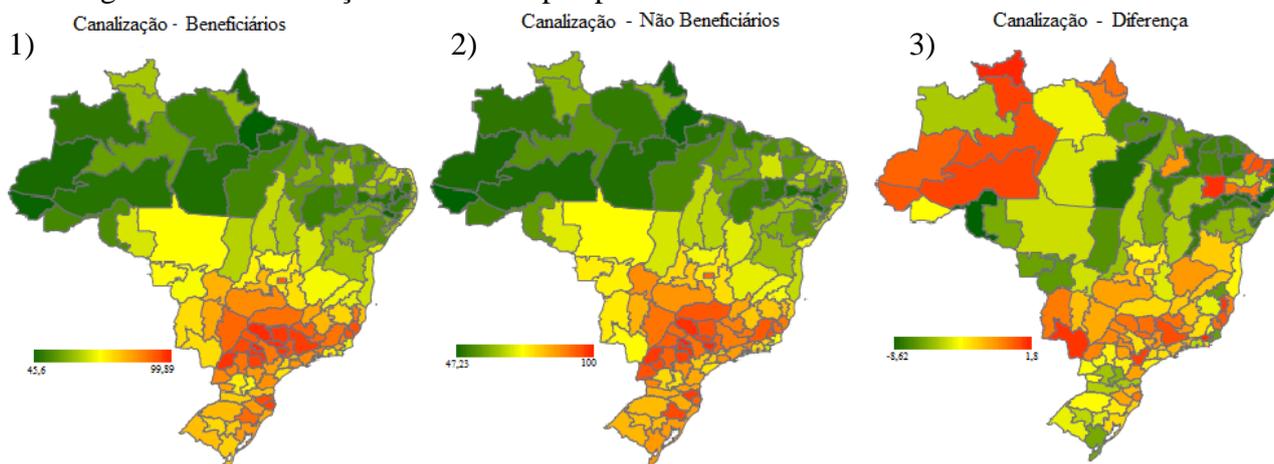


Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Para a variável canalização é possível notar uma forte concentração tanto dos piores, quanto dos melhores resultados. Os mapas de beneficiários e não beneficiários com a distribuição de dados brutos apresentamos colorações quentes na região sul e sudeste (indicando maiores percentuais de acesso), as cores medianas na região central e sul do nordeste (indicando percentuais medianos) e, por fim, a região norte com cores verdes, indicando os piores percentuais.

O mapa que indica as diferenças entre grupos, apresenta pontos na região norte com coloração quente, indica que comparativamente, beneficiários possuem melhor acesso local à rede de água canalizada, a região sul e sudeste permanecem com resultados bons e a região nordeste concentra os piores resultados.

Figura 33 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 33 contém os mapas com a distribuição de dados após o pareamento. As diferenças mais notáveis são na região sul, que deixa de ter resultados muito bons (antes do pareamento), para resultados medianos quando comparados ao resto do Brasil. A região sudeste e centro-oeste apresenta os melhores resultados, e os piores ficam concentrados na região norte e ao norte da região nordeste.

O mapa das diferenças, após o pareamento apresenta resultados mais dispersos, com maior destaque para a região norte com melhores resultados locais comparativos.

### iii) LIXO

Por fim, a variável lixo indica o percentual de pessoas em domicílios com acesso à coleta de lixo.

Tabela 73 – Classificação das mesorregiões para Lixo: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3515	<b>98,3</b>	99,4	-1,1	2201	<b>32,4</b>	45,8	-13,4
3506	<b>97,5</b>	98,2	-0,7	2104	<b>32,5</b>	41	-8,5
5301	<b>96,2</b>	97,8	-1,6	2101	<b>32,5</b>	48,6	-16,1
3505	<b>95,9</b>	97,1	-1,2	2203	<b>35,6</b>	46,2	-10,6
3305	<b>95,5</b>	97,9	-2,4	2204	<b>37,2</b>	46	-8,8
3512	<b>95,1</b>	97,5	-2,4	2103	<b>37,7</b>	46,1	-8,4
3507	<b>95</b>	97,7	-2,7	1302	<b>40,5</b>	41,6	-1,1

Continuação Tabela 73 – Classificação das mesorregiões para Lixo: Teste de Média

COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3502	<b>94,5</b>	96,5	-2	1502	<b>40,8</b>	41,1	-0,3
3513	<b>93,7</b>	97,2	-3,5	1201	<b>42,1</b>	51,5	-9,4
3306	<b>92,7</b>	97,1	-4,4	2304	<b>44,1</b>	52	-7,9

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 73 descreve a classificação das mesorregiões utilizando os dados brutos, antes do pareamento. Entre as melhores classificações encontram-se as mesorregiões da região sudeste, maioria do estado de São Paulo, o que indica que nestes locais, comparado ao restante do Brasil, os beneficiários possuem maior nível de acesso à coleta de lixo.

As piores classificações concentram-se na região nordeste e norte, com piores percentuais de acesso à coleta de lixo quando comparados aos dados de todo o Brasil.

Tabela 74 – Classificação diferença para Lixo: Teste de Média

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
1301	58,8	46,4	<b>12,4</b>	4201	55	74,4	<b>-19,4</b>
5205	87,7	86	<b>1,7</b>	3204	64,2	80,9	<b>-16,7</b>
1402	56,9	56,1	<b>0,8</b>	2101	32,5	48,6	<b>-16,1</b>
1304	47,9	48	<b>-0,1</b>	4301	59	73,9	<b>-14,9</b>
1502	40,8	41,1	<b>-0,3</b>	3201	53,4	67,8	<b>-14,4</b>
5003	82	82,7	<b>-0,7</b>	3112	63,9	77,8	<b>-13,9</b>
3506	97,5	98,2	<b>-0,7</b>	4108	50,9	64,8	<b>-13,9</b>
3501	91,6	92,6	<b>-1</b>	2202	45,7	59,3	<b>-13,6</b>
1302	40,5	41,6	<b>-1,1</b>	2201	32,4	45,8	<b>-13,4</b>
3515	98,3	99,4	<b>-1,1</b>	3108	60,4	73,4	<b>-13</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 74 indica a classificação pela diferença, entre as melhores classificações estão à região norte, nordeste, sudeste e centro-oeste, o que indica que uma maior dispersão das mesorregiões que possuem melhores diferenças entre os grupos.

Os piores resultados estão em mesorregiões da região sul, sudeste e nordeste (Piauí), indicando que nestes locais a maior diferença negativa de acesso entre beneficiários e não beneficiários, ou seja, são mais privados do acesso à coleta de lixo.

Analisando todas as diferenças, apenas 3 das 137 mesorregiões apresentaram diferença maior que zero, indicando que em 2,2% das mesorregiões os beneficiários possuem ao menos o mesmo nível de acesso à coleta de lixo.

Tabela 75-Classificação das mesorregiões para Lixo: Após Pareamento

MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3515	<b>98,09</b>	98,75	-0,66	2201	<b>32,41</b>	37,69	-5,28
3506	<b>97,12</b>	97,71	-0,59	2101	<b>32,5</b>	44,07	-11,57
5301	<b>96,22</b>	95,9	0,32	2104	<b>32,53</b>	38,15	-5,62
3505	<b>95,51</b>	95,68	-0,17	2203	<b>35,58</b>	37,57	-1,99
3305	<b>95,2</b>	96,81	-1,61	2204	<b>37,21</b>	39,82	-2,61
3512	<b>94,85</b>	94,98	-0,13	2103	<b>37,69</b>	41,24	-3,55
3507	<b>94,4</b>	94,91	-0,51	1302	<b>39,96</b>	47,76	-7,8
3502	<b>94,02</b>	93,75	0,27	1502	<b>40,51</b>	47,14	-6,63
3513	<b>93,42</b>	94,37	-0,95	1201	<b>41,24</b>	44,56	-3,32
4305	<b>92,62</b>	93,74	-1,12	1504	<b>43,93</b>	46,19	-2,26

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

Os resultados brutos após o pareamento, tabela 75, indicam que as mesorregiões com melhores classificações no Brasil permanecem as da região sudeste e entre as piores classificações as regiões nordeste e norte. Após o pareamento não ocorreu alteração no padrão de distribuição de dados brutos para acesso à coleta de lixo.

Tabela 76– Classificação diferença para Lixo: Após Pareamento

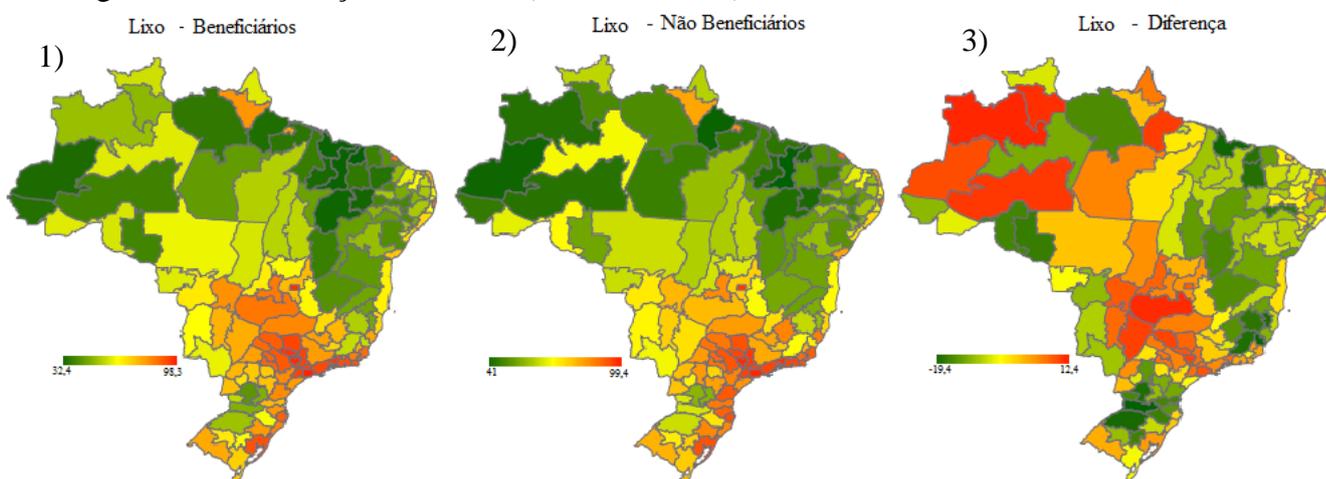
MELHORES				PIORES			
COD	PBF	NPBF	DIF	COD	PBF	NPBF	DIF
3510	90,12	89,17	<b>0,95</b>	2101	32,5	44,07	<b>-11,57</b>
3501	91,31	90,47	<b>0,84</b>	1302	39,96	47,76	<b>-7,8</b>
4102	73,25	72,48	<b>0,77</b>	2602	55,71	62,94	<b>-7,23</b>
2604	71	70,53	<b>0,47</b>	4201	54,96	61,94	<b>-6,98</b>
5103	66,79	66,46	<b>0,33</b>	4301	58,96	65,87	<b>-6,91</b>
5301	96,22	95,9	<b>0,32</b>	1502	40,51	47,14	<b>-6,63</b>
2403	63,93	63,66	<b>0,27</b>	1503	81,99	88,5	<b>-6,51</b>
3502	94,02	93,75	<b>0,27</b>	2301	47,44	53,75	<b>-6,31</b>
5205	87,66	87,49	<b>0,17</b>	2104	32,53	38,15	<b>-5,62</b>
3503	89,27	89,15	<b>0,12</b>	3112	63,25	68,72	<b>-5,47</b>

Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A tabela 76 contém a classificação baseada na diferença entre os grupos, após o pareamento. A região centro-oeste e sudeste apresentam melhores diferenças para os beneficiários comparativamente, isso indica que nestas mesorregiões os beneficiários possuem o acesso à coleta de lixo, em percentual, mais próximo aos indivíduos não beneficiários. As piores diferenças foram das mesorregiões da região nordeste, norte e sul, onde os beneficiários são mais privados comparativamente aos não beneficiários.

Após o pareamento, 11 das 137 mesorregiões apresentaram diferença maior que zero, indicando que em 8% das mesorregiões os beneficiários possuem ao menos o mesmo percentual de acesso à coleta de lixo que não beneficiários.

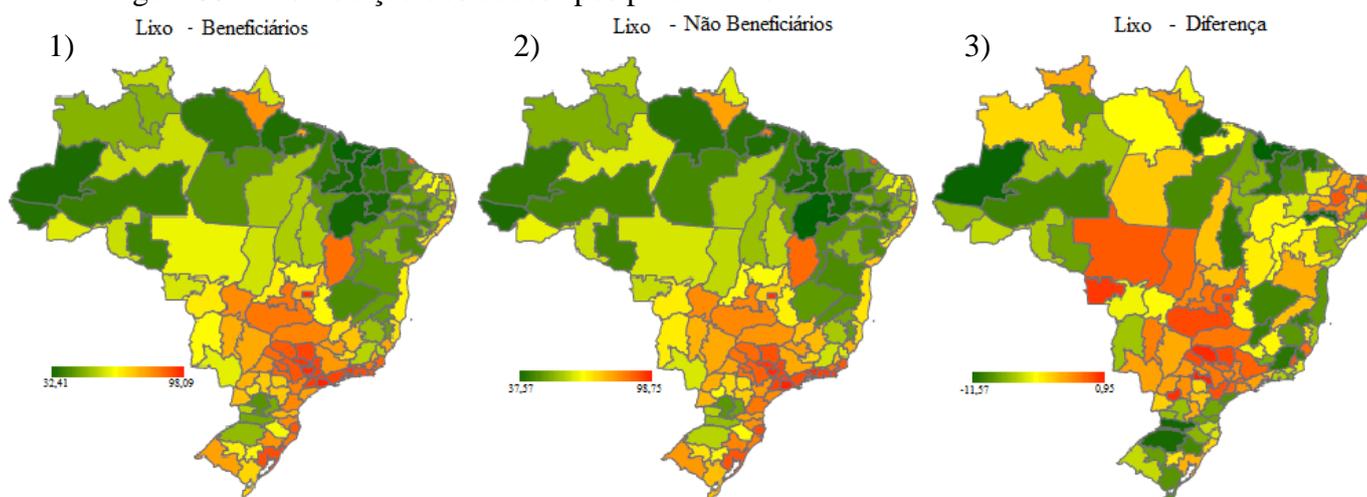
Figura 34 - Distribuição dos dados (Teste de Média)



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A figura 34 mostra a distribuição espacial dos dados, o mapa 1 e 2 com a distribuição dos dados brutos de beneficiários e não beneficiários, respectivamente, apresentam distribuição semelhante, porém no mapa 3, que indica as melhores e piores diferenças entre os grupos para cada mesorregião indica que a região norte e centro-oeste apresentam mais mesorregiões com melhores diferenças para os beneficiários comparativamente. As regiões sul, nordeste e leste da região sudeste concentram os piores resultados, com maior desigualdade entre os grupos para a variável lixo.

Figura 35 - Distribuição dos dados após pareamento



Fonte: Censo 2010 – Elaboração Própria

A distribuição após o pareamento, figura 35, apresenta distribuição semelhante dos dados brutos, com melhores resultados localizados em São Paulo e piores resultados na região

nordeste. O mapa da diferença entre os grupos indica que a parte sul da região sudeste e a região centro-oeste possuem as melhores diferenças para beneficiários, ou seja, nestas mesorregiões, beneficiários possuem percentual de acesso à coleta de lixo mais próximo do grupo de não beneficiários.

## 6.5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Políticas públicas têm como principal destinatário a sociedade, de acordo com Schmidit (2008). No Brasil, as políticas sociais de distribuição de renda têm início na década de 1930, de acordo com Weissheimer (2006), o projeto de criação de um bem-estar foi retomado com a Constituição de 1988, inserindo a assistência social no âmbito de políticas públicas, unindo-a a Previdência Social e à saúde.

Em 1996, foram criados os primeiros programas sociais direcionados para melhoria de renda e qualidade de vida da população que se encontrava na pobreza e extrema pobreza, como o PETI; Agente Jovem; Programa Sentinela; Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; e Auxílio Gás. Após a criação de diversos programas, com diferentes públicos alvo e coordenados por diferentes ministérios, em 2003 é criado o Programa Bolsa Família, que unificou programas de transferência de renda condicionados (Bolsa Escola e Bolsa Alimentação), assim como programas sem condicionalidades (Auxílio-Gás e Cartão Alimentação do Fome Zero).

A unificação dos benefícios existentes proporcionou maior clareza, facilitou o controle e fiscalização e proporcionou a possibilidade de integração com outros programas potencializando sua ação como afirma Sanson (2008). Além disso, o Programa Bolsa Família passa a ser gerido por um ministério criado em 2004 com a finalidade única de acompanhar, fiscalizar e expandir tais programas: o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Apesar de o Programa Bolsa Família ser caracterizado como uma política redistributiva, classificação de Schmidit (2008), que objetiva redistribuir a renda entre as parcelas da população, Weissheimer (2006) destaca que as melhorias não foram apenas racionalizar e expandir os programas existentes, não se restringindo apenas à maior transferência de renda, mas às repercussões da exigência de frequência escolar das crianças de famílias beneficiadas, cumprimento do cronograma de vacinação e acompanhamento de gestação e proibição do trabalho infantil.

Tais exigências demonstram uma preocupação que vai além da simples e pura transferência de renda, trazendo para a questão do combate à pobreza e desigualdade outras dimensões como educação, saúde, trabalho infantil e assistência social. A partir do

entendimento de que uma política de combate à pobreza deve agir em outras áreas que não apenas a transferência de renda, a teoria de Amartya Sen permite maior embasamento para análise desses efeitos e necessidades.

A abordagem das capacitações desenvolvida por Sen (1999) entende que a ampliação das capacitações pessoais deve ser o objetivo do processo de desenvolvimento e não a ampliação da riqueza ou renda, a riqueza deve ser vista como um meio e não como um fim do processo.

Sen (1999) entende por capacitações as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização; os funcionamentos são definidos como o que uma pessoa considera valioso fazer ou ter. Como Martin e Ottonelli (2008) destacam, se o processo de desenvolvimento estiver associado às capacitações pessoais, as medidas do processo de desenvolvimento e combate à pobreza deve-se abordar o tema utilizando a ótica multidimensional, utilizando uma visão mais ampla que a insuficiência de renda.

Nesta dissertação, a política analisada foi o Programa Bolsa Família, utilizando a base teórica da abordagem das capacitações, foram distribuídas 18 variáveis entre quatro dimensões: condição de moradia, trabalho, educação e saúde.

O método utilizado permitiu analisar os resultados da média de beneficiários e não beneficiários em cada mesorregião e os resultados após o pareamento de indivíduos com características observáveis semelhantes entre os dois grupos (beneficiários e não beneficiários). Os indivíduos foram pareados pela renda, ter filhos, idade, sexo, residir em zona rural ou urbana e cor.

A dimensão condição de moradia é composta por cinco variáveis: energia; rede geral; densidade morador; banheiro; e geladeira. Para a variável energia, os melhores resultados foram encontrados nas mesorregiões de São Paulo e após o pareamento também continuaram a se concentrar na região sudeste indicando que nessa região beneficiários possuíam maior acesso à energia comparado ao restante do país, os piores resultados antes e após o pareamento também se concentraram na região norte, indicando que beneficiários que residem nas mesorregiões do norte possuem menor acesso à energia que os beneficiários das demais regiões.

A diferença entre beneficiários e não beneficiários antes do pareamento indica qual o grau de privação local de beneficiários, as regiões que apresentaram melhores diferenças para beneficiários foram mesorregiões da região norte, entre as piores diferenças (o que indica maior privação a acesso à energia) ficaram as mesorregiões da região centro-oeste, nordeste e norte. Entre todas as mesorregiões, 11% apresentaram diferenças superiores à zero, ou seja, os

beneficiários possuíam ao menos a mesma oportunidade de acesso que não beneficiários. Após o pareamento, este percentual subiu para 29% indicando que mesmo após o controle das características observáveis, os beneficiários possuem menos acesso à energia na maioria das mesorregiões do país.

Para a variável rede geral, os melhores resultados antes e depois do pareamento concentraram-se na região sudeste e os piores na região norte, indicando que a região sudeste possui melhor condição de acesso quando comparado ao restante do país. As diferenças entre beneficiários e não beneficiários indicam o grau de privação local. Antes do pareamento, 8,76% das mesorregiões apresentaram diferenças maiores que zero para os beneficiários, após o pareamento, 33,6% das mesorregiões apresentaram diferença maior que zero com resultados mais dispersos, espalhados por mesorregiões de todas as regiões.

Os resultados pra densidade morador indicaram antes e depois do pareamento melhores resultados na região sudeste e piores na região norte. Na análise das diferenças, 7,3% das mesorregiões apresentaram resultados acima de zero para beneficiários distribuídos em mesorregiões da região norte, sudeste e nordeste, após o pareamento, 21,9% das mesorregiões apresentaram melhores resultados para beneficiários concentrados na região nordeste.

Para a variável banheiro, os resultados brutos também se concentraram de forma semelhantes antes e após o pareamento, com melhores resultados na região sudeste e piores nas regiões norte e nordeste. Já analisando as diferenças, antes do pareamento, 1,5% das mesorregiões apresentaram melhor resultado para os beneficiários, após o pareamento este percentual subiu para 5,1% das mesorregiões, permanecendo baixo. Isso indica que mesmo após o controle das características observáveis, não beneficiários apresentam maior acesso a banheiro em casa na maioria das mesorregiões.

Por fim, a última variável da dimensão condição de moradia sinaliza o percentual de pessoas com acesso ao bem durável geladeira. Os melhores resultados se concentraram na região sudeste (estado de São Paulo) e piores na região norte e nordeste. A diferença entre os grupos, antes do pareamento, foi melhor para beneficiários em 2,9% das mesorregiões com melhores resultados na região norte e sudeste; após o pareamento, este percentual foi para 7,3% indicando que em grande parte das mesorregiões os beneficiários possuem em média menos geladeira, mesmo quando comparados a indivíduos que possuem mesma faixa de renda, sexo, cor, idade, urbano/rural.

Para a dimensão trabalho, foram selecionadas as variáveis: horas trabalho; sem carteira; menor trabalho; ocupado; e procura emprego. Para horas trabalho, os melhores resultados se concentraram na região sul e piores no nordeste, tanto antes como após pareamento. A análise

da diferença indicou que antes do pareamento apenas 1,5% das mesorregiões apresentavam menor percentual de beneficiários comparado a não beneficiários que se dedicavam por mais de 49 horas semanais ao trabalho. Após o pareamento, 62,8% das mesorregiões apresentaram melhores resultados para beneficiários. O aumento expressivo deste percentual indicou que esta variável está diretamente ligada às características observáveis controladas, ou seja, o aumento desse percentual indica que as populações com renda mais baixa e características semelhantes aos beneficiários tendem a se submeter a mais horas de trabalho.

A segunda variável da dimensão trabalho indica o percentual de trabalhadores que não possuem carteira assinada, os melhores resultados concentram-se na região sul e os piores na região sudeste e nordeste (na análise de dados brutos). Antes do pareamento, nenhuma mesorregião apresentou melhor resultado para os beneficiários comparativamente, após o pareamento, este percentual subiu para apenas 1,5% do total de mesorregiões (com melhores resultados concentrados na região norte e nordeste). Isso indica que os beneficiários tendem a se submeter ao trabalho informal mais que os não beneficiários, mesmo após o pareamento. Esse fato pode ser influenciado pela preocupação de manter o benefício, pois seria mais difícil comprovar a renda e assim conseguiriam manter o benefício como um incremento de renda, mas também podem estar relacionado ao fato de famílias em situação de maior privação aceitarem piores condições de trabalho.

A variável menor trabalho está diretamente relacionada à exigibilidade do Programa Bolsa Família, uma vez que está integrado ao PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Os melhores resultados brutos se concentram nas regiões norte, nordeste e sudeste e os piores na região sul. A análise das diferenças entre os grupos demonstrou que beneficiários apresentavam menor índice de trabalho infantil, comparativamente, em 78,1% do total de mesorregiões antes do pareamento (melhores diferenças na região sul), após o pareamento, esse percentual se reduziu para 52,6% do total de mesorregiões com melhores resultados para beneficiários. Esta redução pode ser explicada pelo processo de pareamento, uma vez que a predominância entre beneficiários eram pessoas do sexo feminino e, de acordo com o IBGE, o trabalho infantil apresenta maiores percentuais entre os meninos, após o pareamento, com essa característica controlada, o percentual tende a diminuir, mas mesmo assim mostrou um melhor resultado para mais da metade de todas as mesorregiões do país.

Os índices de ocupação, analisados através da variável ocupado, apresentaram melhores resultados para a região sul e nordeste e piores resultados concentrados na região sudeste. Na análise da diferença entre grupos, antes do pareamento, nenhuma mesorregião apresentou

maior percentual de ocupação para beneficiários comparativamente. Após o pareamento, 42,3% das mesorregiões apresentaram melhores resultados para beneficiários. Isso indica que após o pareamento, os percentuais de ocupação de não beneficiários teve queda, mas também pode ser explicada pelo pareamento por idade e sexo, características que influenciam nesta variável.

A última variável que compõe a dimensão trabalho é procura emprego, que representa o percentual de pessoas desocupadas que tomaram alguma providência para sair da situação de desemprego. Os resultados brutos demonstraram melhores resultados para beneficiários na região sudeste e piores na região nordeste. A análise da diferença antes do pareamento indicou que em 96,4% das mesorregiões, os beneficiários obtiveram maiores índices de busca por emprego comparativamente. Após o pareamento, este percentual caiu para 68,6% indicando que os não beneficiários com características semelhantes aos beneficiários (ou seja, com renda mais baixa) tendem a ter maior percentual de busca por emprego.

A terceira dimensão analisada é educação, ela é composta pelas variáveis: alfabetizado; sem instrução; regular; TV; e Micropc. Os índices de alfabetização apresentaram melhores resultados brutos para beneficiários nas regiões sudeste e sul e piores nas regiões nordeste e norte. A diferença entre os grupos antes do pareamento indicou que em 28,5% das mesorregiões o nível de alfabetização dos beneficiários era superior ao nível de não beneficiários, após o pareamento, tal percentual cai para 8,8% indicando que o perfil dos beneficiários viesava os resultados. Como em algumas mesorregiões o percentual de beneficiários do sexo feminino chegava a mais de 90% do total e os índices de escolaridade e alfabetização desta população são maiores, o pareamento pode ter eliminado este viés de seleção do programa.

A variável sem instrução apresentou melhores resultados para a região sudeste (estado de São Paulo) e piores resultados para a região nordeste. Já o resultado das diferenças indicou que antes do pareamento nenhuma mesorregião apresentou melhores resultados para beneficiários, comparativamente; e após o pareamento, em apenas uma mesorregião o resultado para os beneficiários foi melhor. Esse resultado indica que mesmo controlando as características observáveis, os beneficiários do Programa Bolsa Família possuem maior índice de pessoas sem instrução.

O Programa Bolsa Família também possui uma exigibilidade em relação à frequência escolar, diretamente relacionada com a variável regular que analisa o percentual de jovens que frequentam regularmente a escola. Os melhores resultados brutos para essa variável foram na região sudeste e os piores na região nordeste. A análise comparativa (diferença) indicou que

antes do pareamento, em 94,2% do total de mesorregiões, os beneficiários apresentaram melhores percentuais de frequência escolar. Após o pareamento, este percentual foi para 97,8% do total de mesorregiões com melhores resultados para beneficiários comparativamente.

Tais resultados indicam que as condicionalidades do programa em relação à frequência escolar, possuem efeito real e positivo para os beneficiários, corroborando com os resultados encontrados por Amaral, et al (2011) e Bastagli (2008) que também observaram um resultado positivo para a frequência escolar entre beneficiários. Essa diferença positiva também indica que o acompanhamento feito pelo CadÚnico e devido ao programa ser acompanhado apenas por um ministério específico, o controle e avaliação do PBF têm resultados positivos.

A quarta variável da dimensão educação é TV, indica o percentual de pessoas com acesso à televisão. Os melhores resultados brutos foram encontrados na região sudeste e os piores na região norte e nordeste. Na análise da diferença, antes do pareamento em 10,9% das mesorregiões obtiveram resultados melhores de acesso à televisão comparativamente. Após o pareamento, 22,6% das mesorregiões apresentaram melhores resultados para beneficiários, indicando que em parte, o acesso à televisão está ligado às características observáveis (principalmente renda), porém mesmo após o pareamento, os beneficiários da maioria das mesorregiões do país possuem menos acesso à televisão. Oliveira, et al (2007), em seu estudo comprovaram que os beneficiários tendem a ampliar os gastos com alimentação e não com bens duráveis com dinheiro do benefício.

Esta conclusão corrobora também como o resultado encontrado para a última variável da dimensão educação: Micropc. Esta variável analisou o acesso dos beneficiários a microcomputadores com acesso à internet. Os piores resultados brutos foram encontrados na região norte e os melhores na região nordeste e sudeste. Antes do pareamento, apenas uma mesorregião apresentou melhor resultado para beneficiários do que para não beneficiários, após o pareamento, aumentou somente para duas mesorregiões, indicando que os beneficiários são mais privados do acesso, mesmo após a comparação com indivíduos com características semelhantes.

A última dimensão analisada nesta dissertação foi à saúde, composta pelas variáveis: esgoto; canalização; e lixo. O acesso a esgotamento sanitário obteve melhores resultados brutos para beneficiários na região sudeste e piores na região norte. Antes do pareamento, nenhuma mesorregião obteve diferença superior para beneficiários, após o pareamento, 2,9% das mesorregiões apresentaram melhores resultados para os beneficiários. O que indica menor

acesso ao esgotamento sanitário por beneficiários, mesmo considerando características como renda, sexo, cor e idade semelhantes entre os dois grupos.

Para a variável canalização que avalia o grau de acesso a rede de água canalizada, os melhores resultados foram encontrados para a região sudeste (estado de São Paulo) e piores resultados na região nordeste. Antes do pareamento, 3,6% das mesorregiões apresentaram melhores resultados comparativos para beneficiários. Após o pareamento, 21,9% das mesorregiões apresentaram resultado superior, indicando que em parte a diferença entre os grupos era explicada pelas características observáveis controladas, porém, ainda assim os beneficiários permaneceram com índices de acesso a água canalizada inferior que não beneficiários na maioria das mesorregiões.

O variável lixo, que analisou o acesso à coleta de lixo domiciliar indicou que os melhores percentuais para dados brutos foram na região sudeste (São Paulo) e os piores resultados para os beneficiários foram para a região nordeste e norte. A análise da diferença comparativa, sinalizou antes do pareamento 2,2% das mesorregiões com acesso pelo menos igual ao dos não beneficiários, porém, após o pareamento não houve aumento significativo, indo para 8% das mesorregiões com resultados melhores entre os beneficiários. Estes resultados indicam que beneficiários são mais privados de acesso à coleta de lixo domiciliar.

Os resultados apresentados indicam que o Programa Bolsa Família possui resultados diferentes, de acordo com as regiões analisadas. Esse fato pode ser justificado pela estrutura e programas locais e regionais que dão suporte as exigibilidades do programa. Rasella, et al (2013) na análise dos efeitos das exigibilidades para saúde concluíram que estes efeitos são amplificados quando o PBF é associado aos serviços de assistência básica de saúde.

Os beneficiários apresentaram resultados positivos após o pareamento em pelo menos uma mesorregião, para todas as variáveis, porém, algumas variáveis possuem melhores resultados para um maior número de mesorregiões, indicando que o Programa Bolsa Família possui resultados efetivos, as variáveis que se destacaram com maior número de mesorregiões com resultado positivo, são aquelas que possuem exigibilidade diretamente relacionada, porém em todas, em maior ou menor grau, existe transbordamento do programa para outras variáveis que não estão diretamente relacionadas ao PBF.

Estes resultados corroboraram com a teoria de Sen (1999) que indica a importância de considerar o contexto em que as pessoas estão inseridas, ou seja, considerar não apenas características pessoais, como também considerar o local em que estas pessoas estão. Os melhores resultados para beneficiários em geral foram para a região norte e nordeste, após o pareamento, a mesma região que apresentou os piores resultados em média para todas as

variáveis, indicando que em regiões de maior privação geral, o Programa Bolsa Família apresentou melhores resultados e maior grau de transbordamento, afetando maior número de variáveis.

Por fim, é possível afirmar que o Programa Bolsa Família apresenta resultados positivos em todas as dimensões, de acordo com a mesorregião analisada, destacando que existem grandes diferenças regionais que podem ser influenciadas por questões de infraestrutura e acesso a serviços complementares e auxiliares às exigibilidades do programa e as variáveis analisadas.

As variáveis que possuíram resultados positivos de forma mais homogênea foram as que possuem exigibilidades diretamente relacionadas, demonstrando que tal forma de ação do PBF possui resultado. Este resultado positivo indica que o controle do programa por um Ministério específico e o acompanhamento feito através do CadÚnico possuem ação de avaliação efetiva e acompanhamento e cobrança de tais exigibilidades.

O período analisado nesta dissertação demonstra crescimento do Programa Bolsa Família. Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 demonstram crescimento no percentual do orçamento da união destinado ao PBF e o aumento do número de benefícios concedidos, porém, como destacado no capítulo 2, existem fatores que influenciam nas políticas públicas. Tal fato pode ser percebido, após a mudança de governança em 2016, ocorrendo uma mudança partidária (evento inédito desde 2002), o Programa Bolsa Família foi suspenso para mais de um milhão de beneficiários, cerca de 8% do total, além disso, estão previstas mudanças nas regras de acesso, estas mudanças podem influenciar diretamente no resultado do programa .

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família é um programa definido como uma política pública de transferência direta de renda que possui condicionalidades, de acordo com os estudos analisados, o PBF possui resultados positivos para questões diretamente relacionadas às condicionalidades, corroborando com os resultados encontrados nesta dissertação.

Os resultados demonstraram que existe diferença significativa positiva dependendo da região analisada e da variável, indicando que a análise por região é essencial para o entendimento dos benefícios do programa. Regiões com melhor infraestrutura apresentaram melhores resultados absolutos, porém quando feita a análise comparativa, os beneficiários em regiões com piores resultados absolutos apresentaram melhores resultados comparativos, indicando que o PBF possui maior efeito em regiões mais privadas, indicando maior efeito do PBF no combate à pobreza multidimensional.

Após a comparação entre beneficiários e não beneficiários com características semelhantes (cor, urbano/rural, sexo, idade, renda, possuir filho), o Programa Bolsa Família apresentou diferentes efeitos, de acordo com a mesorregião analisada.

Ao fim da análise de todas as dimensões, foi possível notar que os melhores resultados brutos foram encontrados, para a maioria das variáveis, na região sudeste, principalmente estado de São Paulo indicando que esta região possui maior infraestrutura comparada as demais regiões do país; entre os piores resultados, a região norte possuiu os piores resultados brutos, principalmente em variáveis relacionadas a acesso a bem duráveis e infraestrutura local (esgoto, rede geral, energia). Porém, quando observado o resultado comparativo que indica a privação local dos beneficiários a região norte e nordeste apresentaram destaque positivo, pois apresentou menores diferenças entre beneficiários e não beneficiários.

Outro resultado importante foi notar que em algumas variáveis como: banheiro, geladeira, sem carteira, sem instrução, Micropc, esgoto e lixo, o controle das características observáveis não foi suficiente para explicar a diferença entre os grupos, permanecendo resultados positivos concentrados em não beneficiários; já para as variáveis: ocupado, procura emprego, horas de trabalho e rede geral tiveram a diferença explicada em grande parte pelas características, com aproximação dos resultados entre grupos após o pareamento.

Para as variáveis que possuem condicionalidade ou exigibilidade diretamente ligada ao Programa Bolsa Família, os resultados foram expressivamente superiores entre os beneficiários, indicando que este método de contrapartida é eficiente.

Ao fim desta dissertação, os resultados demonstraram que os beneficiários do Programa Bolsa Família possuem grandes deficiências em todas as dimensões, com dificuldades de acesso a condições básicas de moradia, trabalho, educação e saúde que em alguma parcela puderam ser explicadas pelas características observáveis, demonstrando que essa deficiência está relacionada à região geográfica e a renda, cor, idade e sexo. Porém, em outras variáveis mesmo o controle destas características demonstrou que os beneficiários possuem menos acesso mesmo comparados a indivíduos com características semelhantes.

O Programa Bolsa Família trouxe muitos avanços e foi responsável pela inauguração de uma nova agenda de políticas públicas no Brasil, porém como é aplicado sem distinção em todas as regiões do país, possui gargalos que podem ser melhorados observando carências locais e dificuldades de infraestrutura e acesso de cada região, permitindo uma ampliação dos benefícios para além das condicionalidades.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, E. F. de L.; MONTEIRO, V. do P.; **Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009)**. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 56, p. 531-570, 2013.
- AMARAL, E. F. de L.; GONÇALVES G. Q.; MONTEIRO V. P.; SANTOS I. J.; SANTOS A. T. P.; **Avaliação de impactos das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: Uma análise com o Censo 2010**. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Águas de Lindóia: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). November 19-22. 2012.
- ANAND, S., RAVALLION, M.; **Human Development in Poor Countries: On the Role of Private Incomes and Public Services**. Journal of Economic Perspectives 7 (Winter), 1993. p. 133- 150.
- ANDERSON, P; **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARRETCHE, M. T. da S.; **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-39.
- BAPTISTELLA, J. C. F.; **Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias**. V Prêmio SOF, Brasília, 2012.
- BARRERO, Z. R.; **Ciudadanía, democracia y pluralismo cultural: hacia um nuevo contrato social**. Barcelona: ANTHROPOS, 2001.
- BASTAGLI, F. **The design, implementation and impact of conditional cash transfers targeted on the poor: An evaluation of Brazil's BolsaFamília**. Tese (PhD) – London School of Economics and Political Science, University of London, London, 2008.
- BENTLEY, A. F.; **The process of government: a study of social pressures**. Chicago: Chicago University Press, 1908.
- BONAVIDES, P.; **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 439-440.
- BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 337-345.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Seminário sobre lobby é marcado pela pluralidade de opiniões**. 2008. Disponível em: <http://www.sfc.fazenda.gov.br/Imprensa/Noticias/2008/noticia12508.asp>. Acesso em: 13 maio/2016.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Gestão de Recursos Federais – Manual para Agentes Públicos**. 2006. Disponível em: <[http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha\\_CGU.pdf](http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha_CGU.pdf)>. Acesso em: 19 junho/2016

BRITES M.; MARIN, S. R.; ROHENKOHL, J. E. **Pobreza Relativa Multidimensional no Rio Grande do Sul: aplicação dos conjuntos fuzzy**. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015.

BUCCI, M.P.D.; **Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos**. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et al. *Direitos Humanos e políticas públicas*. São Paulo: Polis, 2001. (Cadernos Polis 2). Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso em: 7 jan./2016.

CARVALHO, J.M.de; **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, M. do C. A. A.; **Participação social no Brasil hoje**. Pólis Papers número 2, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.polis.org.br>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CHANG, H. J.; **The Political Economy of Industrial Policy**. New York: St. Martin's Press, 1994.

CLARET, A.M.S.F, SANDIM, T.; **Um novo olhar sobre a pobreza: o Projeto Porta a Porta e o enfrentamento das privações sociais em Minas Gerais**. Cadernos Travessia. Belo Horizonte, p.10 - 14, 2011.

COSTA, D. M.; **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para empoderamento e a autonomia das mulheres**. 2008.

CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S.M.; **Políticas públicas sociais**. In: CARVALHO, Alysson et.al. (Org.) *Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 11-25.

DRÈZE, J.; SEN, A. **Hunger and public action**. Oxford: Clarendon Press, 1989. 373p.

DRUMMOND, C.; **A lei do mais forte. No Brasil o congresso quer legalizar o lobby**. *Carta Capital*, [S.l.], v. 15, n. 573, p. 68-71, nov. 2009.

**EDUCAÇÃO: o real sentido do lobby**. *Comunicação empresarial*, [S.l.], v. 18, n. 68, p. 32-33, 2008.

EHRMANN, H.H.; **Interest Groups on Four Continents**. Univ. of Pittsburgh Press. International Political Science Association, 1958.

FARIA, C. A. P. de.; **A política de avaliação de políticas públicas**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p-97-109, out. 2005.

FARIA, C. A. P. de.; **Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FERRAREZI, E.; **Capital social: conceitos e contribuições para as políticas públicas**. *Revista do Serviço Público*, Brasília, n. 4, p. 5-20, out./dez. 2003.

FRANCO, A. de.; **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millenium, 2001.

- GARCIA, R.C.; *Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e políticas públicas*, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001. Disponível em <<http://2009.campinas.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- HAYEK, F. A. von.; **The Constitution of Liberty**. Chicago, The University of Chicago Press, 1960.
- HELD, D.; MCGREW, A.; **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- HERKENHOFF, M. B. L.; et al.; **(Des)Articulação entre a educação e a assistência social no Programa Bolsa Família**. 2006.
- HERMANY, R.; COSTA, D.L.; **Os novos paradigmas da governança solidária local na construção de um direito social condensado**. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). *Direitos sociais e políticas públicas: Desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. T. 8. p. 2399.
- HOFFMANN, R. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004**. *Econômica*, Rio de Janeiro: UFF, v. 8, n. 1, 2006, p. 55-81.
- HOFFMANN, R.; **The evolution of income distribution in Brazil: what promotes and what restricts the decline in inequality**. In: A COMPARATIVE ANALYSIS OF GROWTH AND DEVELOPMENT: ARGENTINA AND BRAZIL. University of Illinois, Apr. 22-23, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/descricao\\_das\\_variaveis\\_censo\\_2010.pdf](http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/descricao_das_variaveis_censo_2010.pdf).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010, sobre**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Brasília: Comunicação da Presidência, n. 38, jan. 2010.
- JANNUZZI, P. de M.; PINTO, A. . **Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II**. In: Tereza Campello; Marcelo Neri. (Org.). *Programa Bolsa Família: dez anos de inclusão e cidadania*. 1ed. Brasília: IPEA, 2013, v. 1, p. 179-192.
- KLIKSBERG, B.; *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LIGNANI, J. D. B. *et al.* **Changes in food consumption among the Program a Bolsa Família participant families in Brazil**. *Public health nutrition*, n. 14, p. 785-792, 2011.
- LIMA, D. M. L. **A contribuição do Programa Bolsa Família no desenvolvimento da educação**. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/18M.pdf>.
- LOWI, T. J.; **American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory**. *World Politics*, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

LOWI, T.J.; **Four Systems of Policy, Politics, and Choice.** Public Administration Review, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul/ago. 1972.

LOWI, T.J.; **The State in Politics: the relation between policy and administration.** In: NOLL, Roger G. (Ed.). *Regulatory Policy and the Social Sciences.* University of California Press, 1985.P. 67-105.

MAIA, A. S.; **Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda.** 2008.

MARIN, S. R; OTTONELLI, J. **Medida multidimensional de pobreza: um exercício em Palmeira das Missões – RS.** REDES:Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v.13, n.3, p.241 – 265. Set./Dez. 2008.

MATTOS, B. K.; **Uma Abordagem Seniana do Programa Bolsa Família.** Dissertação UFRGS. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Bolsa Família – O que é.** Publicado em 01/07/2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>.

MONASTÉRIO, L.M.; **Desigualdade e políticas regionais de desenvolvimento: o que diz a abordagem do capital social.** In: CARVALHO, José Raimundo; HERMANNNS, Klaus. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil.* Fortaleza: Konrad Adenauer, 2005. p. 165-190.

MONTEIRO, J.V.; **A conjuntura das escolhas públicas.** *Revista de Administração Pública*, [S.l.], v. 42, n. 3, mai/jun 2008.

MOREIRA, M. M.; **Um fio condutor para as boas políticas públicas: Propriedade e ética,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 28-30, jul./ago. 2008.

MOURA, L. B.A.; **Exclusão social, vulnerabilidades e empoderamento comunitário.** *Revista Participação*, Brasília, v. 8, n. 13. 2008.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

OLIVEIRA, J. A. P. de.; **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-288, mar./abr. 2006.

OLIVEIRA, L. F. B. D.; SOARES, S. S. D. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar.** Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para discussão, n. 1.814). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1814a.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1814a.pdf)>.

OLIVEIRA, L. F. B. D.; SOARES, S. S. D.; **O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho.** Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n.1.738).

PATRÍCIO, L.; **Considerações sobre a ação Brasil Carinhoso sobre a fecundidade.** Estudo técnico SAGI, Brasília, n. 7, 2012.

PEREIRA, P. A.; **Estado, regulação social e controle democrático.** In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Org.). *Política Social e Democracia*. Rio de Janeiro: Cortez, 2001. p. 25-42.

PINHEIRO, M. M.S.; **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen.** 51 p. (IPEA. Texto para Discussão; 1794). Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

QUIJANO, A.; **Colonialidade do poder, globalização e democracia.** Democracia, Estratégia e Política: projeto Raúl Prebisch, Brasília, n. 6, p. 132-179, abr./jun. 2007.

RASELLA, D. *et al.* **Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities.** The Lancet, v. 382, n. 9.886, p. 57–64, July 2013.

RIBEIRO, E. P. *et. al.*; **Crescimento pró-pobre no Brasil – análise exploratória.** In: CARVALHO, José Raimundo; HERMANNNS, Klaus. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil*. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2005. p. 45-74.

RODRIGUES, L. B.; **Grupos de pressão e grupos de interesses.** In: PASQUINO, Gianfranco *et. al.* *Curso de introdução à ciência política*. Grupos de pressão e mudança política e social. Brasília: 1982.

ROSENBAUM, P. R, RUBIN, Donald B. **Constructing a control group using multivariate matched sampling methods that incorporate the propensity score.** The American Statistician, v. 39, n. 1, p. 33-38, 1985.

SANSON, M. E.; **O Estado e as políticas públicas no combate à desigualdade social: o Programa Bolsa-Família.** 2008. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

SCHMIDT, J. P.; **Exclusão, inclusão e capital social: O capital social nas ações de inclusão.** IN: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (org). *Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos*. Tomo 6. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SCHMIDT, J.P.; **Gestão de políticas públicas: elementos de um modelo pós burocrático e pós-gerencialista.** In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org). *Direitos sociais e políticas públicas*. Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. T. 7.

SCHMIDT, J. P.; **Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos.** In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). *Direitos sociais e políticas públicas*. Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SEN, A.; **Equality of what.** The Tanner Lecture on Human Values, 1979.

SEN, A.; **Poverty and Famines.** *An essay an entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press. 1981.

SEN, A.; **Well-Being, agency and freedom** (*the Dewey Lectures, 1984*). *The Journal of Philosophy*, 82(4): 169-221. 1985.

SEN, A.; **Inequality Reexamined**. New York: Harvard University Press. 1992.

SEN, A.; **From Income Inequality to Economic Inequality**. *Southern Economic Journal*, 64 (2): 383-401 . 1997.

SEN, A.; **Development as Freedom**. New York: Anchor Books. 1999.

SEN, A.; **Rationality and Freedom**. Cambridge, London: The Belknap Press of Harvard University Press. 2002.

SILVA, J. M. C. da; **Políticas Públicas como instrumento de inclusão social**. Prismas : Direito, Políticas Públicas e Mundialização (Brasília. Impresso), v. 7, p. 161-211, 2010.

SIMÕES, A. A. **The contribution of Bolsa Família to the educational achievement of economically disadvantaged children in Brazil**. Tese (PhD in Education) – University of Sussex, EastSussex, 2012.

SOARES, S. Análise de bem-estar e decomposição por fatores na queda da desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro: UFF, v. 8, n. 1, 2006, p. 83-115.

SOARES, F. V. et al.; **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. (Texto para Discussão, n. 1.228).Ipea, 2006

SOARES, S. *et al.* **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade**.(Texto para Discussão, n. 1293). Brasília: Ipea, 2007

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. **Focalização e cobertura do Programa Bolsa Família: qual o significado dos 11 milhões?** 2009 (Texto para Discussão, n. 1396).Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

SOARES, S.S.D. ; SOUZA, P. H.G.F. ; OSORIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. da . **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza**. In: Jorge Abrahão de castro; Lúcia Modesto. (Org.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. 1ed.Brasília: IPEA, 2010, v. 2, p. 27-52.

SOUSA, M. F.. Diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família no Censo Demográfico 2010. **Estudo técnico Sagi**, Brasília, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/S8uyEc>>.

SOUZA, C.; **Federalismo e Conflitos Distributivos: Disputa dos Estados por Recursos Orçamentários Federais**. *Dados* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 46, n.2, p. 345-384, 2003.

SOUZA, A. P.; **Políticas de Distribuição e Renda no Brasil e o Bolsa Família**.C-Micro Working Paper, n. 1, 2011.

STONER, J. A. F. e FREEMAN, R. E.; **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1995. p. 136-239.

SUAREZ, M.; LIBARDONI, M. **O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres.** In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R.(Eds.). *Avaliação de políticas e programas do MDS– Resultados*. Volume II: Bolsa Família e assistência social. Brasília: MDS, 2007.

TORRES, H. da G. et al.; **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo.***Estudos avançados*, v. 17, n. 47, p. 97 - 128, 2003.

TORRES, H. da G.; MARQUES, E. **Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana.***São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 4, 2004.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V.; **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** *Revista de Administração Pública*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 536, maio/jun. 2008.

TRUMAN, D.B.; **The Governmental Process: Political Interests and Public opinion.** Pp. xvi, 544, xv. New York: Alfred A. Knopf, 1951.

VIEIRA, M. C. R.; **Programa Bolsa Família – PBF: acompanhamento da educação como condicionalidade para promoção de cidadania.** 2008.

VIOLA, E.;**Reflexões sobre as dimensões da globalização, as novas formas sociopolíticas transnacionais e a redefinição do horizonte da democracia.** In: GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. (Org.). *A miragem da pós modernidade: Democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

WEISSHEIMER, M.A.;**Bolsa Família – Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

## ANEXO I – CODIGOS E NOMES DAS MESORREGIÕES BRASILEIRAS

REGIÃO	ESTADO	CÓDIGO	NOME DA MESORREGIÃO
--------	--------	--------	---------------------

NORTE	RONDÔNIA	1101	MADEIRA GUAPORÉ
		1102	LESTE RONDONIENSE
	ACRE	1201	VALE DO JURUÁ
		1202	VALE DO ACRE
	AMAZONAS	1301	NORTE AMAZONENSE
		1302	SUDOESTE AMAZONENSE
		1303	CENTRO AMAZONENSE
		1304	SUL AMAZONENSE
	RORAIMA	1401	NORTE DE RORAIMA
		1402	SUL DE RORAIMA
	PARÁ	1501	BAIXO AMAZONAS
		1502	MARAJÓ
		1503	METROPOLITANA DE BELÉM
		1504	NORDESTE PARAENSE
		1505	SUDOESTE PARAENSE
		1506	SUDESTE PARAENSE
AMAPÁ	1601	NORTE DO AMAPÁ	
	1602	SUL DO AMAPÁ	
TOCANTINS	1701	OCIDENTAL DO TOCANTINS	
	1702	ORIENTAL DO TOCANTINS	
NORDESTE	MARANHÃO	2101	NORTE MARANHENSE
		2102	OESTE MARANHENSE
		2103	CENTRO MARANHENSE
		2104	LESTE MARANHENSE
		2105	SUL MARANHENSE
	PIAUI	2201	NORTE PIAUIENSE
		2202	CENTRO-NORTE PIAUIENSE
		2203	SUDOESTE PIAUIENSE
		2204	SUDESTE PIAUIENSE
	CEARÁ	2301	NOROESTE CEARENSE
		2302	NORTE CEARENSE
		2303	METROPOLITANA DE FORTALEZA
		2304	SERTÕES CEARENSES
		2305	JAGUARIBE
		2306	CENTRO-SUL CEARENSE
2307		SUL CEARENSE	
RIO GRANDE DO NORTE	2401	OESTE POTIGUAR	
	2402	CENTRAL POTIGUAR	
	2403	AGRESTE POTIGUAR	
	2404	LESTE POTIGUAR	
PARAÍBA	2501	SERTÃO PARAIBANO	
	2502	BORBOREMA	
	2503	AGRESTE PARAIBANO	
	2504	MATA PARAIBANA	
PERNAMBUCO	2601	SERTÃO PERNAMBUCANO	
	2602	SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO	
	2603	AGRESTE PERNAMBUCANO	
	2604	MATA PERNAMBUCANA	
	2605	METROPOLITANA DE RECIFE	
ALAGOAS	2701	SERTÃO ALAGOANO	

		2702	AGRESTE ALAGOANO
		2703	LESTE ALAGOANO
		2801	SERTÃO SERGIPANO
	SERGIPE	2802	AGRESTE SERGIPANO
		2803	LESTE SERGIPANO
		2901	EXTREMO OESTE BAIANO
		2902	VALE SÃO-FRANCISCO DA BAHIA
		2903	CENTRO NORTE BAIANO
	BAHIA	2904	NORDESTE BAIANO
		2905	METROPOLITANA DE SALVADOR
		2906	CENTRO SUL BAIANO
		2907	SUL BAIANO
		3101	NOROESTE DE MINAS
		3102	NORTE DE MINAS
		3103	JEQUITINHONHA
		3104	VALE DO MUCURI
		3105	TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA
	MINAS GERAIS	3106	CENTRAL MINEIRA
		3107	METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
		3108	VALE DO RIO DOCE
		3109	OESTE DE MINAS
		3110	SUL/SUDOESTE DE MINAS
		3111	CAMPO DAS VERTENTES
		3112	ZONA DA MATA
		3201	NOROESTE ESPÍRITO-SANTENSE
	ESPÍRITO SANTO	3202	LITORAL NORTE ESPÍRITO-SANTENSE
		3203	CENTRAL ESPÍRITO-SANTENSE
		3204	SUL ESPÍRITO-SANTENSE
		3301	NOROESTE FLUMINENSE
		3302	NORTE FLUMINENSE
		3303	CENTRO FLUMINENSE
	RIO DE JANEIRO	3304	BAIXADAS
		3305	SUL FLUMINENSE
		3306	METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
		3501	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
		3502	RIBEIRÃO PRETO
		3503	ARAÇATUBA
		3504	BAURU
		3505	ARARAQUARA
		3506	PIRACICABA
		3507	CAMPINAS
	SÃO PAULO	3508	PRESIDENTE PRUDENTE
		3509	MARÍLIA
		3510	ASSIS
		3511	ITAPETININGA
		3512	MACRO METROPOLITANA PAULISTA
		3513	VALE DO PARAÍBA PAULISTA
		3514	LITORAL SUL PAULISTA
		3515	METROPOLITANA DE SÃO PAULO
SUL	PARANÁ	4101	NOROESTE PARANAENSE

		4102	CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE
		4103	NORTE CENTRAL PARANAENSE
		4104	NORTE PIONEIRO PARANAENSE
		4105	CENTRO ORIENTAL PARANAENSE
		4106	OESTE PARANAENSE
		4107	SUDOESTE PARANAENSE
		4108	CENTRO-SUL PARANAENSE
		4109	SUDESTE PARANAENSE
		4110	METROPOLITANA DE CURITIBA
		4201	OESTE CATARINENSE
		4202	NORTE CATARINENSE
	SANTA CATARINA	4203	SERRANA
		4204	VALE DO ITAJAÍ
		4205	GRANDE FLORIANÓPOLIS
		4206	SUL CATARINENSE
		4301	NOROESTE RIO-GRANDENSE
		4302	NORDESTE RIO-GRANDENSE
	RIO GRANDE DO SUL	4303	CENTRO OCIDENTAL RIO-GRANDENSE
		4304	CENTRO ORIENTAL RIO-GRANDENSE
		4305	METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
		4306	SUDOESTE RIO-GRANDENSE
		4307	SUDESTE RIO-GRANDENSE
		5001	PANTANAIS SUL MATO-GROSSENSE
	MATO GROSSO DO SUL	5002	CENTRO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL
		5003	LESTE DE MATO GROSSO DO SUL
		5004	SUDOESTE DE MATO GROSSO DO SUL
		5101	NORTE MATO-GROSSENSE
		5102	NORDESTE MATO-GROSSENSE
	MATO GROSSO	5103	SUDOESTE MATO-GROSSENSE
		5104	CENTRO-SUL MATO-GROSSENSE
		5105	SUDESTE MATO-GROSSENSE
		5201	NOROESTE GOIANO
		5202	NORTE GOIANO
	GOIÁS	5203	CENTRO GOIANO
		5204	LESTE GOIANO
		5205	SUL GOIANO
DISTRITO FEDERAL	DISTRITO FEDERAL	5301	DISTRITO FEDERAL

Fonte: NGB-IBGE – Elaboração Própria

Mapa – Mesorregiões Brasileiras



Fonte: IBGE – Elaboração Própria